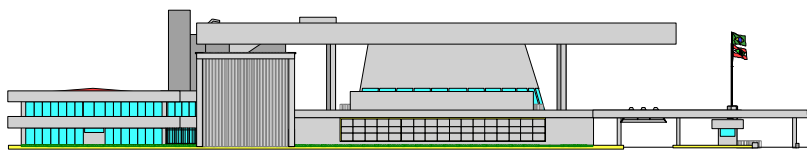


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 01 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.526

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel

2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol

3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczaí

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
João Henrique Blasi
Hans Fritsche
Júlio Vânio Celso Teixeira
Pedro Uczaí
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel
Eni José Voltolini
Leodegar Tiscoski
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Paulo Vidal
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss
Jorginho Mello

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Idelvino Furlanetto
Pedro Uczaí

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Sérgio de Souza Silva
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori
Leodegar Tiscoski
Manoel Mota
Paulo Vidal
Norberto Stroisch Filho
Volnei Morastoni
Ciro Marcial Roza

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Luiz Roberto Herbst
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Ideli Salvatti
Onofre Santo Agostini

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Udo Wagner
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Cesar Antônio de Souza
Volnei Morastoni

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto
Olices Santini
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Hans Fritsche
Ideli Salvatti
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Hans Fritsche
Júlio Vânio Celso Teixeira
Carlito Merss

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora em exercício:

Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 920**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 153ª Sessão Ordinária
realizada em 15/12/1997 2
Ata da 014ª Sessão Ordinária
realizada em 16/03/1998 7
Ata Da 015ª Sessão Ordinária
realizada em 17/03/1998 17
Ata Da 016ª Sessão Ordinária
realizada em 18/03/1998 28

Atos da Mesa Diretora

Resoluções DP 36
Resoluções Administrativas 37

Publicações Diversas

Extrato 38
Ofício 38
Parecer 39
Portarias 39
Projetos de Lei 40

P L E N Á R I O

ATA DA 153ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 15 DE DEZEMBRO DE 1997

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczaí - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta

do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

- 2995, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação entre o Estado e os Municípios;
- 2996, encaminhando Medida Provisória que dispõe sobre a concessão de redução parcial da multa, remissão, transação, estabelece condições para parcelamento de créditos tributários e dá outras providências.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, que concede redução do ICMS sobre veículos adquiridos por Apaes;
- de autoria de vários senhores Deputados, que Dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;
- de autoria do senhor Deputado Hans Fritche, que denomina Paulo Vermoehlen, ginásio de esporte;
- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que dispõe sobre a proteção do contribuinte e cria o código de defesa do contribuinte do

Estado de Santa Catarina;

- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que declara de utilidade pública o Centro de Evangelização Integrada - C.E.I. - Paciência, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí;
- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Sertão do Trombudo - ASMT, com sede e foro na cidade de Itapema e Comarca de Balneário Camboriú.

OFÍCIOS NºS:

- 893/97, da senhora Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, comunicando que foi firmado o convênio nº 041/97, entre aquele Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional da Direitos Humanos e o Tribunal de Justiça do Estado;
- 917/97, da senhora Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, comunicando que foi firmado o Convênio nº 064/97, entre aquele Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Justiça.

FAX:

- da Caixa Econômica Federal, comunicando a

liberação de recursos financeiros ao Estado, referente ao Programa PASS;

- da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros ao Estado, referente ao Programa Habitar-Brasil.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Por unanimidade, esta Casa aprovou o requerimento de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni e de outros Deputados propondo a transformação do horário dedicado às Breves Comunicações e aos Partidos Políticos nesta segunda-feira numa sessão especial, para debater a matéria veiculada na revista Veja, de circulação nacional, versando sobre turismo e a situação do Estado de Santa Catarina nesse contexto.

Assim sendo, esta Presidência suspenderá a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O senhor Deputado Norberto Stroisch justifica a sua ausência na sessão de hoje.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis apresentou parecer pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 309/97, de autoria do Deputado Luiz Herbst, que "denomina Pedro Merhy Seleme a ponte interestadual sobre o Rio Negro, que liga a cidade de Três Barras (Santa Catarina) à cidade de São Mateus do Sul (Estado do Paraná)."

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 322/97, de autoria do senhor Deputado Pedro Bittencourt, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente no morro do Mocotó, com sede e foro na Comarca de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 382/97, de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública o Centro de Evangelização Integrada, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 390/97, de autoria do senhor Deputado Eni Voltolini, que declara de utilidade pública a União Joinvilense da Terceira Idade - Ujeti, com sede e foro na cidade e Comarca de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 145/97, de autoria do senhor Deputado Cesar Souza, que denomina Aparício Ramos Cordeiro a rodovia estadual Via Parque, no Município de Florianópolis.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a apro-

vam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 134/97, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 295/97, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Palmitos.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 328/97, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de São José.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Quero, respeitosamente, convocar os senhores Líderes de Bancada para uma reunião, após a sessão, no gabinete da Presidência.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Leodegar Tiscoski, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Dionísio Bressan Lemos, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Tubarão, cumprimentando-o pela participação e conquista do Prêmio Cidade Azul de Ecologia-1997.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita ao tenente-coronel PM Bernardino Carlos Franco Mota, Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, cumprimentando toda a corporação, especialmente a 3ª Companhia de Polícia Militar de Curitibaanos, pelo 60º aniversário de sua implantação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Capitão Carlos Eduardo Orthmann, Comandante da 3ª Companhia de Polícia Militar de Curitibaanos, cumprimentando-o e a toda corporação pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Curitibaanos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, cumprimentando a sociedade daquele Município pelo seu aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento, de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Arroio Trinta, cumprimentando a sociedade daquele Município pelo seu aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento, de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, cumprimentando a sociedade daquele Município pelo seu aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento, de autoria do Deputado Idelvino Furlanetto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de telefone público na localidade de Linha Olinda, rodovia SC-468, no Município de Coronel Freitas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Deputados Volnei Morastoni e Vanderlei Rosso, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, solicitando empenho em atender o pleito da região Sul do Estado - Amurel, que é a transformação do escritório da Fatma de Tubarão em Coordenadoria Regional do Vale do Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do Ibama, ao Diretor da Fatma, ao Comandante da Companhia de Polícia e Proteção Ambiental e à Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Centro de Promotorias da Coletividade do Ministério Público estadual, solicitando que adotem medidas administrativas e/ou judiciais pertinentes, considerando o parecer técnico, em anexo, que constata a poluição ambiental causada pela empresa de farinha de peixe Tridapalli, da localidade de Espinheiros, em Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento, de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a antecipação das instalações das novas linhas telefônicas nos Balneários de Canasvieiras, Ingleses e Jurerê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público com cartão junto ao Bem-Bem Restaurante, no Município de Garuva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando o fortalecimento do sinal celular móvel para o Município de São João do Itaperiú e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Idelvino Furlanetto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público na Churrascaria Pinheiro, no Município de São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica à nova junta diretiva estadual da Câmara Júnior de Santa Catarina, cumprimentando-a pela posse na gestão 1998, no dia 13 do corrente, em São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sergio Silva, que solicita a prorrogação do prazo por mais 30 dias para que a Comissão Especial Externa que tem por finalidade tratar de credenciamento dos portos catarinenses possa concluir seus trabalhos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente e senhores Deputados, o requerimento ora posto para ser deliberado pelos senhores Deputados é muito simples, é um pedido de prorrogação, até porque a Comissão já teve três reuniões para tratar dessa questão, está avançando nas tratativas.

Aqui reunimos na última reunião os dirigentes dos portos de Itajaí, de São Francisco do Sul e de Imbituba.

Também contamos com a presença do Cônsul do Paraguai, com o Secretário do Mercosul e do Secretário Adjunto, quando tratamos de um material que neste momento está sendo elaborado, para que no retorno das nossas atividades Parlamentares possa dar o prosseguimento devido a esta Comissão.

Como esta Comissão tem um prazo muito curto para consolidar, é que nós estamos solicitando a prorrogação do prazo, já que estamos em franco processo de desenvolvimento para tentarmos resgatar esse direito de Santa Catarina, que é ver os seus portos operando com o vizinho País, denominado Paraguai, para que possamos ter condição de igualdade com os irmãos gaúchos, paranaenses e paulistas.

Assim eu peço a prorrogação do

prazo dessa Comissão, porque tenho certeza que nós seremos vitoriosos nessa empreitada de termos a liberação das importações e das exportações do Paraguai, via portos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que requer que seja encaminhado ofício ao Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando informações acerca dos efeitos do fenômeno El Niño no Estado Catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado ao Diretor-Presidente do Badesc, através do Governador do Estado, pedindo informações a respeito dos projetos de financiamento aprovados pela instituição financeira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado ao Diretor do BRDE, através do Governador do Estado, pedindo informações a respeito dos projetos de financiamento aprovados pela instituição financeira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado ao senhor Governador, pedindo informações sobre as datas, os destinos e as finalidades do uso do helicóptero da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria da senhora Ideli Salvatti, a ser enviado ao senhor Ari Martendal, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - Ipesc, pedindo informações sobre o pagamento da dívida do Ipesc a(os) pensionistas, conforme matéria veiculada na coluna do jornalista Moacir Pereira, no jornal O Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família do Coronel Francisco Blasi, ilustre filho de Campos Novos, manifestando profundo pesar pelo seu falecimento em Campinas, Estado de São Paulo, no dia 11 do corrente mês.

(Passa a ler)

"Francisco Blasi era filho de Paulo Blasi, eminente homem público que deixou suas raízes naquele Município, e de Adolfinia Rupp Blasi; irmão dos ilustres conterrâneos, o professor Paulo Henrique Blasi e o Desembargador Aluizio Blasi, e tio do Deputado João Henrique Blasi.

Nasceu em Campos Novos, em 22 de novembro de 1922. Após fazer o curso ginasial em Lages, no Colégio Diocesano, onde foi aluno destacado, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e, posteriormente, na Academia Militar de Agulhas Negras, em Rezende, Estado do Rio de Janeiro. Concluindo sempre com distinção seus estudos na área militar, como Oficial do Exército, foi Instrutor na Aman, servindo, posteriormente, em Belo Horizonte, em Itú e em São Paulo. Na década de 50 foi transferido para Campinas, tendo ingressado no Magistério do Exército e passado a integrar o corpo docente efetivo da Escola Preparatória de Cadetes de Campinas, como professor titular de matemática. Dentre os ex-alunos do Coronel Blasi, pode-se destacar o atual Ministro da Guerra, General Zenildo Lucena.

Dada sua competência e alta erudição na área das Ciências Exatas, após ser professor do Colégio Estadual Barão de Ataliba Nogueira, em Campinas, passou a integrar também o Corpo Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como professor titular de Geometria Analítica do Instituto de Ciências Exatas daquela prestigiosa Universidade, em cujo exercício permaneceu até a data de seu súbito falecimento.

Deixou diversas obras escritas sobre sua especialidade, e estava preparando outras, para publicação. Dentre elas destacam-se: "Complementos de Matemática" (P.J. Editor/ São Paulo) e "Lições de Geometria Analítica" (Editora Nova Teixeira, Campinas/SP).

O Coronel Francisco Blasi tinha um amor todo especial à cidade em que nasceu, Campos Novos, tanto que em 1982, quando da comemoração do centenário de criação do Município, foi, a convite do então Prefeito Municipal Sebastião Corrêa, o orador oficial, tendo produzido primorosa oração no ato solene de inauguração do obelisco que marcou a efeméride na Praça Lauro Müller daquela cidade.

Juntamente com seus irmãos, Drs. Paulo Henrique e Aluizio, complementou e atualizou os apontamentos feitos por seu pai Paulo Blasi sobre a história de Campos Novos, lançados sob a forma de livro, em 1994, com o título "CAMPOS NOVOS, UM POUCO DE SUA HISTÓRIA", cuja apresentação foi feita pelo saudoso e eminente conterrâneo Desembargador Cid Pedrosa. Deixou o Coronel Blasi escritos, ainda, diversos contos, todos eles tendo como palco a cidade de Campos Novos e personagens, figuras ali nascidas.

Francisco Blasi era neto do Coronel Henrique Rupp, que foi Prefeito Municipal de Campos Novos entre os anos de 1893/1898 e 1911/1913. Seu sogro e tio, Lauro Severiano Rupp, foi o primeiro Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul (hoje Joaçaba) e foi também Prefeito Municipal de Itapetininga, São Paulo. Casado com a dona Graciema Rupp Blasi, o Coronel Blasi deixa três filhas (Sonia Regina, Ana Cândida e Maria Cecília), um filho (Francisco Blasi Filho) e 6 netos, todos residentes em Campinas.

Às exéquias do ilustre conterrâneo, na sexta-feira, dia 12, foi expressivo o número de colegas, amigos e alunos que compareceram, destacando o caráter impoluto e a insigne projeção do ilustre catarinense. O Prefeito Municipal de Campinas levou à família o pesar dos Municípios campinenses por tão sentida perda. Dentre familiares, amigos, colegas, alunos, ex-alunos do Coronel Blasi, ficou registrada a presença do General Romildo Cahin, ex-Ministro da Administração, e do General Toledo de Camargo, ex-Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Ao ensejo desta comunicação, realçando a perda do eminente camponovence, entendemos que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina deve registrar o fato em seus anais, apresentando à família enlutada seus profundos votos de pesar."

A Presidência defere o pretendido pelo Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Quero apenas deixar registrado o agradecimento pela iniciativa do Deputado Onofre Santo Agostini e ao deferimento feito agora por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o senhor Deputado Afonso Spaniol, a quem concedemos a palavra.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, enquanto assoma na tribuna o nobre Deputado Afonso Spaniol, eu peço a palavra a V.Exa. com o devido respeito para comunicar que a partir de amanhã, às 9h30min, nós teremos uma reunião da Comissão de Justiça, de Educação, de Finanças, de Serviços Públicos e de Transporte (cinco Comissões) para analisar os projetos que estão em tramitação.

Alguns projetos são polêmicos e amanhã será a última reunião. Nós só faríamos outra extraordinária caso fosse necessário. Então é importante que V.Exa. lembre os senhores Deputados. Gostaríamos de contar com a presença dos Líderes, porque nós teremos que saber se há prazo para as emendas e, pelo que vejo, tem uma medida provisória que acabou de entrar na Casa e esta medida está fora das nossas cogitações nas Comissões.

V.Exa. teria que, juntamente com os Líderes, ajeitar uma solução para isto porque, pelo encaminhamento dado, na quinta-feira encerramos os trabalhos referentes a este período legislativo, apenas lembrando a todos os Presidentes de Comissão que já fizemos um entendimento neste particular para amanhã, às 9h30min, começarmos a nossa reunião e

terminarmos só na hora em que examinarmos todas as posições que lá estão na pauta.

Agradeço a atenção de V.Exa. e também ao Deputado que está na tribuna pela interferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Eu reitero a convocação dos eminentes Líderes de Bancada para, após a presente sessão, uma reunião no gabinete da Presidência, bem como do Líder do Governo e dos Presidentes das Comissões.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, quero apenas agradecer a V.Exa. pela leitura na íntegra do nosso requerimento em que prestamos homenagem ao Coronel Francisco Blasi, filho de Paulo Blasi, tio do Deputado João Henrique Blasi e irmão do professor Paulo Henrique Blasi e do Desembargador Aluizio Blasi.

Agradeço a gentileza de V.Exa. de ler na íntegra o nosso requerimento, haja vista que é um conterrâneo nosso que representou tão bem Santa Catarina e que infelizmente faleceu por destino ou por ter chegado o seu momento, no dia 11, e digo isto com muita tristeza porque foi coincidentemente também o dia que faleceu o meu pai e o meu sogro.

Então, faço este registro agradecendo por ter lido na íntegra a história do Coronel Blasi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Foi de inteira justiça o pleito feito por V.Exa. Por isso nós fizemos esta homenagem, por reconhecer a justiça do pleito.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu gostaria de saber como vai ser o procedimento com relação ao projeto cota/parte estadual do salário-educação que o Governo do Estado deu entrada apenas na sexta-feira.

O projeto de autoria de vários Parlamentares está em tramitação na Casa, inclusive já com o parecer favorável de três Comissões: Comissão de Justiça, de Finanças e de Serviço Público, falta apenas o parecer da Comissão de Educação.

Havia um compromisso de dar entrada do projeto de origem do Executivo e só deu entrada na sexta-feira.

Então, eu gostaria de ter clareza de qual vai ser o procedimento da Presidência neste caso porque havia um acordo de que só tramitariam projetos que dessem entrada até as 12h de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Realmente a decisão foi tomada com a unanimidade dos senhores Líderes de que nós deliberaríamos sobre as matérias que dessem entrada até quinta-feira e houve um erro de interpretação ou coisa do gênero dizendo que eu falei até quinta-feira, às 9h. Não era até quinta-feira nas primeiras horas da tarde.

Como já tem um projeto tramitando, se os Líderes entenderem de acoplar a mensagem do Governador e trabalharem os dois simultaneamente, eu não vejo o porquê de nos esquivarmos de tratar da matéria, porque veio um projeto do Governador que eu ainda não conheço, e foi lido no expediente agora à tarde.

Com relação ao outro projeto, nós vamos nos reunir com os Líderes para ver o que efetivamente vamos fazer, mas não tem

mais condições de tramitar.

Este aí eu acho que nós poderíamos estudar o encaminhamento. Vamos ver a que conclusão nós chegaremos com os Líderes e Presidente das Comissões Técnicas.

Desculpe e fico lhe devendo uma resposta mais objetiva, mais precisa.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Inclusive, Presidente, eu gostaria de deixar registrado o requerimento no sentido de que o projeto entre em deliberação amanhã à tarde, porque ele está em regime de urgência, com os prazos já todos vencidos, e já poderia ter sido votado na quarta-feira da semana passada e por acordo nós ficamos aguardando a entrada do projeto da parte do Executivo.

Então, eu gostaria que amanhã fosse incluído na pauta o projeto da cota/parte estadual do salário-educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Vamos ver se é possível!

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol, e peço desculpas pela demora.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOLO - Senhor Presidente e senhores Deputados, serei breve. Apenas gostaria de fazer o registro que no último sábado, dia 13, em São Miguel d'Oeste, ocorreu a eleição da nova junta diretiva da Organização Câmara Júnior de Santa Catarina.

Eu, que fui Membro da Câmara Júnior há dez anos, exatamente no Município de São Miguel d'Oeste, participei deste evento. E também, pela primeira vez na história da Câmara Júnior de Santa Catarina, foi eleito como Presidente um migueloestino, um cidadão de São Miguel d'Oeste, o nosso amigo Luiz Gustavo Spazini, que estará à frente da Organização Câmara Júnior de Santa Catarina na gestão de 1998.

Por isso que recentemente foi lido o nosso requerimento parabenizando a posse da nova junta diretiva e estendendo principalmente os cumprimentos ao nosso amigo Luiz Gustavo Spazini e aos habitantes de São Miguel d'Oeste por terem um filho da sua terra na frente desta organização.

Era este o registro que gostaríamos de fazer para que ficasse nos Anais da Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, é visível a falta de quórum em função das várias outras atividades que estão neste momento em andamento na Assembléia Legislativa. E como V.Exa. também convocou uma reunião de Líderes, e na sequência o PPB tem a sua reunião de Bancada, estou, neste momento, pedindo a eliminação da minha inscrição, para que nós possamos agilizar o término desta sessão.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Agradeço pela compreensão do eminente Líder.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, está chegando o final do ano e o cansaço já toma conta das pessoas, dos Parlamentares.

Mesmo assim, gostaria de dizer da importância de ainda votar algumas coisas. O Regimento de Custas será votado amanhã na Comissão de Finanças e na de Justiça. Na Comissão de Finanças eu sou Relator, e se algum Deputado ainda tem dúvidas, questionamentos, pode ir conversando com a nossa assessoria, hoje, para que nós consigamos arre-

dondar esse projeto e aprová-lo na Comissão para tramitar já nesta Casa e, até quarta-feira, ver aprovado esse projeto de Regimento de Custas.

Então, todos têm autonomia e liberdade para nos procurar, ou a relatoria, para que possamos aprovar de vez esse projeto.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que acho que a Deputada Ideli Salvatti levantou muito bem a importância da questão do salário-educação, do fundo.

Em relação ao sistema estadual de ensino, eu gostaria - já comentei na semana passada e na semana retrasada - de apresentar uma proposta, um anteprojeto e entregar uma cópia, até amanhã, a cada um dos quarenta Deputados, para que possam ler a contribuição nossa nesse sistema estadual de educação.

Digo isso por uma única razão: nós, os quarenta Deputados, seremos responsabilizados por omissão - porque a sociedade vai cobrar de nós essa omissão -, se o Governo se omitiu em não regulamentar o sistema estadual de ensino e emitiu uma resolução que possivelmente é inconstitucional, porque regulamenta uma lei federal, e o Conselho Estadual de Ensino, no meu entendimento, pode ser regulamentado através de resoluções, decretos, a partir de lei estadual.

Portanto, nós temos a responsabilidade de começar esse debate, mesmo que tarde, temos a responsabilidade de fazer tramitar aqui nesta Casa a discussão, o debate, de uma proposta de sistema estadual de ensino.

Então, vou entregar aqui, humildemente, uma cópia do anteprojeto para cada Deputado. Não vamos dar entrada oficialmente à Casa. Nós vamos entregar para cada Deputado uma proposta de sistema estadual de educação buscando algumas alternativas, algumas inovações no processo de democratização do sistema de ensino e também a incorporação dos debates que ocorreram neste ano, no Estado. Foram vários debates com várias entidades, universidades, professores, Secretarias Municipais de Educação, Secretários Municipais, as próprias Comissões que debateram este ano sobre o sistema estadual. E nós conseguimos trazer um pouco, uma síntese, dessas contribuições.

Mais do que isso: buscamos também os avanços de 88 a 94, no debate a nível nacional com as diferentes entidades democráticas que discutiram um projeto de lei - que deram entrada nesse projeto de lei no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados -, principalmente incluindo o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Municipal de Educação, que possibilitam democratizar o debate, a discussão, a decisão e os encaminhamentos da educação no Estado de Santa Catarina.

Não podemos nós, Deputados, sermos cobrados pela sociedade pela omissão da regulamentação do sistema estadual de ensino no Estado de Santa Catarina. E é nesse sentido, é nesse espírito, é nessa vontade de estar contribuindo com a Casa Legislativa e com a sociedade catarinense que estamos apresentando uma humilde contribuição sobre o sistema estadual de ensino para ser discutida aqui, na Assembléia Legislativa.

Entregaremos, possivelmente hoje ainda, uma cópia para cada Deputado para que, juntamente com as suas assessorias, com as suas bases, possamos debater e democratizar o debate, porque pensar sobre a educação infantil, a educação fundamental, o ensino médio e o ensino superior no Estado de

Santa Catarina é pensar sobre o futuro deste Estado. E pensar sobre o futuro deste Estado é responsabilidade dos quarenta Parlamentares desta Casa.

Para não sermos criticados, como o Governo está sendo, por se omitir em mandar o projeto do salário-educação, e manda atrasado o que regulamenta o fundo da educação, como também o da própria regulamentação da LDB e de tantos outros projetos, no afogadilho do final de ano, nós estamos tomando a iniciativa de apresentar uma proposta de discussão sobre o sistema estadual de educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados, em Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, pedimos a palavra para registrar que recebemos há pouco a pauta prevista para a sessão de amanhã, dia 16. É uma pauta extensa, com várias matérias previstas para votação. Mas também sabemos que para o dia de amanhã foram convocadas várias reuniões de Comissões para deliberar sobre matérias ainda em tramitação na Casa.

Tendo em vista que este Deputado tem no dia de amanhã compromissos inadiáveis na cidade de Itajaí, em razão da comemoração do cinquentenário do ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis, de ser também sua data natalícia, é do nosso interesse, é o nosso objetivo, deslocarmos-nos para aquela cidade. Portanto, queria consultar a V.Exa. se é interesse da Presidência, se porventura alguma das matérias forem aprovadas nas Comissões, incluí-las "ex-officio" na pauta, ou se poderíamos, estas matérias deliberadas na Comissão, amanhã, deixá-las para a sessão de quarta-feira.

A minha preocupação é de estar presente no momento da votação de matérias de fundamental importância, para que o Plenário possa assim deliberar.

Consulto V.Exa. sobre a possibilidade de manter exclusivamente esta Ordem do Dia para a sessão amanhã, deixando as matérias, porventura aprovadas nas Comissões, no dia de amanhã, para a sessão de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Eu queria respeitosamente pedir a generosidade de V.Exa. em nos representar, porque nós fomos gentilmente convidados a participar desse evento, que eu reputo da maior importância por se tratar da figura do homem público, da figura de conduta ilibada do Dr. Antônio Carlos Konder Reis. Portanto, eu queria convidá-lo a nos representar. Esta é a primeira conversa que eu gostaria de ter.

Com relação à pauta, já é uma pauta bastante extensa, então, vamos nos reunir com os Líderes e os Presidentes das Comissões para ver como proceder, pois nós temos a questão do Orçamento. Em princípio, eu acho que esta já é uma pauta bem extensa, já temos bastante trabalho para amanhã.

Eu não poderia, neste exato momento, dizer a V.Exa. que será esta aqui ou se nós vamos, regimentalmente, incluir mais alguma coisa, porque, a princípio, não se poderia fazer inclusões, a não ser deliberar sobre a que nós vamos anunciar em seguida.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - A não ser por um acordo entre Lideranças para a sua inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Perdoe-me, então, senhor Presidente, mas vou pedir para o meu Líder que acorde somente com as matérias constantes desta pauta que já recebi; inclusive, ele também deverá se deslocar para Itajaí.

Faço essa observação porque na semana próxima passada fui tomado de surpresa com a inclusão de uma matéria. E eu desejava estar presente em Plenário para poder participar, mas a assessoria colocou a matéria em um dia e estava previamente agendado para o dia seguinte.

Então, por esta razão eu já estou abordando este assunto, comunicando a V.Exa. que vou pedir ao nosso Líder para que as matérias para amanhã sejam exclusivamente as constantes da pauta distribuída no dia de hoje.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Até em função da concordância que tenho com o Deputado Pedro Bittencourt de que a Ordem do Dia deva ser exclusiva daquelas matérias que constaram da pauta antecipada, nós gostaríamos de solicitar a V.Exa. que incluisse, se possível, nessa pauta que ainda não está anunciada, portanto, ainda com possibilidade de ser incluída, o Orçamento e o projeto de custas para a sessão de amanhã. E se porventura até a hora da Ordem do Dia eles não tiverem os pareceres, então, seriam excluídos da pauta, uma vez que essa possibilidade de exclusão existe. A dificuldade regimental é a de inclusão de matérias.

Há interesse, senhor Presidente, de diversos senhores Deputados em votar essa matéria amanhã, em função de na quarta-feira existir uma atividade político-partidária de relevância, então, se fosse possível, nós gostaríamos que essa matéria fosse votada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Diante do questionamento feito, eu acho que nós deveríamos definir a pauta agora. Definir a pauta, bater o martelo, e aí não entra mais matéria alguma.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, eu acredito que o projeto de regimento de custas deva acontecer conjuntamente com a reunião das Comissões de Finanças e de Justiça, dada a discussão que fizemos na semana passada, neste Plenário, no dia em que foi em conjunto com outras Comissões, para que nós possamos deliberar na mesma reunião tanto o mérito quanto a constitucionalidade do projeto.

Em função disso, foi dado o encaminhamento conjunto com as duas Comissões de que as emendas seriam apresentadas até sexta-feira e que na terça-feira, ou seja, no dia de amanhã, realizar-se-ia a reunião conjunta das duas Comissões para analisar tanto o mérito quanto a constitucionalidade.

Em relação ao mérito, cabe a mim, como Relator, apresentar o parecer para a Comissão de Finanças, e a Comissão de Justiça tem que analisar a constitucionalidade,

mas acredito que deva ser conjuntamente, porque esse foi o acordo realizado na semana passada aqui, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Consulte o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, estávamos conversando com o Deputado Carlito Merss e o Deputado Neodi Saretta, já que o Deputado Pedro Uczai utilizava o microfone de apertes, por isso, não foi possível também consultá-lo sobre a possibilidade de V.Exa., se pudesse, agora, na reunião com os Líderes, levar a seguinte proposta: a pauta de amanhã já está estabelecida. Então, que pudéssemos fazer uma sessão matutina na quarta-feira, a partir das 9h, adentrando imediatamente na Ordem do Dia com as matérias deliberadas nas Comissões no dia de amanhã, provavelmente o Orçamento e o regimento de custos. Se nós deixarmos quatro horas, das 9 às 13h, nós deliberaremos a respeito dessas duas

matérias sem problema nenhum.

É essa a sugestão que nós gostaríamos de apresentar a V.Exa., solicitando que seja encaminhada aos Líderes de Bancada, e, em havendo a concordância, nós pudéssemos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Nós agradecemos pela colaboração e pela sugestão do eminente Deputado Pedro Bittencourt e vamos levar essa proposta aos senhores Líderes, de tal forma que a pauta que eu vou anunciar em seguida é a que está elaborada para o dia de amanhã.

Não havendo mais manifestações dos senhores Deputados, passaremos a ler a pauta do dia 17/12/97.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei nº s: 116/97; 262/97; 272/97; 315/97; 325/97; 329/97 e 367/97.

Discussão e votação em segundo turno do substitutivo global aos Projetos de Lei

nº s: 253/96; 277/97 e 305/97.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Decreto Legislativo nº s: 257/97; 261/97 e 786/96.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei nº s: 136/97; 288/97; 291/97; 293/97; 345/97; 347/97; 352/97; 353/97; 361/97; 363/97; 365/97 e 383/97.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 175/97.

Estas são as matérias que deverão figurar na pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

(Republicada por incorreção)

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 16 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VANDERLEI ROSSO

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

- de autoria do senhor Deputado Jorginho Mello, que susta a Portaria nº 0975/GEARH/DF/SSP/97, da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina que, em afronta ao princípio da legalidade, exorbitam seu poder regulamentar.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que torna obrigatória a realização de testes de acuidade visual e auditiva nas escolas de 1º Grau de Santa Catarina;
- de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que estabelece aos gestores da administração pública do Estado, a obrigatoriedade em fornecer informações sobre a prestação de contas de seus

antecessores;

- de autoria do senhor Deputado Olives Santini, que dispõe sobre a isenção do pagamento de serviços prestados pela Fundação do Meio Ambiente - Fatma, nas condições que determina;

- de autoria do senhor Deputado Eni Voltolini, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Bento do Sul - SCBVSBS;

- de autoria do senhor Deputado Olives Santini, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Lourenço D'Oeste - Asapel;

- de autoria do senhor Deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação de Mulheres Agricultoras - Herval D'Oeste-SC.

OFÍCIOS Nºs:

013/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Dona Emma, encaminha a Indicação nº 01/98, que solicita, junto às instituições financeiras e órgãos do Governo, para que tomem alguma medida urgente, que permita a renegociação das dívidas da classe do pequeno Agricultor em nosso Estado;

025/98, do senhor Líder do PPB nesta Casa, acusando o recebimento do comunicado da Mesa Diretora sobre as Comissões da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

075/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Concórdia, encaminhando Moção nº 02/98, aprovada por unanimidade, pelo Plenário desta Casa Legislativa, que irá beneficiar a todos os agricultores do Estado;

064/98, do senhor Diretor Geral do DER de Santa Catarina, em resposta ao Telefax nº 0062.4/98;

093/98, do senhor Cel. PM Comandante Geral da PMSC, vem informar, de acordo com o constante da referência, que diante do que ora vai exposto, manifestar nossa solidariedade com a segurança desse pujante Município de Caçador;

433/98, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, refe-

rindo-se ao Telefax nº 017/98, que solicita o apoio do Governo do Estado para recuperar os danos causados a vários Municípios do Oeste pelas fortes chuvas dos últimos dias.

TELEFAX Nº:

047/98, que solicita a recuperação da BR-116/SC, no subtrecho entre BR-470-Lages, segmento KM 188 ao Km 246.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, o assunto que trago hoje é de extrema importância, até porque já foi discutido aqui. O Deputado Eni Voltolini discute este assunto de uma forma, o Deputado Udo Wagner de outra, e eu prefiro discutir o assunto Casan de uma outra forma ainda.

O assunto que quero colocar é essa venda, essa operação silenciosa que o Governo do Estado está praticando com as ações da Casan. Uma venda silenciosa, ninguém sabe como é que está sendo feito isso aí. Eu desafio qualquer Deputado desta Casa a esclarecer, a não ser as notícias que são dadas através dos jornais.

Nós estamos acompanhando as notícias e elas dizem: "O Governo quer levantar 100 milhões com as ações da Casan." Uma hora é 120 milhões, noutra 150 e noutra 70, e agora fala-se em 71 milhões, e em que condições? Também ninguém sabe dizer! É um verdadeiro segredo de Estado.

Nós presenciamos, há pouco tempo, o escândalo das Letras, ou a picaretagem das Letras, e agora estamos assistindo - tomara que não - a uma verdadeira picaretagem das águas.

Ora, a empresa Casan, para V.Exas. terem uma idéia, arrecada praticamente em torno de vinte milhões por mês, Deputado

Olices Santini. Fala-se em vendê-la por R\$71.000.000,00. Eu posso lhes dizer que apenas em duas obras - o esgoto do Continente e o de Canasvieiras - o valor é de R\$70.000.000,00. E o restante do patrimônio da empresa?

Os jornais publicaram algumas notícias sobre o fato: "Governo adia a decisão sobre a venda da Casan." Ontem dizia diferente, que estava tudo certo, que as negociações estavam praticamente definidas e agora adia a decisão sobre a venda da Casan. O nome da instituição financeira que ficará responsável em montar operação de venda das ações ordinárias da Casan, com direito a voto, só será conhecido na terça-feira. Ora, segredo por quê? Por que segredo sobre isso aí?

Nós aqui nos preocupamos há muito tempo e elaboramos uma lei da proibição da venda das ações da Celesc, da Casan, etc., e fizemos uma observação: só queríamos saber onde esses recursos iriam ser aplicados. Agora o Governo instituiu que só tem jeito de pagar o restante do 13º salário do funcionário, dos que ganham R\$500,00, se vender as ações da Casan.

Ora, Deputado Francisco Küster, está falando isso desde quando V.Exa. era Presidente desta Casa, quando o Senador Nelson Wedekin, ex-Secretário da Fazenda, esteve lá, se não me engano, em outubro ou novembro e disse: se eu não acertar isso até final de dezembro eu saio dessa Secretaria. Aliás, está demorando muito para sair, já deveria ter saído. Para fazer um papelão desse aqui, já deveria ter saído de lá há muito tempo o senhor Nelson Wedekin!

Eu acho, senhores Deputados, que existe um grande segredo com a Comissão que analisa as três propostas apresentadas na quinta-feira, formada por representantes da Bescam. Felizmente, colocaram uma entidade do Estado para gerir isso, não contrataram um banco daqueles suspeitos, que faz as coisas acontecerem sorrateiramente.

Acho bom até, se as ações da Casan forem vendidas, reverter esses recursos não para o 13º salário, mas para ampliar o Sistema de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, tão necessário para a população, pois temos problemas de água em praticamente todos os locais, Deputado Eni Voltolini, que há pouco tempo falou sobre Joinville e Itapoá, onde o Prefeito estava querendo eliminar o convênio com a Casan, e a Casan, silenciosamente, através do Governo do Estado, está praticando este ato, deixando a Assembléia sem saber de nada, como se não tivéssemos que dar satisfação à população. Eles não querem, mas nós temos a obrigação de dar satisfação à comunidade!

Nós sabemos que temos um agravante neste propósito todo. Sabe qual é, Deputado Júlio Teixeira? É que a Casan explora a concessão que é dos Municípios. Tem concessão que vai vencer no ano 2000, tem concessão que vai vencer no ano de 1999, tem concessão que vai vencer no ano de 2002 e tem concessão que vai vencer no ano de 2010! E como é que ficam essas concessões? A concessão é do Município, que, através da Câmara Municipal, outorga a Casan a explorar o sistema de água, coleta e tratamento de esgoto.

Este é um abuso extremamente grande que não pode acontecer. Eu acho que temos todo direito, aqui na Assembléia Legislativa, a Casa do Povo, de saber como é que está sendo processada a venda das ações. É um absurdo que os quarenta Deputados eleitos pela comunidade

catarinense não tenham conhecimento de como está sendo processada esta venda de ações.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Lício Silveira, também tenho acompanhado pela imprensa as notícias em torno da movimentação do Governo para alavancar recursos para pagar o 13º do funcionalismo público.

E por conta dessa necessidade, do cumprimento dessa obrigação legal e constitucional do Governo, em atendimento a um direito e hoje a uma necessidade do servidor público, insinuam e me parece que desenvolvem tratativas com vistas à venda das ações da Casan.

Então, eu vejo aí duas situações muito delicadas. A primeira delas é aquilo que V.Exa. já disse. A Casan se constituiu a esse todo que ela representa hoje no contexto de uma empresa pública de grande importância, de grande valia para a sociedade catarinense, em função da transferência da exploração feita pelos Municípios ao Estado, à Casan, por tempo determinado.

Há que se fazer toda uma movimentação, então, para que os Municípios abram mão, em definitivo, do direito de ver revertida essa concessão, é o caso de Lages. Em Lages vai vencer nos próximos dias o prazo da transferência da Samae, à época, para o Estado.

Então, é necessário uma nova lei, ou é necessário um aditivo ou convênio, para que a Casan, o Estado continue sendo dono da exploração da água e esgoto no Município de Lages, e assim sucessivamente, em vários outros Municípios. Então, a coisa não é tão fácil, olhando por este ângulo, por esta ótica.

Temos um outro problema: para pagar o 13º salário de 1997 vende-se a Casan. E para pagar o 13º salário de 1998 vende-se o quê? O que vamos vender? Será que já estão fazendo provisionamento para pagar o 13º de 98? É a indagação que se faz, não é, Deputado Lício Silveira?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu agradeço o seu aparte, mas tenho certeza absoluta que provisionamento nenhum está sendo feito, Deputado Francisco Küster, até porque eles devem aos poderes constituídos, devem a outras entidades que nós sabemos como são.

O que eu fico preocupado com relação às notícias é que uma hora se fala em cento e vinte, cento e trinta milhões, de cento e trinta baixou para sessenta e seis. Não vendiam as preferenciais porque não era negócio, porque o preço oscilava muito no mercado e estava baixo. E aí vão vender as ordinárias, com direito a voto.

Fala-se agora, Deputado Francisco Küster, que existe imposição - é com isto que eu fico agoniado - desses grupos que querem comprar as ações da Casan, que eles querem ter assento à diretoria da empresa. Caso contrário, não gostariam de comprar essas ações.

Agora, se o Estado vender as ações da Casan e obtiver somente setenta milhões pela venda das 49,9% das ações ordinárias, que eu não acredito, eu não posso acreditar, isto é um absurdo, um dos maiores absurdos que eu já vi na minha vida!

Com 49,9% das ações ordinárias arrecadar setenta e um milhões! Isto é um absurdo! É um extremo absurdo! E o Governo teria que dar satisfação a esta Assembléia, para que nós soubéssemos como é que está

sendo feita esta articulação toda, que eu volto a intitular, enquanto não esclarecer, como uma verdadeira picaretagem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Odacir Zonta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, nobres senhores Deputados, funcionárias e funcionários da Casa, visitantes, eu gostaria, hoje, com a permissão dos Colegas, de fazer referência especial a uma visita a esta Casa que me honra muito, uma visita daquele que é o responsável pela minha presença aqui nesta vida, ou seja, o meu pai, agricultor, que veio com a minha mãe lá de Lindóia do Sul.

É com muito prazer que meu pai e minha mãe daqui há pouco chegam a esta Casa junto com o meu primo Orlando, líder lá da comunidade de Presidente Kennedy, no Engenho Velho.

O meu pai é residente em Lindóia do Sul, onde nos criou, e ainda tem a responsabilidade de comandar o seu destino. E ao recebê-los aqui lembro, mais do que nunca, do compromisso que assumi aqui neste Parlamento na defesa das prioridades estabelecidas com o nosso Estado, com a nossa região e com o nosso Brasil.

E eu, estimulado pela presença do meu velho pai e também do Orlando, que é um agricultor e avicultor de Presidente Kennedy, não poderia deixar de reportar-me novamente sobre a situação que atravessa a nossa pequena agricultura, Deputado Neodi Saretta, nosso caro Presidente, como de resto o Estado de Santa Catarina.

Certamente dificuldades durante o transcurso de toda uma geração, uma vida ocorreram na agricultura. Altos e baixos sempre existiram. Eu sempre aprendi com meu pai e minha mãe que quando não dá num ano, animados pela perspectiva do ano seguinte, tudo se recomeça com amor, fé e coragem.

Mas hoje vivemos um momento de amargura. O nosso agricultor está triste. Está triste por quê? Porque não quer abandonar a sua atividade, não quer deixar de lutar, não quer deixar de ser útil à sociedade, não quer deixar de contribuir com o povo brasileiro. Mas tudo se faz para que ele continue a ser triste. Nós precisamos rebuscar a oportunidade de voltar a ver o nosso agricultor sorrir. Sorrir pela oportunidade, pela tomada de decisão coerente do Governo Federal e pelo sinal que o Governo Estadual deve dar ao nosso agricultor, independente da atividade que executa.

É necessário, sim, que estabeleçamos uma prioridade concreta e dinâmica com a nossa agricultura, não só de palavras ou de discursos, quer no acesso aos recursos como também e principalmente na assistência técnica, na pesquisa e na renda.

Olha, minha gente, hoje o agricultor está sendo afugentado porque não tem renda. O jovem já não fica mais no meio rural. Então, é necessário que façamos alguma coisa urgente e rapidamente.

É por isso que nós não cansamos em trazer para debates alternativas à nossa agricultura.

Eu gostaria, senhores Deputados, de encaminhar este meu pronunciamento para uma nova alternativa que se vislumbra neste País, principalmente para o Estado de Santa Catarina. E quiçá começar a sentir o olhar e o sorriso de esperança no rosto do nosso agricultor.

Eu me refiro, Deputado Olices

Santini, ao projeto de lei aprovado e agora à lei sancionada pelo Governo Federal, já invocada aqui por V.Exa., que não vamos cansar de repetir - porque é um sinal, é uma luz ao nosso agricultor, ao Banco da Terra - ao crédito fundiário, a nível nacional, aprovado no Congresso Nacional por iniciativa do eminente Senador Esperidião Amin e do ilustre Deputado Federal Hugo Biehl.

É uma esperança, sim, que o filho do agricultor possa ter acesso a um pedaço de terra que o pai não pode lhe estender e que ele possa ter acesso à infra-estrutura dessa terra. Que ele possa, enfim, senhores Deputados, receber esses recursos com mais facilidade e com a esperança de poder pagar com o trabalho da sua propriedade e da sua família.

Nós acreditamos neste projeto e entendemos que uma vez regulamentado as nossas entidades, os nossos Municípios não devem perder tempo, têm que agir rápido, têm que reconstituir, Deputado Eni Voltolini.

As Comissões Municipais vão selecionar os nossos filhos de agricultores, arrendatários e parceiros meeiros, selecionar as propriedades que podem estar à disposição para ser transicionadas de uma forma harmônica, sem conflitos, buscando aí um projeto técnico para fazer com que o filho do agricultor ou o agricultor que vai adquirir essa terra receba uma orientação capaz de ajudá-lo para a atividade que deva exercer nessa propriedade, para a infra-estrutura do trabalho e do solo.

É muito importante quando se estimula a propriedade agrícola, porque também não adianta oferecer apenas um pedaço de terra nua sem qualquer incentivo para recuperar esse solo, sem qualquer incentivo para formar a infra-estrutura, inclusive de habitação para o meio rural. Jogá-lo em cima de um pedaço de terra é a mesma coisa que tirá-lo da propriedade e a partir daí colocá-lo no movimento dos sem-terra.

Nós precisamos, sim, buscar uma forma através do Banco da Terra, fazendo com que chegue ao agricultor, ao pequeno agricultor, ao sem-terra filho de agricultor, parceiro, meeiro e ao arrendatário, para que ele possa ter a oportunidade do acesso à terra, à propriedade, à infra-estrutura, à renda e automaticamente ao mercado.

O Brasil é um celeiro que precisa ser despertado, o nosso agricultor deve ser valorizado, e além desse programa precisamos buscar novas oportunidades. O programa de reconversão de propriedade agrícola, que o sistema cooperativo está trazendo, é um novo sinal para os novos tempos à nossa agricultura, de uma forma organizada.

E eu creio, firmemente, que este Parlamento mais uma vez vai estar atento tanto ao crédito fundiário, ao Banco da Terra quanto ao projeto de reconversão, FAO, ONU, Organização das Cooperativas e Federação das Cooperativas, no caso específico de Santa Catarina. E a partir daí nós voltaremos a ter oportunidade da renda e voltaremos a ver o nosso agricultor, como o meu velho pai, a sorrir e ter a satisfação, a honra, a garra de poder continuar a ser o agricultor que todos nós almejamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o senhor Deputado Olices Santini, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente, senhores Deputados, eu gostaria também, nesta oportunidade, de cumprimentar o pai do nosso ilustre Deputado

Odacir Zonta e dizer ao nobre Deputado que ele deve se sentir muito feliz com a presença de seu pai hoje aqui no Plenário, que pode testemunhar a competência, a dedicação de seu filho neste Parlamento.

Gostaria também, Deputado Odacir Zonta, de lembrar de meu velho pai Alfredo Santini, que infelizmente não pôde presenciar a ascensão de seu filho nessa função de Deputado Estadual.

Mas queria cumprimentar o seu pai e desejar que ele tenha uma boa estada neste Parlamento.

Mas, senhor Presidente e senhores Deputados, quero fazer referência a dois documentos que encaminhei à Mesa no dia de hoje.

O primeiro diz respeito a um pedido de informação e o segundo a um projeto de lei.

O pedido de informação faz referência ao Projeto de Lei nº 010.472, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Este projeto de lei foi votado pela Assembléia Legislativa em julho de 1997 e foi promulgado pelo senhor Governador em 12 de agosto de 1997.

O bojo da lei estabelece que o Governo tem que regulamentar esse projeto de lei que trata da política florestal.

Pelo que eu tive pesquisando sobre a lei, o Governo tinha noventa dias para promulgar a sua regulamentação. O sindicato das cooperativas e, principalmente, os pequenos agricultores estão no aguardo deste posicionamento do Governo.

Nós participamos da análise deste projeto de lei, demos o parecer na Comissão de Justiça, vários senhores Deputados fizeram emendas, fizemos duas audiências públicas para discutir o projeto, e agora, infelizmente, caiu no esquecimento por parte do Governo.

Esta é uma questão, sob o nosso ponto de vista, que prejudica o Parlamento catarinense e prejudica o Governo por não estar tomando uma posição que deveria tomar, prejudicando principalmente os agricultores que esperavam uma legislação capaz de nortear a atividade agrícola no que diz respeito à exploração florestal.

Então, dentro do meu ponto de vista, está ocorrendo um descaso por parte do Governo do Estado, por parte da Fatma e da Secretaria da Agricultura, porque na verdade nós discutimos esse projeto por iniciativa do Governo. Cumprimos a nossa parte e agora estamos esperando, assim como os senhores agricultores, os sindicatos e as entidades ligadas à agricultura que a lei entre em vigor. E para isso ela precisa da regulamentação do Governo que está designada à Fatma e à Secretaria da Agricultura.

Então, faço estas colocações na esperança, Deputado Romildo Titon, V.Exa. que é Líder do Governo nesta casa, que entre em contato com as estruturas responsáveis pela regulamentação da nova legislação florestal para Santa Catarina, pois já se passaram mais de sete meses e o prazo legal é de noventa dias. Isto tem trazido prejuízo aos agricultores, volto a repetir.

E a outra questão que eu gostaria de levantar, senhor Presidente, é relacionada à Fatma.

Não tenho nada contra a Fatma, é uma instituição que eu acho que tem um papel importante para cumprir em Santa Catarina, que é o de motivar a conservação do meio ambiente, de preservar os nossos recursos naturais, mas, infelizmente, eu tenho dito e já disse mais de uma vez, parece que ela se transformou numa estrutura para tirar dinheiro

do pequeno agricultor.

Já me referi várias vezes nesta tribuna com relação às licenças ambientais que a Fatma é obrigada a fornecer cobrando preços exorbitantes.

Então, estou apresentando para consideração do Plenário um projeto de lei que estabelece que nos Municípios onde ocorrer calamidade pública e que tiverem queda de árvores, de florestas, que a Fatma dispense a taxa para a extração dessa madeira.

Para ter uma idéia, Deputado Eni Voltolini, a cada tona a Fatma tem cobrado R\$107,00, que é mais do que o valor que será obtido pela madeira.

Sendo assim estou apresentando este projeto de lei nesta tarde na esperança de que todos os senhores Deputados aprovelem, porque trata-se de uma questão justa e que os agricultores não podem continuar sendo penalizados desta forma.

Numa forma muito breve, senhor Presidente, eram estas as colocações que gostaria de fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Leodegar Tiscoski, por quinze minutos.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Senhor Presidente e senhores Deputados.

(Passa a ler)

"No momento em que se aproxima a data de mais um aniversário de Florianópolis, a Capital dos catarinenses, creio ser de meu dever, como Presidente Estadual do PPB, apresentar alguns números e dados que identifiquem a excelência da gestão do poder público municipal de nossa Prefeita Ângela Amin.

Muito mais do que dever, as informações que aqui vou transmitir me traduzem um sentimento de satisfação e orgulho. A coligação Força/Capital é um projeto político onde o PPB participa juntamente com o PSDB e o PTB, com a certeza de que o conjunto de seus agentes está fazendo o melhor por nossa Capital.

A Prefeita Ângela Amin assumiu a Prefeitura Municipal de Florianópolis e identificou, através de uma auditoria especial, uma herança negativa que integrava uma dívida global de 108 milhões de reais. Tal herança contemplava débitos vencidos - junto a instituições financeiras, à Câmara de Vereadores, a entidades assistenciais, a empresas estaduais - de precatórios e, principalmente, com os servidores públicos que estavam com três meses de salários em atraso.

A caótica situação financeira na Prefeitura consumiu tempo, energia e muito dos já escassos recursos. No total foram treze milhões de reais que se esvaíram da 'boca do caixa'. Somente no pagamento imediato de quase três folhas de pessoal - 2/3 da folha de novembro, a folha de dezembro e o 13º salário -, herança deixada pela administração anterior, os gastos alcançaram, valores à época, 9 milhões e 800.000 reais. A Prefeitura pagou, portanto, no ano de 1997, 15 folhas de pessoal, com um importante detalhe: sempre em dia.

Mesmo sendo Florianópolis a Capital de Santa Catarina, e aqui está hospedado o Governo do Estado com a sua estrutura administrativa, a Prefeita passou o ano sem receber um centavo sequer de recursos do

Tesouro do Estado. Ao contrário, nove dias após a posse foi surpreendida com a retenção de recursos no valor de 1 milhão e 545.000 reais para saldar junto ao Besc uma operação de antecipação de receita (Aro), vencida desde 30 de novembro de 1996, cuja cobrança curiosamente não havia sido acionada.

Com uma administração séria e eficaz, tais dívidas foram quitadas, os salários dos servidores estão rigorosamente em dia e não há mais caos financeiro e administrativo na Prefeitura de nossa Capital.

Florianópolis, hoje, está verdadeiramente habilitada a enfrentar todos os desafios necessários a atualizar nossa cidade Capital das exigências determinadas pelo crescimento, até certo ponto preocupante.

Hoje, vencidas algumas premissas, a coligação Força/Capital, liderada pela Prefeita Angela Amin, pode mostrar aos catarinenses não apenas o saneamento administrativo e financeiro da Prefeitura mas, sim, também, um conjunto significativo de ações, que nos vale o orgulho de destacar.

Apesar de todas as dificuldades, no campo administrativo-financeiro as finanças estão equilibradas e o poder público municipal habilitado a implementar projetos de largo alcance.

No campo social, há que se destacar o Programa Capital Criança, projeto que prevê o acompanhamento permanente de todas as crianças, da concepção ao término do período de escolaridade obrigatória. Tal programa já teve recomendação especial da Unicef, pois que irá reduzir a mortalidade infantil, eliminar o analfabetismo infantil e a longo prazo será a base na qual se construirá uma sociedade mais justa.

Além deste, o projeto Bom Abrigo está erguendo 150 casas na Ilha e muitas outras estão em fase de ser iniciadas.

O programa Hora de Comer já foi iniciado junto à Comunidade do Monte Cristo e prevê o desenvolvimento de uma ação integrada nas áreas de alimentação, saúde e educação.

A merenda escolar distribui 11 mil refeições para mais de 22 mil crianças atendidas pelo Município.

Novas vagas escolares foram abertas, e houve um aumento considerável no atendimento à saúde das crianças.

Na área da infra-estrutura é imperativo que se ressalte a conclusão de 28 obras importantes, mais 40 obras em execução e outras 20 em processo de licitação. Nesse campo, contudo, convém ressaltar a viabilização financeira para a construção dos elevados do CIC e do Terminal Rodoviário. O primeiro já foi licitado, devendo ter suas obras iniciadas brevemente. O segundo, em fase da elaboração do projeto, deverá iniciar no segundo semestre do corrente ano.

É imperativo que se ressalte que do ponto de vista financeiro a Prefeita Ângela Amin já viabilizou essas duas obras. São 18 milhões de reais do BNDES que estão apenas na dependência da aprovação da Câmara de Vereadores e mais 9,8 milhões consignados no Orçamento da União para 1998.

Esses dois elevados são a arrancada para que se encontre soluções definitivas para o sistema viário de nossa cidade.

Além disso, o Projeto Papa-Filas já está com nove ônibus articulados em operação, transportando 80 passageiros a mais do que os ônibus convencionais, e já foi introduzido o transporte executivo, que opera com 50 veículos, e sua avaliação superou em muito as expectativas iniciais.

O Partido Progressista Brasileiro de

Santa Catarina muito se orgulha pelo desempenho administrativo da Prefeita Ângela Amin. Competência, seriedade, autoridade sem autoritarismo, austeridade no trato da gestão pública, visão de futuro na construção das alternativas presentes são as marcas características dessa grande líder de nosso Partido e se constituem na executiva da Força/Capital, coligação Político Partidária que serve de exemplo.

As promessas de campanha estão sendo cumpridas."

Senhores Deputados, por isso, vimos aqui com muita alegria, após esse ano de avaliação que vamos fazer, iniciando o ano de 1998, fazendo uma avaliação após o ano de 1997, todas as dificuldades sendo superadas, e temos certeza de que a nossa Prefeita fará uma grande administração.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Leodegar Tiscoski, V.Exa. faz hoje uma prestação de contas de um ano de atividades da Prefeitura Municipal de Florianópolis. E no dia em que o Deputado Sergio Silva esteve aqui tecendo um paralelo sobre a administração de Joinville e sobre a administração da Capital, lamentavelmente, quando cheguei o Deputado já tinha terminado o seu discurso, portanto, não pude respondê-lo.

Eu perguntaria ao Deputado Sergio Silva, e S.Exa. sabe muito bem, quanto a Prefeitura de Joinville gastou em comunicação, quanto a Prefeitura de Joinville recebeu do Governo de Santa Catarina, quanto a Prefeitura de Joinville aumentou o IPTU.

Aliás, S.Exa. foi aparteado pelo Deputado João Henrique Blasi que, evidentemente, não ia querer que em Florianópolis nós tivéssemos um reajuste do IPTU de 200%.

Como será que o senhor Luiz Henrique pegou o Governo do senhor Wittich Freitag? Não tinha nenhuma folha atrasada, e V.Exa sabe que a Prefeita Ângela Amin pagou 16 folhas de pagamento. E digo mais, Deputado Sergio Silva, ela também pagou o 13º salário que o seu Governo até agora não pagou e paga rigorosamente em dia o salário dos servidores da Prefeitura de Florianópolis.

Então, é bom que o Deputado Sergio Silva, da mesma maneira que critica a Prefeitura de Florianópolis, coloque as diferenças que o Governo dele faz entre a Capital do Estado e qualquer outro Município catarinense que seja governado pelo Partido dele.

É bom que ele diga aqui quantos milhões a Prefeitura de Joinville já recebeu, a fundo perdido, do Governador Paulo Afonso. É muito bom que ele diga isso, porque a verdade haverá de triunfar.

Quero dizer a V.Exas. - e já disse em um discurso há mais de um mês - que não se iludam, a administração de Municípios é de quatro anos, e a Ângela vai cumprir integralmente o que ela propôs à população de Florianópolis, todos os projetos. E não vai demorar para que V.Exas. já possam ver o elevado do CIC e muitas outras coisas que V.Exas. acham que foram esquecidas.

Não houve nenhum esquecimento, ela vai cumprir um a um os seus compromissos.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Muito obrigado, Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR

TISCOSKI - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado Leodegar Tiscoski, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. por seu pronunciamento e também fazer duas referências: a primeira é de que estranhei, hoje, o colunista Paulo Alceu dizendo que o Deputado Sergio Silva fez um desafio e que ninguém do PPB aceitou o seu desafio ou se referiu ao assunto.

Eu usei a tribuna depois do pronunciamento do Deputado Sergio Silva e aceitei o desafio! E disse para S.Exa. exatamente isso que o Deputado Gilson dos Santos acabou de colocar: que nós faremos um comparativo entre as duas administrações, no fim do mandato dos dois Prefeitos.

Temos sido segregados em Florianópolis pelo Governo Paulo Afonso, essa é a questão fundamental. Apesar do Governo de Joinville ter recebido toda a boa vontade e a benesse do Governo de Paulo Afonso, Dona Ângela não está fazendo o nosso Partido passar vergonha e nem está prejudicando o desenvolvimento de nossa cidade.

Tive a oportunidade de citar as dificuldades quando ela assumiu o Governo, inclusive, as dívidas que ela herdou e principalmente o caos administrativo. Citei também algumas obras, além dessas que o Deputado Leodegar Tiscoski citou, que só não vê quem não quer, quem não anda por Florianópolis. Basta ir à rua Otto Gama D'Êça, que está sendo asfaltada, no bairro Santa Mônica, na rua Afonso Pena, quer dizer, nós vamos cumprir rigorosamente todo o programa que a Ângela Amin estabeleceu na sua campanha e, sem dúvida nenhuma, eu concordo com o Deputado Gilson dos Santos. A verdade vai prevalecer, vamos ver no final das duas administrações quem foi o melhor na administração das duas cidades principais de Santa Catarina. Meus cumprimentos ao Deputado Leodegar Tiscoski.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Eu agradeço ao Deputado Olices Santini.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Na verdade, nós já conhecemos o Deputado Sergio Silva, que é uma pessoa que sempre impressiona muito pelos seus reptos, pelos seus desafios. Ele fez muito isso na Câmara. Ele, na verdade, conseguiu o que queria, chamou a atenção para si, chamou a atenção para o Deputado Luiz Henrique, chamou a atenção para essa disputa, já que está se antevendo entre Governador/Candidato do Partido dele e o Governador Esperidião Amin. Notem, eu estou falando em Governador Esperidião Amin!

Amanhã eu tenho o horário do Partido e gostaria de fazer uma discussão sobre isso, não para responder para o Deputado Sergio Silva, nem para tratá-lo de forma deseducada ou deselegante, porque S.Exa. não merece isso, apenas para resgatar algumas questões que o Deputado Sergio Silva colocou no seu discurso, do qual tive a oportunidade de solicitar as notas taquigráficas, porque em alguns momentos o Deputado Sergio Silva cometeu alguns deslizes, fruto da sua facilidade de comunicação, de sua empolgação, vamos dizer assim.

Vamos falar do estado de qualidade de Joinville, vamos resgatar o estado de qualidade de Joinville. Eu não queria falar sobre isso, porque eu muito mais gostaria de falar da Joinville, de fato, 10ª colocada no ranking nacional, mas ela não está, naquela revista, colo-

cada dessa forma. Mas foi insinuado isso, e nós precisamos ainda de muita coisa.

Nós ainda vamos ver, Deputado Sergio Silva, Joinville como 10ª colocada, talvez ainda não nessa administração, mas, quem sabe, nas próximas administrações Joinville poderá ocupar esse lugar honroso de ser a 10ª colocada no ranking nacional. E nós todos temos que lutar por isso.

Parece-me que uma frase que o Deputado Sergio Silva colocou, no final da sua manifestação - e gostaria de saber o real objetivo dessa manifestação -, foi: "Tomara que esse exemplo de Florianópolis não se espalhe por Santa Catarina". Na verdade, aí S.Exa. disse qual era a razão de toda aquela manifestação: já era uma tentativa de dizer para os catarinenses que essa questão de Amin não deveria ser considerada em Santa Catarina.

Com toda certeza, Deputado Sergio Silva, tomara que esse exemplo de Paulo Afonso não se espalhe por Santa Catarina.

Esse é o maior desejo de todos os catarinenses, afinal, as duas últimas gestões do PMDB foram desastrosas e o saldo dessas duas gestões, a de Pedro Ivo/Casildo Maldaner e essa de Paulo Afonso, de fato, são maus exemplos para a governabilidade de Santa Catarina. Mas falaremos um pouco mais sobre isso amanhã.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Eni Voltolini.

Para acrescentar dentro dos apartes aqui apresentados, eu apenas lembraria que certamente o joinvilense se orgulha muito do que foi aplicado em propaganda e divulgação no ano de 97, pois foram mais de R\$2.000.000,00. E, realmente, o Município que tem essa disponibilidade financeira deve ter muitos recursos, vindos de diversas origens, principalmente do Governo do Estado.

Nessa linha do confronto, eu vou me permitir acrescentar um outro Município, Criciúma, trazendo o perfil da sua administração, não só da atual gestão como, também, da gestão anterior. Vamos mostrar a Santa Catarina o Município do Sul do Estado que é o nosso grande pólo do Sul do Estado e mostrar o caos em que se encontra aquela administração, a inviabilidade financeira em que se encontra, as dificuldades em que se encontra o Município, o que, certamente, poderá somar em muito a esse comparativo, lógico, porque as ligações existem, inclusive o ex-Prefeito de Criciúma é o atual possível - não sei se será realmente, mas com certeza irá para a vitrine - candidato a Governador do Estado. Mas quero trazer, nesse contexto, Joinville, a Capital e Criciúma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos doze minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, na primeira metade do horário destinado ao PFL, uma vez que o nosso Líder, Deputado Wilson Wan-Dall, solicitou a ocupação na segunda metade do horário, vamos tocar num assunto aparentemente "interna corporis", que faria tão somente interesse ao PFL, mas, acima de tudo, acredito, faz parte também do interesse da sociedade catarinense, porque diz respeito a homens públicos que militam na política catarinense há muito tempo.

Eu já estou cansando, Deputado

Gilson dos Santos, de todo santo dia, ao abrir os jornais de circulação estadual, ver notinhas maquiavelmente plantadas, solentemente plantadas, com identificação clara a nós, do PFL, no que diz respeito à condução desse questionário-pesquisa que o Partido está fazendo, empreendendo, junto à base partidária para saber o seu rumo com relação às eleições deste ano.

O PFL caminha para desmistificar e tirar o estigma da pecha de que era um Partido de decisões de cúpula, de que a elite Partidária fazia e desfazia sem consultar a sua base. E relembro o fato de quando houve a decisão do rompimento da coalizão que se mantinha até dezembro de 96 e janeiro de 97 toda a base partidária foi consultada, Deputado Wilson Wan-Dall, V.Exa. se recorda disso. Houve a manifestação, num corpo unânime da base partidária, para que houvesse o afastamento do PFL do Governo de coalizão, uma vez que, unilateralmente, a confiabilidade havia se extinguido por parte do Governo do Estado.

Portanto, essa pesquisa que está sendo feita, acompanhada por todos os Deputados Estaduais, que assumiram para si, também, a condição e a condução desse processo, está sendo feita com a maior transparência possível.

Não nos causam surpresa as fontes que estão estimulando e instigando as notas que saem nas colunas dos jornais com relação à honorabilidade, à credibilidade do Presidente do Partido, Deputado Pedro Bittencourt, no que diz respeito à análise final dos documentos encaminhados pelo interior. Absolutamente nos causa surpresa, porque o fomento dessa notícia inverídica, dessa nota plantada, está mais do que clarificado ainda nos cordões umbilicais que não foram cortados, com relação à presença tácita de alguns dos membros do PFL na correlação de simpatia com o atual ou com segmentos do atual Governo do Estado.

Portanto, o Deputado Pedro Bittencourt escutará a grande maioria dos Prefeitos do PFL de SC, no total 52. S.Exa. já deve ter ouvido aproximadamente 45 desses Prefeitos, já teve a reunião com os membros dos Diretórios, já teve encontros regionais organizados pelo Partido, e nós, Deputados Estaduais, por sua vez, estamos correndo todos os Municípios da nossa base partidária também empreendendo esse trabalho de consulta.

Até o dia 30 de março o Presidente receberá toda essa consulta materializada num questionário. Não admitimos, em hipótese nenhuma, viúvas que estão aí a tentar desarticular o Partido com notas plantadas sem a mínima convicção daquilo que estão falando, sem o caráter de verossimilidade naquilo que afirmam aos colonistas que estão a publicar matérias encaminhadas e plantadas.

Com toda certeza, Deputado Wilson Wan-Dall, a decisão partidária será a mais madura e a mais transparente. Será aquela que buscará o caminho do Partido sem interferências externas, sem interferências estranhas e absolutamente se conduzindo pelo desejo maior da base partidária.

Nós comentávamos há pouco, Deputado Wilson Wan-Dall, com relação à sua e à minha região - quando aproximadamente 50 Municípios já fizeram a sua manifestação, unindo as duas regiões, 50 a 60 Municípios -, que com certeza ela tem o carimbo da verdade absoluta de cada membro do Diretório Municipal. A consulta não está sendo conduzida de forma escusa, absolutamente. Está sendo conduzida de forma clara,

cristalina, diáfana e transparente. Sem a interferência daqueles que desejavam, talvez, um resultado diferente.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Ouço o Deputado Gilson dos Santos, que, tenho certeza, irá além de ajudar a clarificar o nosso pronunciamento, vai engrandecê-lo.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Júlio Teixeira, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar V.Exa., acho que o que está fazendo o Partido da Frente Liberal é algo que só pode, e certamente ocorrerá, aumentar o seu fortalecimento, porque é consulta às bases. É muito importante que todos nós, políticos, retiremos aquele problema relacionado com decisão de cúpula.

O nosso Diretório Municipal do interior quer ter uma co-participação naquilo que ele entende que é o melhor para Santa Catarina. Eu tenho certeza de que essa pesquisa que está sendo feita a nível estadual, que V.Exa. anunciou e que após o dia 30 já se terá condições de tabular todos os resultados, vai representar, sem dúvida alguma, no mínimo, a grande maioria do Partido.

Por isso, quero cumprimentar V.Exa. e dizer, não só a V.Exa. mas também ao Líder do PFL, Deputado Wilson Wan-Dall, que nós confiamos na pesquisa do Partido de V.Exa., seja qual for o resultado.

Agora, uma coisa ninguém pode, em absoluto, esquecer, é absolutamente salutar, é absolutamente benéfica a qualquer Partido Político, e o PFL não é exceção neste caso, a consulta que V.Exas. estão fazendo.

Cumprimento V.Exa. e, evidentemente, torço, intimamente, Deputado Júlio Teixeira, para que nós restabelecamos um entendimento no sentido da próxima eleição, caminhando juntos nesse processo.

Cumprimento V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Muito obrigado, Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Concedo, agora, um aparte ao nosso Líder, Deputado Wilson Wan-Dall.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Deputado Júlio Teixeira, acho que é em bom momento, o dia de hoje, que V.Exa. levanta a questão do Partido do PFL, que está neste momento consultando suas bases.

Estou há pouco tempo no PFL, mas estou satisfeito, porque o PFL vem dando oportunidade desde ao Município mais antigo de Santa Catarina como até ao recém-criado. Na minha região, Dr. Pedrinho e Apiúna, que são Municípios mais recentes, estão sendo ouvidas as bases do Partido.

Nunca foi aceito por ninguém e por nenhum Partido Político as coisas de cima para baixo. Muitas vezes temos que engolir como um sapo; quando ele vem direitinho, tudo bem, mas quando ele vem de atravessado, dói, e a nossa base fica insatisfeita.

Então, o PFL está ouvindo as suas bases. No dia 30 de março ocorrerá a entrega das propostas e no dia 15 ou 17 de abril deverá ser anunciada a posição do PFL.

Eu represento o Vale do Itajaí, V.Exa. representa praticamente todo o Vale, que tem uma região maior, mas o coordenador do PFL no Vale do Itajaí, Lot Stein, tem feito um trabalho magnífico. Mensalmente, fora de política, vem se reunindo com os Diretórios, vem trocando idéias, propostas e, acima de tudo, vem dando oportunidade para os nossos filiados poderem também dizer alguma coisa -

fazendo chegar até o Presidente Nacional do Partido as reclamações e os anseios daquilo que a nossa base eleitoral deseja.

Os meus cumprimentos, Deputado Júlio Teixeira. E parabéns também a direção do PFL, na pessoa do Deputado Pedro Bittencourt, que sem dúvida nenhuma tem feito um grande trabalho para nós, pefelistas, em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Agradecemos as suas palavras, Deputado Wilson Wan-Dall, nosso Líder.

Realmente, Deputado Gilson dos Santos, a pesquisa é um ponto alto da democracia partidária, mas o que mais nos tem de notado, senhores Deputados, é que um dos itens do questionário sugere que a base também apresente, enumere e pontue indicativos para a formação de um Plano de Governo.

O que mais temos ouvido é que, para ser aplicado o Plano de Governo, há necessidade preliminar de fazer um plano de salvação para Santa Catarina. Esse é o desejo maior de cada cidadão catarinense, que antes de mentalizar um caminho administrativo, financeiro e regular quer que seja devolvida a credibilidade ao Estado, que infelizmente foi sacudida durante esse curto período, mas que com certeza já no ano que vem findar-se-á com a assunção de um novo projeto de salvação.

Tenham certeza de que a resposta desse questionário será acima de tudo a da racionalidade, será uma resposta onde estará pontificada a maturidade partidária e não a emoção propriamente dita.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PMDB, que dispõe de dezesseis minutos.

Com a palavra o senhor Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, venho à tribuna na tarde de hoje para responder a algumas críticas que foram feitas ao Governo do Estado, na semana passada, pelo senhor Deputado Reno Caramori.

Essas críticas não contêm a verdade e por isso venho à tribuna para esclarecer essas posições, por ver naquela oportunidade a atitude do Deputado Reno Caramori, quando a Casa estava cheia de pessoas que desconheciam o assunto, que aqui foi taxado categoricamente de mentiroso pela questão que ora discutia, ou seja, a construção do aeroporto de Caçador.

Dizia o senhor Deputado Reno Caramori que o senhor Governador tinha mentido através de uma nota publicada no jornal A Notícia, dizendo que o Governo do Estado havia investido R\$4.000.000,00 no aeroporto de Caçador e que aquilo não era verdade.

Não era verdade mesmo, Deputado Reno Caramori, mas não era verdade aquilo que V.Exa. estava dizendo, porque trago o jornal A Notícia, onde tive a oportunidade de fazer uma pesquisa. E parece que nos últimos dias só encontrei essa matéria que se referia exatamente a esse assunto, a não ser que houve outras notícias em outros jornais.

Portanto, de acordo com a pesquisa que eu fiz nos últimos jornais, só encontrei essa matéria que diz que o Governo investe em sistema aeroviário.

(Passa a ler)

"Obras programadas pelo Governo prevêem mudanças na estrutura aeroportuária de Santa Catarina.

As metas estabelecidas no plano de Governo, através do seu Projeto nº 085, compreendem desde a recuperação e ampliação das pistas, pátios e terminais de passageiros à adequação e à implantação de rádios auxiliares de navegação aérea, restauração e preservação das áreas de proteção dos aeroportos, fomentos e implantação de linhas aéreas regionais, regularização administrativa operacional das unidades aeroportuárias, além de sua manutenção.

O Governo do Estado, para atingir as metas estabelecidas, vem desenvolvendo ações e investimentos em sua infra-estrutura aeroviária, utilizando-se de recursos próprios associados aos obtidos junto ao Profaa - Programa Federal de Auxílio a Aeroportos -, gerenciados pelo DAC.

Assim, recuperou a pista do Aeroporto Diomício Freitas, em Forquilha.

Iniciou em 1997 e concluiu no início deste mês as obras de ampliação e pavimentação asfáltica do aeroporto de Caçador, com um custo total de R\$4.000.000." Aí vêm as especificações da obra.

Tudo isso resultante da matéria que anteriormente falava dos recursos próprios associados aos obtidos junto ao Programa Federal de Auxílio a Aeroportos.

Portanto, senhor Deputado Reno Caramori, o Governo não mentiu, o Governo falou a verdade.

Digo mais, agora, no convite da inauguração, que está sendo distribuído (acredito que V.Exa. tenha recebido, se não recebeu, vai receber), está mais transparente ainda essa questão, quando fala do custo da obra. Diz o seguinte:

(Passa a ler)

"3. Custos da Obra

3.1 - União (Ministério da Aeronáutica) Programa Federal de Auxílio a Aeroportos R\$2.752.740,00;

3.2 - Estado/Secretaria dos Transportes e Obras: R\$686.394,00;

3.3 - Município/Prefeitura - serviços complementares de cobertura vegetal e desapropriação."

Portanto, não houve aqui nenhuma mentira por parte do Governo do Estado. Foi muito clara a posição da matéria veiculada no jornal, suas colocações, quando diz que tudo isso é uma parceria do Governo do Estado com a União e Prefeitura, dando os valores e porcentagens que foram usados - a União em torno de 70% e o Governo do Estado 30%.

Essa é uma obra, Deputado Reno Caramori, monumental, feita em tempo recorde, que causará inveja em outras regiões, pois lá poderão aterrizarem aeronaves de grande porte. E para isso o Governo foi buscar os recursos dentro de um programa desenvolvido nessa área, pois é sua obrigação viabilizar esses recursos para executar as obras que são de anseio da comunidade.

Obra esta esperada há muitos anos pela comunidade de Caçador e pelas outras regiões vizinhas, que tinha sido prometida pelo Governo de seu Partido, que não cumpriu, mas que agora está sendo executada pelo Governo do Estado, através de convênios com a União, e, sem dúvida nenhuma, vai prestar um grande serviço à sociedade e aos empresários, auxiliando no desenvolvimento daquela grande cidade de Caçador, cidade tradicional que temos visitado e visto o seu desenvolvimento.

Portanto, faço nesta tarde esta colocação, porque anotei no momento, e respeito as opiniões de todos os Parlamentares, respeito os seus discursos, os seus comentários, as críticas feitas; por isso, todos fomos eleitos, e a democracia determina que somos livres para

nos expressar.

Agora, não vejo ninguém no direito de fazer uma crítica dessa natureza, e se a matéria for essa, não têm nenhum fundamento legal para chamar um Governador de mentiroso.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Romildo Titon, concordo em parte com a sua observação, mas subentende-se, realmente, que o investimento foi de fato no valor de milhões. Mas a imprensa falada já aproveitou e disse que o Governo investiu R\$4.000.000,00, nota pinçada dentro dessa matéria, no aeroporto de Caçador.

Deputado Romildo Titon, eu tenho orgulho de ver essa obra, a do aeroporto de Caçador, pronta, porque quem fez o projeto, quem viabilizou os recursos junto ao Ministério da Aeronáutica foi o Governo Kleinübing e o Governo Konder Reis.

Portanto, este Governo está somente executando a obra. Se V.Exa. verificar os Orçamentos, os programas dos aeródromos de Santa Catarina, verá que toda essa programação foi elaborada no Governo Kleinübing e no Governo Konder Reis.

Deputado Romildo Titon, mas eu fiz mais uma observação, quando falei na habitação, quando disse que o Governo tinha mentido quando, nesta Casa, prestou contas de suas obras na área da habitação, dizendo que havia entregue trinta e cinco mil benfeitorias. E eu tenho aqui o programa do Governo da Cohab, manuscrito pelos próprios funcionários da Cohab, inclusive com percentuais das obras.

Então, continuo reafirmando que o Governador não usou da verdade aqui, neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - V.Exa., Deputado Reno Caramori, está desvirtuando a matéria, a discussão que eu trago para esta tribuna.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Mas é matéria do mesmo dia, Deputado. Foi no mesmo dia!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - V.Exa. falou de uma matéria do jornal A Notícia, com relação ao aeroporto.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Perfeito!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - E eu fui buscar o jornal do dia 18 de fevereiro de 1998, e quero esclarecer que se V.Exa. não tiver outra matéria a não ser essa, V.Exa. haverá de convir comigo que foi injusto, naquele momento, quando V.Exa. chamava o Governador de mentiroso, porque a própria matéria não diz isso.

A matéria é clara, é transparente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Ela subentende...

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Ela fala claramente de onde vêm os recursos, sem nenhum receito de contar que veio recurso do Governo Federal.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Não codifica, senhor Deputado.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Não vou aqui discutir a questão de quem foi buscar ou de quem não foi. Acho que todas as lideranças, que todos os governos que aqui passam, têm a obrigação de ir buscar os recursos e de tentar colocá-los no Orçamento para realizar essas obras.

Agora, não é justo que se traga um fato dessa natureza, quando o Plenário estava repleto de pessoas que aqui vieram para assis-

tir o desfecho de um projeto da área da educação, aproveitando-se da oportunidade; pessoas que estavam inocentes nesse assunto levaram para fora a imagem de que um Governo estava mentindo, estava se aproveitando de recursos federais para dizer que eram recursos próprios.

Estava na matéria outro conteúdo e não aquele que aqui foi trazido, fazendo-se com que pessoas levassem uma imagem errônea.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu gostaria de dizer a V.Exa. que é importante criticar, pois toda crítica tem pontos construtivos. Por outro lado, quanto ao papel da Oposição, nós entendemos - de criticar, de esmerpear -, mas nem tudo trazemos à tribuna para contestar, não porque não achamos que deva ser contestado ou porque não temos razões para isso, mas porque, talvez, não achamos necessário, a cada questão aqui levantada, vir discutir com os Colegas Deputados.

Um fato dessa natureza eu não posso admitir que seja levado à sociedade, pois é uma inverdade que foi colocada de outra forma. Eu quero, e acredito que também V.Exa. - como representante do Município de Caçador, onde já foi Prefeito, portanto, conhece os dois lados da moeda -, aplaudir uma obra como essa e trazer verdadeiramente os números que são colocados tanto na imprensa quanto no convite, que está mais transparente ainda.

Portanto, ninguém mentiu. Do lado do Governo eu tenho absoluta certeza de que não houve mentira. Quem mentiu talvez foi quem colocou de outra forma essa matéria.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, eu só quero fazer uma retificação naquilo que V.Exa. afirma: que eu usei a tribuna aproveitando-me da Casa cheia.

Não foi assim, pois aqui está o meu requerimento, onde eu justificativa e solicitava aos nobres Pares que votassem o nosso pedido de informação. Então, aí é que surgiu o comentário, tendo em vista a apresentação do nosso pedido de informação na época em que eu discutia essa matéria na tribuna.

Portanto, não existe correlação nenhuma com o Plenário que aqui estava e a minha manifestação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Já que V.Exa. há pouco disse que permite, inclusive críticas, eu quero fazer uma crítica ao seu Governo e aproveitar a oportunidade para solicitar a V.Exa., que é Líder do Governo, que faça um apelo ao Governo para resolver o problema do Ipsc, o qual está se agravando. Há muitas clínicas que não estão mais aceitando atendimento ao sócio do Ipsc por falta de pagamento desse Instituto.

Gostaria que V.Exa. entendesse que nossa crítica é construtiva para que o servidor público catarinense - que paga regularmente o Ipsc, com o desconto direto na folha de pagamento - não seja privado do atendimento. V.Exa., então, na qualidade de Líder do Governo - cargo pelo qual queremos cumprimentá-lo, porque o conhecemos e sabemos que haverá de desempenhar essa função a contento do Governo e de modo

especial do povo catarinense -, que leve a preocupação ao Governo de que a situação dos associados do Ipsc está se agravando muito, inclusive, dentro de poucos dias nenhuma clínica ou laboratório prestará serviço ao Ipsc, se não for pago o que o Ipsc deve.

Assim, faço um apelo a V.Exa. - e receba isso não como uma crítica mas, sim, com o objetivo de colaborar com o servidor público catarinense - no sentido de que o Governo possa repassar os recursos ao Instituto, para que este, então, possa pagar às devidas clínicas.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Eu farei uma sugestão a V.Exa. também na mesma linha do Deputado Onofre Santo Agostini.

Na ocasião do pronunciamento do Deputado Reno Caramori, S.Exa. se referiu também ao trecho da Br que liga Caçador/Calmon/Matos Costa a Porto União. O Governador lá esteve - e se não me engano o Deputado Onofre Santo Agostini o acompanhou - e deu a ordem de serviço há mais de um ano. Mas eu tive a oportunidade de passar naquele trecho, com muita dificuldade, há dois meses.

Portanto, o Deputado Reno Caramori levantou a questão de que havia também uma ordem de serviço emitida do Governo para a execução daquela obra, a qual já fazia parte do plano do Bird, mas que até agora não temos informação.

Então, eu gostaria que V.Exa., na qualidade de Líder do Governo, nos trouxesse informação sobre a região de Caçador.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - A oportunidade de esclarecer um fato que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT, por até 9 minutos.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente quero registrar a presença nesta Casa do Presidente do PDT de Romelândia, juntamente com mais três Vereadores, que nos visitam na tarde de hoje. Logo mais teremos uma audiência no Tribunal de Contas, para falarmos com o Presidente Moacir Bértoli justamente sobre problemas de relacionamento que os Vereadores têm para com o Executivo de Romelândia.

É um tema que abordaremos nos próximos dias: Municípios onde o Prefeito, seja de que Partido for, ao invés de trabalhar em conjunto com a Câmara de Vereadores, complica, não dá as mínimas informações, a mínima atenção aos Vereadores que não são do seu Partido. Isto é a subcultura política que estamos vivendo em nosso País.

É o caso que está acontecendo na administração de Romelândia, onde os nossos Vereadores, imbuídos de boa vontade, querem prestar informações ao povo, tentam fazê-lo por via legal, através de pedidos de informação, de requerimentos, porém o Prefeito nega, e eles têm que apelar para a Justiça, o que é muito mais demorado, mais dispendioso, enfim, muito mais ruim. Então, por que não termos mais democracia, Vereadores trabalhando em conjunto, pelo menos sendo atendidos nos seus direitos nesses Municípios?

Um outro tema que eu queria abor-

dar, mas devido à exigüidade do tempo também o farei amanhã, é sobre o grave problema dos fumicultores do nosso Estado.

Senhores Deputados, os plantadores de fumo, pelo terceiro ano consecutivo, não têm um centavo de aumento na arroba de fumo produzida, enquanto que os insumos aumentam substancialmente.

Devemos fazer um debate aprofundado nesta Casa Legislativa sobre esse tema, o que também abordaremos nos próximos dias nesta tribuna.

Então, encerro o meu pronunciamento agradecendo pela inversão que o PT me propiciou, porque agora vou acompanhar os Vereadores a uma audiência no Tribunal de Contas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PT. Com a palavra o senhor Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, na última sexta-feira tive a oportunidade de participar, durante todo o dia, desde as primeiras horas da manhã até à noite, de uma reunião na Secretaria Estadual de Saúde.

Na parte da manhã tivemos o Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde, e na parte da tarde continuamos a reunião em conjunto com a Comissão Intergestores Bipartite, que é um órgão colegiado composto por seis representantes da Secretaria Estadual de Saúde, seis representantes dos Secretários Municipais de Saúde, sendo esses últimos distribuídos entre dois Secretários de grandes cidades, dois de cidades médias e dois de pequenas cidades do nosso Estado.

O assunto em pauta: o grave problema que se cria em Santa Catarina pelo corte de verbas federais. Verbas do Ministério da Saúde para Santa Catarina estão sendo cortadas.

O teto financeiro que o Estado de Santa Catarina tem direito de receber do Governo Federal está sendo reduzido em mais de R\$8.000.000,00, o que, com certeza, vai ocasionar um prejuízo inestimável para os nossos Municípios, porque a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. E quem vai ficar com o prejuízo dessa diminuição, desse corte de recursos? O Governo Federal? Naturalmente que não, já que é ele mesmo que está cortando!

O ano passado foi chamado o ano da saúde, mesmo assim os recursos foram minguados. Enquanto os recursos do CPMF entravam por uma porta, os recursos das outras fontes que já estavam garantidas saíam por outra.

Este ano, 1998, que não é o ano da saúde, o Governo Federal está reduzindo ainda mais os recursos para esse setor, os cortes são superiores a R\$1.000.000.000,00.

A União repassa essa notícia para os Estados, e num Estado como o nosso, a Secretaria Estadual da Saúde chama os Secretários Municipais da Saúde e repassa o corte para essas Secretarias.

Todos nós sabemos que os Municípios já estão no limite. Os Municípios catarinenses e brasileiros já esticaram a corda até onde puderam esticar, com certeza, porque cada vez mais encargos são transferidos para os Municípios na área da saúde, inclusive agora, com a implantação da Norma Operacional Básica, NOB-SUS 96... Aliás, ela é de 96, mas está sendo implantada em 98, por-

tanto, com atraso, como tudo na área do SUS, porque não se tem determinação política suficiente para implementar no tempo devido.

A Norma Operacional Básica causa uma modificação substancial em todo o setor saúde em relação aos Estados e Municípios, inclusive novas formas de habilitação, como da antiga forma incipiente para parcial, semiplena. Hoje os Municípios terão que se habilitar para outras formas de gestão: gestão plena da atenção básica ou gestão plena do sistema municipal.

São muitos os programas criados, como o piso de assistência básica ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde, ao Programa de Saúde da Família e por aí fora. Isso tudo está sendo repassado para os Municípios, mas não há a contrapartida de recursos que acompanhe essas responsabilidades novas que os Municípios assumem.

Estou me adiantando aqui, senhores Deputados, porque vim daquela reunião de sexta-feira com a incumbência de (e aí peço atenção especial dos Líderes de Bancada) incluir este requerimento, o qual apresentei à Mesa já solicitando que seja colocado em caráter de urgência na Ordem do Dia de hoje.

O requerimento propõe convocar, para a próxima segunda-feira, o Secretário Estadual da Saúde, com um convite aos Deputados e Senadores que compõem o Fórum Parlamentar Catarinense (já que segunda-feira eles podem estar à disposição, pois na terça-feira pela manhã é que viajam para Brasília), à Comissão Intergestores Bipartite, aos membros do Conselho Estadual dos Secretários Municipais da Saúde, ao Conselho Estadual de Saúde e a outras entidades.

A convocação é para que o Secretário Estadual da Saúde diga, nesta Casa, como realmente está o teto financeiro dos recursos federais para Santa Catarina na área da saúde e quais são os critérios, como que o Estado de Santa Catarina, a Secretaria Estadual de Saúde, a Comissão Intergestores Bipartite estão redistribuindo esses recursos para os Municípios.

Este assunto está em pauta porque na semana passada denunciávamos aqui a intenção de um corte de 271 mil reais para o Município de Blumenau, que representa uma importante região do Médio Vale do Itajaí. Tendo solicitado mais 250 mil reais/mês à Secretaria Estadual de Saúde, Blumenau foi surpreendido com a intenção de, ao invés desses 250 mil, ser cortados 271 mil reais.

Senhores Deputados, não queremos que nenhum Município de Santa Catarina seja sacrificado, porque nenhum pode perder os minguados recursos que têm para a saúde. Como eu disse, já estão trabalhando no limite, a corda já esticou toda. Por isso queremos saber do Secretário Estadual da Saúde quais são as suas gestões junto ao Governo Federal, e para tanto temos que chamar a Comissão Intergestores Bipartite e também o Fórum Parlamentar Catarinense.

Eu ouvi muitas queixas dos Secretários Municipais no sentido de que quando vão a Brasília não têm a atenção do Fórum. E mesmo os representantes do Conselho Estadual dos Secretários Municipais da Saúde de Santa Catarina ficam a ver navios...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência justifica a ausência

dos seguintes Deputados: Adelor Vieira, que se encontra em Brasília na reunião da Unali; Jaime Mantelli, da mesma forma; Norberto Stroisch, que está cumprindo visitas e compromissos na região do Meio-Oeste catarinense.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 23 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, eu queria justificar a ausência do Deputado Pedro Uczai e do Deputado Idelvino Furlanetto, que inclusive estiveram hoje nesta Casa, mas que estão agora se dirigindo a Campos Novos e Chapecó em função de alguns movimentos que lá estão acontecendo, a fim de evitar conflitos maiores.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a manifestação das Lideranças no sentido de invertermos a pauta, uma vez que se encontra em discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei nº 393/97, de autoria do Deputado Paulo Vidal, que trata da desanexação da área da Ponta do Papagaio.

É um projeto de relevante importância para aquelas comunidades. E tendo em vista, senhor Presidente, que as demais matérias da pauta tratam de veto, precisando, portanto, de quórum qualificado, eu solicitaria a V.Exa. fazer essa alteração da pauta, porque, com referência aos vetos, nós não vamos ter condição de votar hoje. Inclusive, o meu compromisso é no sentido de que todos esses vetos sejam votados no dia de amanhã.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, nós queremos reforçar a solicitação do Deputado Gilson dos Santos e, inclusive, solicitar à Mesa a retirada da votação dos vetos. Como disse o Deputado Gilson dos Santos, nós precisamos de quórum qualificado, ou seja, 21 votos, e há um veto ao Projeto de Lei Complementar nº 3167/98 que nós temos interesse em derrubar.

Por isso, nós solicitamos, além da reversão da pauta, já solicitada pelo Deputado Gilson dos Santos, a retirada da votação dos vetos.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, a Bancada do PMDB concorda com a proposta do Deputado Gilson dos Santos, em homenagem ao Deputado Paulo Vidal, para que se possa nesta assentada deliberar a respeito desse projeto, que corrige um erro redacional desta

Casa com referência à desanexação de uma parte da área da Ponta do Papagaio, no Município de Palhoça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Líderes, faremos, então, a votação do Projeto de Lei nº 393/97. As demais mensagens de veto serão retiradas e incluídas na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 393/97, de autoria do Deputado Paulo Vidal, que altera a redação da emenda e do art. 1º da Lei nº 10.584, de 11 de novembro de 1997 (dispõe sobre a desanexação da área da Ponta do Papagaio).

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor da Telesc, pedindo a liberação de extensão de linha telefônica para localidades no Município de Doutor Pedrinho (Forquilha, Capivari, Benedito Alto).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 391/97, referente à estadualização da rodovia municipal que faz a ligação da sede do Município de Santa Rosa do Sul com interseção da SC-438.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Gilson dos Santos e outros, que requer seja submetido à deliberação do Plenário proposição no sentido de se fazer uma sessão solene para homenagear o ilustre homem público e ex-Governador Dr. Ivo Silveira, dia 30 de março, às 19h.

Em discussão.

Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, nobres senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de dizer que este requerimento foi assinado no início da sessão por vários Deputados que compõem esta Casa.

Alguns ainda não estavam no Plenário da Assembléia Legislativa, razão pela qual eu não solicitei a assinatura dos mesmos, mas aproveito este momento para solicitar a todos os Parlamentares que assinem este requerimento, pois trata-se de um público que orgulha Santa Catarina.

Além dele estar comemorando os seus 80 anos de idade, ele também completa 50 anos de vida pública. Entendendo que esta Casa foi um segundo lar do ex-Governador Ivo Silveira, é esta Casa, pois, que tem a prerrogativa

tiva e o dever de justiça de homenagear um homem de tamanha envergadura política.

Ivo Silveira, com a sua simplicidade, com a sua maneira de ser, um homem que participa de todos os encontros, tanto na área política quanto na área social e administrativa do Estado, sem dúvida alguma, ao comemorar os seus 80 anos, deverá receber desta Casa uma grande homenagem, uma homenagem daqueles que respeitam a política, independentemente de coloração partidária, como sendo a arte do bem servir.

Ivo Silveira, na minha concepção, representa isso para todos os catarinenses. Por isso a minha solicitação no sentido da aprovação deste requerimento e da participação dos senhores Deputados, uma vez que naquele mesmo dia estará sendo lançado um livro que fala exatamente do ex-Governador Ivo Silveira, de autoria do jornalista Moacir Pereira.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Gilson dos Santos, atendendo rapidamente ao apelo de V.Exa., dirigi-me à Mesa Diretora e lá apus a minha assinatura ao requerimento, que, com certeza, representa a assinatura de toda a Bancada do PMDB, que se associa nessa justa homenagem a esse grande homem público de Santa Catarina, que em três Legislaturas esteve nesta Casa, presidiu esta Casa, foi Prefeito do vizinho Município de Palhoça e Governador do Estado.

Por isso merece receber, no momento em que comemora 80 anos de idade e 50 de vida pública, a mais merecida homenagem da população de Santa Catarina, através da sua Casa.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço, Deputado João Henrique Blasi.

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer mais uma comunicação. Na semana passada, fui convidado, a exemplo de todos os Líderes de Partidos Políticos, para uma reunião na Secretaria da Fazenda, objetivando discutir o projeto de lei, que será encaminhado a esta Casa nos próximos dias, tratando do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços e, mais propriamente, da redução das multas desse imposto.

Estavam presentes nessa reunião, além deste Deputado, o Deputado Romildo Titon como representante do Governo, o Deputado João Henrique Blasi, as associações comerciais, industriais comandadas pela Fiesc e por Clubes de Diretores Lojistas.

Confesso, Deputado Udo Wagner, que o encaminhamento está sendo bem diferente daquele que foi dado no ano passado quando aqui aportou a medida provisória que visava dar os mesmos benefícios à classe empresarial de Santa Catarina.

Acho que houve uma evolução acen-tuada, e o Deputado Romildo Titon há instantes me convidava para participar de uma segunda reunião, que seria realizada na quarta-feira.

Companheiros de Bancada, a solicitação é no sentido de nos ajudarem a chegar no objetivo maior, que é aquele de viabilizar a classe empresarial catarinense, que também, a exemplo de todo o País, atravessa um momento difícil.

Acho que foi um bom encaminhamento, houve evolução e, com certeza, nós haveremos de aprovar o mais rapidamente possível um projeto de lei dessa natureza nesta Casa.

O Sr. Deputado Udo Wagner - V.Exa.

me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Udo Wagner - Deputado Gilson dos Santos, na verdade, o que houve no final do ano passado foi um equívoco na condução do encaminhamento desse projeto para esta Casa.

Ele foi discutido com empresários representando as diversas classes - Fiesc, Facisc, Federação do Comércio, Federação dos Diretores Lojistas - e com um Partido Político. Nós avisamos o Líder na época, o Deputado Sergio Silva, que havia um equívoco - porque nesta Casa nem todos os Deputados dominam a legislação do ICMS - e que se fosse encaminhado há poucos dias do encerramento do final do ano, não daria tempo dos Deputados analisarem o conteúdo do projeto.

Portanto, fico feliz com o novo Líder, Deputado Romildo Titon, que tomou essa iniciativa, fazendo com que os Líderes dos outros Partidos pudessem ter conhecimento do conteúdo desse projeto.

Nós somos favoráveis ao conteúdo do mesmo, Deputado Romildo Titon. Agora, a maneira do encaminhamento de discussão foi equivocada naquela época, por isso foi rejeitado em Plenário.

Hoje eu o vejo com bons olhos e estarei presente na quarta-feira, juntamente com as lideranças empresariais.

Acho que esta Casa é democrática, é aberta, é livre, aqui todos podem opinar, porque acho que tem muito dinheiro fora que tem que ser recuperado. Só que, na minha modesta opinião, existem três tipos de contribuintes: o sonegador, o inadimplente e o que paga religiosamente em dia, e nós não podemos aceitar que os três sejam tratados da mesma forma.

O sonegador, na minha opinião, tem que ser tratado com os rigores da lei, porque o pior concorrente dos empresários sérios e corretos são justamente os sonegadores.

O inadimplente é aquele que, por uma situação emergencial de mercado, não pode pagar os tributos em dia, e finalmente tem aquele que é a maioria, o que paga rigorosamente em dia os seus tributos.

Se no projeto vier uma compensação para aqueles que pagam rigorosamente em dia, como, por exemplo, estendendo alguns dias a mais para ele recolher o tributo, eu acho que esse projeto vai ser bem encaminhado e vai ser aprovado por esta Casa.

Por isso, meu Líder, Deputado Gilson dos Santos, eu acho que este encaminhamento é o lógico, é o correto, é o adequado para que esta Casa faça, com urgência, uma lei adequada à nova realidade até da estabilidade econômica, porque as multas que estão sendo cobradas em vários setores são extorsivas.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço o seu aparte, Deputado Udo Wagner, e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Nobre Deputado, o meu aparte é na mesma direção.

Quero saudá-lo por dizer aos empresários, às pessoas que estavam lá do pensamento do PPB, já que a nossa Bancada - V.Exa. sabe disso -, por vários e vários meses vem discutindo o assunto. E estava desgostosa, porque havia um erro estratégico na parte política, na condução do trabalho.

Parece-me que estamos vivendo um momento importante de Santa Catarina, onde os empresários, os Poderes Executivo e Legislativo se reúnem para achar uma solução não para pagar o débito de ICMS e, sim, para garantir o desenvolvimento e a retomada do desenvolvimento econômico para o Estado de Santa Catarina.

Saúdo essa decisão e, com toda a certeza, quarta-feira nós poderemos avançar bastante nessa questão.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Afirmando aqui o que disse naquela reunião, ou seja, que vamos fazer o máximo no sentido da agilização do processo, uma vez que, na minha concepção, houve grandes avanços.

O setor que V.Exa. citou, Deputado Udo Wagner, está sendo contemplado exatamente em termos de prazos para pagamento. Então, acho que, com o processo negociado da maneira que está sendo, vamos atingir o objetivo maior, que é o bem-estar dos empresários e de todo o Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Nobre Deputado, gostaria de aproveitar a oportunidade e convidar todos os Deputados para a reunião de quarta-feira, já que nem todos os Líderes puderam se fazer presentes na última quinta-feira. Estavam presentes apenas os Deputados Gilson dos Santos e João Henrique Blasi.

Estamos tentando puxar essa reunião para a Assembléia; vamos falar com o Presidente para nos ceder o plenarinho e poder ampliar essa discussão, a fim que, além dos Líderes de Bancada, também possam participar todos os Deputados que tiverem interesse em discutir essa matéria, que neste momento será discutida com a classe empresarial, a qual faz a luta maior para que isso realmente aconteça. E a proposta que está sendo contida no novo projeto é, quase que na sua totalidade, a da própria classe empresarial.

Convidamos, pois, todos os Deputados para participarem da reunião de quarta-feira, às 10h.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Obrigado, Deputado Romildo Titon. Estarei lá, e tenho certeza que outros Parlamentares do PPB também participarão.

Reitero aqui que, no que depender de nós, faremos todo o possível para a agilização desse processo, que começa a ser costurado de maneira diferente da anterior.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, resolve nomear para constituir as Comissões Permanentes os seguintes Deputados:

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis: Deputados Ivan Ranzolin, Eni Voltolini, Olices Santini, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Hans Fritsche, Júlio Teixeira, Pedro Uczai e Jorginho Mello;

Comissão de Finanças e Tributação: Deputados Gilmar Knaesel, Eni Voltolini, Leodegar Tiscoski, Ivo Konell, Sergio Silva, Paulo Vidal, Wilson Wan-Dall, Carlito Merss e Jorginho Mello;

Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Economia: Deputados Olives Santini, Eni Voltolini, Herneus de Nadal, Manoel Mota, Roberto Stroisch, Idelvino Furlanetto e Pedro Uczai;

Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor: Deputados Udo Wagner, Ivan Ranzolin, Sergio Silva, Narcizo Parisotto, Wilson Wan-Dall, Idelvino Furlanetto e Jorginho Mello;

Comissão dos Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo: Deputados Reno Caramori, Leodegar Tiscoski, Manoel Mota, Paulo Vidal, Norberto Stroich, Volnei Morastoni e Ciro Roza;

Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Udo Wagner, Lício Silveira, Luiz Herbst, Manoel Mota, Júlio Teixeira, Ideli Salvatti e Onofre Santo Agostini;

Comissão de Saúde e Meio Ambiente: Deputados Udo Wagner, Gilmar Knaesel, Lício Silveira, Ivo Konell, Cesar Souza, Sergio Silva e Volnei Morastoni;

Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público: Olives Santini, Gilmar Knaesel, Herneus de Nadal, Hans Fritsche, Pedro Bittencourt, Ideli Salvatti e Jaime Mantelli;

Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa: Deputados Lício Silveira, Reno Caramori, Luiz Herbst, Hans Fritsche, Norberto Stroisch, Júlio Teixeira e Carlito Merss.

Esta é a Resolução nº 2/98. Lembramos que o art.47 do Regimento Interno diz que presidirá a reunião o último Presidente da Comissão, se reeleito Deputado ou se continuar no exercício do mandato, e na sua falta, o Deputado mais idoso.

Portanto, respectivamente, os Deputados Ivan Ranzolin, Gilmar Knaesel, Idelvino Furlanetto, Reno Caramori, Onofre Santo Agostini, Lício Silveira e Pedro Bittencourt deverão presidir a primeira reunião da Comissão.

De acordo com o art. 47, § 1º, cabe ao Presidente da Assembléia Legislativa convocar as Comissões Permanentes a se reunirem, até cinco sessões depois de constituídas, para a instalação de seus trabalhos e eleição dos seus respectivos Presidentes e Vice-Presidentes.

Portanto, esta Presidência, neste momento, convoca as Comissões Permanentes a se reunirem, dentro do prazo estabelecido no § 1º do art. 47 do Regimento Interno, para a instalação de seus trabalhos e eleição dos seus respectivos Presidentes e Vice-Presidentes.

Apesar do prazo ser de cinco sessões, esta Presidência apela para que seja abreviado, quem sabe na sessão de amanhã, para termos todos os Presidentes das Comissões já definidos.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita a convocação do Secretário da Saúde para a reunião extraordinária da Comissão de Saúde na próxima terça-feira, dia 24 de março, para expor sobre a real situação financeira do teto relativa aos recursos federais que o Estado recebe para a Saúde.

Conta com a subscrição do Deputado Wilson Wan-Dall.

Em discussão.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni -

Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu já me manifestei no horário dos Partidos Políticos sobre este requerimento, porque foi uma incumbência que eu trouxe da reunião que participei na sexta-feira, onde estavam reunidos Secretários Municipais da Saúde de várias cidades do nosso Estado, como também a Comissão Intergestores Bipartite, técnicos da Secretaria Estadual da Saúde e especialmente um grande número de representantes de Municípios da região de Blumenau, porque, em um primeiro momento, já havia sido anunciado um corte substancial de recursos das verbas federais.

O Ministério da Saúde definiu recursos federais para o ano de 1998, através da Portaria nº 2.121, de 6 de março de 1998, para os Estados, Distrito Federal, Municípios em relação à atenção básica, assistência ambulatorial de média e alta complexidade e assistência hospitalar, e está sendo anunciado um corte de verbas federais para Santa Catarina - e como eu disse, o Estado, por sua vez, quer repassar para os Municípios.

Então, estamos propondo convocar o Secretário da Saúde para que ele possa falar aqui, oficialmente, sobre a realidade dos fatos, dos recursos financeiros da União para o Estado de Santa Catarina, sobre qual é o teto, se o teto realmente diminuiu ou aumentou.

Se formos ver em números absolutos, houve um aumento, mas pelo próprio ingresso do Estado na NOB- 96 haveria, pelos novos programas, necessidade, e o Governo Federal anunciou um incremento de 17 milhões para o Estado, no entanto reduziu isso para apenas 8 milhões.

Portanto, na verdade há uma redução substancial de recursos para o Estado, e precisamos clarear isso com o Secretário. Os Deputados Estaduais precisam ter essas informações, e senti da parte dos Secretários Municipais, da Comissão Intergestores Bipartite, do Conselho Estadual de Secretários Municipais da Saúde que eles estão cobrando da nossa parte uma posição, um espaço para poderem debater essa questão.

Inclusive, reclamaram dos Deputados Federais. Em Brasília, poucos Parlamentares Federais os receberam numa reunião do Fórum, e os poucos que os receberam logo foram encontrando alguma coisa para fazer, nem sequer ouviram o que tinham para relatar.

A Saúde não pode ser tratada dessa forma. Se o Governo Federal está tratando com esse descaso, eu imagino que o Fórum Parlamentar Catarinense, que os Deputados desta Casa não podem fazer coro com o Governo Federal. Pelo contrário, temos que exigir do Governo Federal os recursos que nos são devidos, que temos por direito.

E da mesma forma, a posição do Governo de Santa Catarina é muito cômoda. Simplesmente, ao ser anunciado o corte por parte do Governo Federal, o Governo do Estado, via Secretaria Estadual da Saúde, lava as mãos e repassa isso para os Municípios!

Qual é a posição do Governo do Estado, quais são os recursos que o Governo do Estado também vai alocar para a Saúde se tiver que ter um plus, se tiver que ter mais? Porque, como foi dito, os Municípios não estão mais cortando a gordura na Saúde, já estão cortando a própria carne, o músculo! Não tem mais gordura para cortar na área da saúde, todos sabem disso.

Então, nós estávamos propondo para segunda-feira, mas como é feriado aqui na Capital, estamos propondo para terça-feira, o que já cria um complicador para a presença dos Deputados Federais. E eu não sei qual é o nível de importância que essa Casa quer dar para essa matéria.

Eu propus fazer uma sessão especial, um debate aqui durante a sessão de terça-feira, e dar prioridade absoluta para esse tema da saúde. Ou então transfere-se para a Comissão de Saúde, que tem que se recompor, precisa se reunir. Deputado Lício Silveira, V.Exa. é o Deputado mais idoso da Comissão de Saúde e, pelo que fui informado, tem a responsabilidade de convocar os Membros dessa Comissão para que possamos, inclusive, fazê-la funcionar.

Temos o problema do Ipesc para tentar resolver (já me pronunciei aqui sobre isso na semana passada), e foi dado um prazo de trinta dias para evitar a greve. Temos, pois, que acelerar as negociações nesse interim, e esta Casa é exatamente o fórum entre a sociedade e o poder. O Poder Executivo tem que exercer esse papel de negociação, de juntar as partes - nesse caso o Secretário Estadual da Saúde, a Comissão Intergestores Bipartite, o Conselho Estadual de Saúde, os Secretários Municipais de Saúde, o Fórum Parlamentar Catarinense - para debater esse crucial problema da saúde.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Deputado, eu até subscrevi o seu requerimento com muita alegria, porque nós temos um problema sério: a retaliação que o Secretário de Estado da Saúde está fazendo com a nossa região, o Vale do Itajaí, e aquele cheque sem fundo que ele levou para a cidade de Blumenau talvez seja um dos pontos fundamentais dessa retaliação.

Gostaria de sugerir a V.Exa. - e talvez solicite à Presidência desta Casa - que essa reunião se realize na terça-feira à tarde. Segunda-feira é feriado em Florianópolis, terça-feira de manhã não tem sessão, então, acho que para dar um quórum qualificado seria melhor fazermos a sessão à tarde.

E tem que se fazer uma sessão especial para a Saúde, para saber onde está o dinheiro do CPMF, que ninguém sabe até hoje. Uns dizem que veio para a saúde, outros dizem que desviaram para outro setor. Então, é importante também convocar o Fórum Catarinense, ou seu representante, e alguém do Ministério da Saúde.

Na hora em que mais precisamos de recursos para a área da saúde, inventam um imposto, o CPMF, para as despesas com a saúde, e agora há informações de que muitos hospitais vão acabar com o atendimento pelo SUS porque o Ministério da Saúde não vem repassando os recursos devidos. O Governo do Estado não se manifestou, aceitou isso calado no seu gabinete, e nós temos que ficar mendigando recursos!

Então, acho que temos que trazer todas as entidades - Governo do Estado, Ministério da Saúde, Bancada ou Fórum Catarinense - para que possamos fazer um grande debate na terça-feira à tarde. Essa é a minha sugestão.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Agradeço o seu aparte, Deputado Wilson Wan-Dall.

No dia 07 de abril vamos estar comemorando o Dia Mundial da Saúde, e nesse dia virão muitos discursos e lamúrias em favor

da saúde. Mas estamos caminhando contra o relógio; essas medidas adotadas pelo Ministério da Saúde estão implicando em medidas imediatas em nível dos Estados e Municípios. Por isso precisamos realizar esse debate o mais amplo possível.

Concordo com o Deputado Wilson Wan-Dall, que também subscreveu o requerimento, no sentido de acrescentar um convite a um representante do Ministério da Saúde. Também espero contar com S.Exa., que é Líder da Bancada do PFL, para me ajudar nas negociações com as demais Lideranças partidárias, para que possam dar a devida importância a esse assunto e empenharem-se em convocar os Deputados de cada Bancada.

Pergunto à Mesa Diretora se poderíamos, pela importância do assunto, transportar essa matéria para a sessão de

terça-feira, no período das 14h às 16h, porque, sendo um horário nobre, é mais fácil a presença dos próprios Deputados Estaduais.

Portanto, pela importância e premência do tema, acredito que deva receber prioridade absoluta desta Casa para o seu debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, anunciamos a pauta da próxima sessão: toda a matéria que figurou na Ordem do Dia da presente sessão, com exceção do Projeto nº 393/97, e os requerimentos de autoria dos Deputados Idelvino Furlanetto, Onofre Santo Agostini, João Henrique Blasi, Gilson dos Santos e Afonso Spaniol.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 17 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VANDERLEI ROSSO

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Gervásio Maciel) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Neodi Saretta, que altera dispositivo da Lei nº 10.609, de 28 de novembro de 1997.

OFÍCIOS NºS:

019/98, DO SENHOR Secretário de Estado da Casa Civil, encaminha a resposta formalizada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, referente a Indicação nº 002/98;

047/98, do senhor Major PM Comandante da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, encaminhando documentos em anexo, referentes ao Ofício nº DP/1088/97, para providências necessárias;

162/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se a Indicação nº 002/98, que solicita viabilizar a inclusão, no Programa BID IV, da obra de pavimentação da Rodovia SC-486, trecho Botuverá/Vidal Ramos;

320/98, do senhor Presidente da Assembléia

Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminha a representação contra o Deputado Narcizo Parisotto;

321/98, do senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminha a representação contra o Deputado Jaime Mantelli.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Deputado Idelvino Furlanetto, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, ontem à tarde tomamos conhecimento, através do jornal Diário Catarinense, de barreiras formadas pela Polícia Militar de Santa Catarina para impedir o movimento dos trabalhadores rurais sem terra e o movimento dos atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai, em Chapecó.

Esses sem-terra estarão, a partir de hoje, fazendo as suas manifestações, as suas reivindicações na Capital. Isto está acontecendo também na Capital do Paraná e na Capital do Rio Grande do Sul.

Ontem à tarde tomamos conhecimento que estava articulado pela própria Polícia Militar a formação de barreiras no sentido de revistar os ônibus dos sem-terra que estavam se dirigindo para Florianópolis.

Diante disso, juntamente com o Deputado Pedro Uczai, dirigimo-nos para Joaçaba, onde pudemos constatar a existência dessas barreiras em Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Lages e até mesmo aqui, no Município de Alfredo Wagner.

Em cada barreira os ônibus, em torno de 25, eram revistados.

Quanto aos agricultores que fazem parte da agricultura familiar de Santa Catarina e às mulheres agricultoras, na semana passada também foram, todos, revistados. Parece até que era uma turma de bandidos.

O que aconteceu foi um verdadeiro terror psicológico. E eu vejo aqui, todos os dias, os Deputados manifestando apoio aos

agricultores e colocando a falta das políticas agrícolas.

Não tem subsídio para a agricultura, não tem seguro agrícola, não tem assistência técnica, e os juros dos financiamentos que os agricultores fizeram são impraticáveis. Não há como pagar os financiamentos de emergência que foram feitos na estiagem da safra 95/96.

Esses agricultores também estão reivindicando a anistia dos financiamentos feitos na própria enchente que aconteceu na região Sul e na estiagem no Oeste.

Com tudo isso acontecendo, eles se mobilizam e se vêem obrigados a vir para a Capital, mas são recebidos (como eu e o Deputado Pedro Uczai constatamos pessoalmente) por policiais armados com fuzis. Isto não se explica! É desta forma que a agricultura catarinense está sendo tratada, ou seja, com baionetas.

Nós queremos que a agricultura catarinense seja beneficiada com subsídios, subsídios estes que foram dados para as grandes agroindústrias, as quais passaram a mão nesses benefícios ao longo da história, desde o início dessas empresas em Santa Catarina, como a Ceval, a Sadia, o Grupo Chapecó, a Perdigão, a Eliane e tantas outras.

Agora, quando os agricultores vêm reivindicar a anistia, são recebidos com esse verdadeiro terror armado. Eu e o Deputado Pedro Uczai fizemos vigília durante toda a noite - até agora não dormimos -, porque se não estivéssemos lá, ninguém sabe o que poderia ter acontecido!

V.Exas. deveriam ver a forma rançosa como os capitães tratam os agricultores! E muitos Deputados vão para as suas regiões dizer que lutam pelo agricultor! Vão mentir para os agricultores, vão mentir! Porque não dá mais para agüentar desse jeito, Deputado Carlito Merss.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado, enquanto V.Exa e o Deputado Pedro Uczai estavam na estrada, na verdade tentando evitar um confronto maior e uma

postura mais agressiva, eu, atendendo até uma solicitação da Bancada, estive ontem, às 14h30min, numa audiência com o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Valmir Lemos, e coloquei a ele a nossa preocupação, dizendo textualmente que sabemos da seriedade da polícia, sabemos inclusive que seria desnecessário envolver um efetivo de mais de duzentos homens, segundo informações que obtive dele, com helicópteros, com não sei quantas viaturas, enquanto precisamos de muito policiamento nas nossas avenidas, nas nossas ruas, nos nossos bairros. Mas a alegação é a de que não há efetivo, não há condições para o policiamento que precisamos.

Coloquei a preocupação de que eram movimentos específicos, tanto do movimento dos sem-terra, tanto do movimento dos atingidos pelas barragens, como dos pequenos agricultores, exigindo, sim, a anistia e formas mais tranquilas de financiamento.

A princípio o próprio Comandante me colocou que ele obedece ordens, e as ordens vêm de algum lugar, do Governador, das entidades e inclusive do Judiciário. Até me mostrou pedidos de reintegração de terrenos - parece-me que de Abelardo Luz -, quando na verdade se sabe que o próprio Incra se instalará novamente na região para, de uma vez por todas, fazer aquela vistoria.

Agora, somente mais um detalhe: os jornais de hoje publicam que durante esta semana o Conselho Estadual do Prodec estará reunido, e se os Deputados prestarem atenção, está se falando em um bilhão em empréstimos, e todos eles para grandes empresas. Essa é a nossa discussão.

Quando votamos contra o Prodec-agroindustrial, aqui, a princípio concordamos com o Prodec, eis que é para poder possibilitar aos empresários ampliarem, construir novas unidades.

Agora, não admitimos que a coisa seja feita dessa forma. Enquanto nossos agricultores estão mendigando condições mínimas para poder continuar produzindo, os grandes volumes de financiamentos vão para os grandes empresários, que têm inclusive mais possibilidades de outros tipos de financiamentos, até porque têm capital de giro para isso.

Então, na verdade essa injustiça está transformando inclusive o Estado de Santa Catarina - que era um dos mais justos nessa área - num Estado parecido com os do Nordeste, onde o latifúndio toma conta.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Realmente, Deputado.

Os comandados da Eletrosul - através de todas as maracutaías que lá são feitas, e nós defendemos a não-privatização - estão se instalando no Município de Águas de Chapecó, iniciando uma nova barragem no Rio Uruguai, sem pagar terra para o agricultor, sem discutir preço e sem discutir onde colocar aqueles agricultores! Nesse caso a polícia não é chamada! Eles estão invadindo a propriedade!

Eu tenho aqui a pauta de reivindicações do Movimento dos Sem-Terra e do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, que estão reivindicando os Programas Viva a Luz, Viva a Casa, que são somente propaganda para os filiados do PMDB e não para projetos de assentamentos, não para viabilizar os assentamentos! Isso nós temos que passar a limpo. Nós temos que passar a limpo Santa Catarina!

Então, são reivindicações dos Municípios de Timbó Grande, Caçador, Matos Costa, Abelardo Luz, de Santa Terezinha, ou

seja, de todos os assentados que têm suas propriedades, que já estão instalados e estão aqui apoiando para que as demais comunidades assentadas recebam energia elétrica, casas e recebam o Programa Procerca que está na pauta nacional.

Senhores Deputados, os atingidos por barragens estão solicitando respeito, indenização justa das terras, reassentamento; estão exigindo que antes de adentrarem à propriedade seja acertado o preço que irão receber pela desapropriação.

Assim, quero deixar a nossa manifestação e o nosso repúdio, mas os agricultores irão continuar essa semana aqui. Eu gostaria de informar que amanhã irei a Brasília, quando teremos uma audiência com o Ministro da Agricultura, para tratar do financiamento de emergência da safra 95/96, onde estão reivindicando anistia total, e além disso estão reivindicando um crédito especial para os agricultores da região do Vale do Itajaí, região Sul, Planalto e para os demais Municípios atingidos pelo "El Niño". Estão reivindicando um crédito especial para que essas famílias continuem na propriedade, na agricultura familiar, e fazer da agricultura familiar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Gervásio Maciel.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - É com satisfação que assomamos à tribuna para dizer que com relação àquela polêmica dos processos contra ex-Prefeitos, contra ex-Deputados, contra atuais Deputados, na minha vida de quase 22 anos de mandato, 38 anos de vida pública, o único processo que existe contra mim recebeu do Juiz de Direito de Ituporanga a seguinte sentença: "Diante do exposto, por deficiência das provas, quanto ao eventual prejuízo que os requeridos tenham posto à municipalidade, julgo improcedente o pedido contido na ação inicial, em consequência julgo extinto o presente processo. Deixo de condenar o Autor nas verbas da sucumbência, pois incabível no caso concreto."

Da mesma forma, tenho aqui cópia do processo onde o Ministério Público, já no dia 13 de junho, dizia: "Visto, portanto, que não restou caracterizado qualquer prejuízo ao erário municipal, porque o dito imóvel não foi pago com o dinheiro público, não há ressarcimento a fazer, como também e pela mesma razão não há motivos que justifiquem a integração do imóvel ao patrimônio municipal."

Face o exposto requer, este órgão ministerial, seja a presente ação julgada improcedente.

13 de junho de 1997

(a) Dr. Mário Vieira Junior
Promotor de Justiça."

Esse é o final de uma novela que teve início quando fui Prefeito, em 83, quando a Oposição, ou seja, membros do PMDB de Ituporanga fizeram com que houvesse incômodo e prejuízo eleitoral para mim. É cópia idêntica ao processo criminal que está aqui, no Tribunal de Justiça, que foi amplamente noticiado nos jornais por várias vezes.

Os nossos opositores, vendo que o processo tramitava no Tribunal com alguma dificuldade, foram ao Promotor substituto para que entrasse com uma ação pública por danos causados à administração pública municipal.

Eu digo isso e comprovo, porque o Promotor, que é gente preparada, fez constar do rol das testemunhas o atual Prefeito de

Ituporanga, Luiz Ademir Hessmann. Quer dizer, ele fez a futrica, mas teve que deixar o nome como testemunha.

São quase 200 páginas onde o crime e a peça do processo é um terreno que compramos para a Prefeitura, em 83 - dois hectares de terra rural, anexos à garagem e à oficina de Ituporanga, as quais também compramos no nosso mandato.

Esse terreno, portanto, era para anejar mais uma área àquela já existente, mas acabamos por desfazer o negócio.

Tenho aqui o jornal daquela época, quando o terreno estava anunciado para a venda, pela Imobiliária Ituporanga, por 4,5 milhões de cruzeiros.

Nós oferecemos 3 milhões de cruzeiros - 1.600.000 cruzeiros de entrada e 1.400.000 cruzeiros para pagar no ano seguinte. Então, fizemos o negócio e tivemos que dar o sinal, com um cheque da Prefeitura, de 1.600.000 cruzeiros. E firmamos um contrato particular para legalizar a ação. Quando houve a vontade dos Vereadores, dos funcionários, no sentido de que não deveríamos comprar esse terreno, não tivemos condições políticas de honrar esse negócio pela Prefeitura, então, honramos particularmente.

Graças a Deus tudo foi feito certo, temos aqui os cheques nominais da Prefeitura e da Rádio Ituporanga, que ressarciram os 1.600.000 cruzeiros que foram dados de entrada, ou de sinal, no negócio, e endossado pelo proprietário, o senhor Ivo José Luiz.

Temos também a conta bancária de onde saiu o cheque, a conta particular deste Deputado, em defesa da Rádio Ituporanga, que não tinha o suprimento necessário para fazer o pagamento.

O documento principal da minha denúncia é o boletim de caixa da Prefeitura, onde não registra despesa, mas, sim, o ingresso desses 1.600.000 cruzeiros que tiramos do banco para dar de sinal ao proprietário em nome da Prefeitura. Consequentemente, não tinha como fazer qualquer rolo, porque demos entrada no dinheiro e ficou encostado no caixa da Prefeitura, como era comum nas Prefeituras, não é o procedimento do adiantamento que se faz aqui na Casa. Posteriormente, com o desfazimento do negócio, foram ressarcidos, uma semana ou duas depois da Prefeitura, esses 1.600.000 cruzeiros.

No entanto, na campanha política que se norteou - a de 90 e a de 92, onde concorri a vice, a de 94, onde concorri a Deputado, e a de 96, onde concorri a Prefeito - a Oposição deitou e rolou em cima disso. É fácil de entender a maneira como falaram, dizer como aconteceu.

Na verdade, não basta apenas ser sério, tem que se dar todos os procedimentos e provas. E às vezes é fácil deturpar. Por exemplo: se alguém hoje retirar aqui um adiantamento de três diárias para São Paulo e for de avião e resolver tudo no primeiro dia, ao chegar aqui só terá como comprovar que esteve um dia apenas em São Paulo, pela própria passagem do avião, e terá que devolver duas diárias. Porém, a qualquer momento alguém pode provar nesta Casa que pagou três diárias com um só cheque. Só que existe uma pessoa que prestou contas e que vai provar que devolveu as duas diárias. Mas pode se afirmar que o dito funcionário foi a São Paulo, que só esteve um dia lá, mas que recebeu um cheque que corresponde a três diárias. Isto é verdadeiro, e é o que ocorreu aqui.

Realmente, fizemos o negócio, demos o adiantamento desse dinheiro pela Prefeitura, mas foi devolvido. Aqui estão os

cheques nominais, comprovando; aqui está a auditoria e a peritagem, o levantamento dos peritos nomeados pelo Juiz, que caracterizou que em momento algum demos prejuízo de um centavo sequer. E o próprio Promotor substituto, que denunciou, mais tarde, é o Promotor que retira a própria culpabilidade desse autor e da sua esposa na época.

Evidentemente que ainda tem no Tribunal de Justiça o processo criminal. Se aquele fosse um processo terminado, terminaria a ação cível pública. Agora, temos, através de nosso advogado, Nilton Machado, que entrar também no Tribunal de Justiça com essa definição do processo, dessa ação cível de Ituporanga, para pedir que o Tribunal analise quando receber a denúncia do Ministério Público.

Perdemos muitos votos com isso, porque as pessoas são mal informadas, mas não perdemos nunca a credibilidade, a honestidade; como Deputado somos crítico denunciante do Governo, enfocando esse processo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, não tem horário para os sem Partido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Se desejar, nobre Deputado, vamos viabilizar alguns minutos para V.Exa., assim como já viabilizamos sua participação nas Comissões.

Senhores Deputados, havia uma proposta de encaminhamento dos Líderes, do PFL, de anteciparmos as votações.

Neste momento ainda não contamos com todas as Bancadas aqui presentes, Deputado Olives Santini, portanto, vamos continuar com o horário dos Partidos Políticos.

V.Exa. deseja a palavra, pela ordem?

O SR. DEPUTADO OLIVES SANTINI - Eu gostaria, senhor Presidente, de fazer uma colocação, pela ordem.

Gostaria de saudar a presença, nesta Casa, do Grupo da Terceira Idade Nossa Senhora do Bom Conselho, do Município de Saudade, cuja Presidente é a senhora Lúcia Greutz.

Encontramos, também, senhor Presidente, aqui, com muito prazer, que está acompanhando esta comitiva da terceira idade do Município de Saudade, o senhor Prefeito Municipal, Arno Schuindler, nosso Companheiro, Prefeito do Município de Saudade.

Dessa forma, senhor Presidente, gostaríamos de saudá-los, desejando que tenham uma boa estada aqui, em Florianópolis, e que se sintam muito à vontade na Assembléia Legislativa.

Eram essas as colocações, senhor Presidente, e o meu muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Feitos esses registros, desejamos uma boa estada a todas as pessoas aqui anunciadas por V.Exa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o senhor Deputado

Sergio Silva, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, senhores Deputados, municípios catarinenses, em especial do Município de Saudade, cidadãos, amigos da imprensa, funcionários da Casa.

O horário do PMDB, hoje, por uma deferência do companheiro Ivo Konell, está sendo cedido em parte para este Deputado, para que eu possa responder ao discurso de ontem, da Bancada do PPB.

Tomei a liberdade de ouvir atentamente cada manifestação aqui proferida por ilustres Deputados daquela Bancada. E vamos começar pela manifestação feita pelo Presidente do PPB, Deputado Leodegar Tiscoski, quando veio aqui até num paralelo de que Florianópolis estaria fazendo aniversário e assim ele gostaria, também, de prestar contas daquilo que a Prefeita Ângela Amin estava fazendo pela Capital dos catarinenses. E num discurso lido, ele tentou justificar aquilo que a Prefeita não consegue realizar.

Então, eu diria que vi, aqui, o Deputado Leodegar Tiscoski, várias vezes na tribuna, com ênfase, pregar posições políticas, sempre contundente, firme. E ontem, eu vi o Deputado cabisbaixo, sem empolgação alguma, lendo um discurso vazio, porque entre as inúmeras obras da Prefeita destacava alimentação aos estudantes de Florianópolis, como se isso fosse obra.

Assim, numa linha de pregar número de projetos, sem especificar quais eram eles, obras realizadas, sem dizer quais eram elas, numa sucessão de evasivas para justificar o injustificável, discursou o Deputado Leodegar Tiscoski.

Florianópolis não merece o Governo que está tendo. Os florianopolitanos não merecem viver o que estão vivendo. A Capital, em suma, não tem por que pagar tal preço.

O Deputado Olives Santini, que há pouco fez uma saudação aos companheiros e companheiras do Município de Saudade, que nos visitam, numa manifestação educada, como é do seu estilo, responsável, como é sua forma de fazer política, dizia-nos que quer ver o comparativo entre Ângela Amin e Luiz Henrique ao final de quatro anos.

Deputado, eu também quero, e vou, se Deus quiser, com V.Exa., acompanhar o final desse julgamento. Mas não significa que não podemos, a cada ano, comparar passo a passo as administrações Municipais, porque elas são uma sucessão de fatos, uma sucessão de obras, de compromissos, de realizações.

Agora, Deputado, eu quero dizer à sua Bancada do PPB que quer comparar daqui a três anos é remeter ao futuro aquilo que hoje já podemos comparar. Mais ainda, foi dito pela Bancada do PPB que um Governo se constitui em quatro anos, e foi criticado Paulo Afonso Evangelista Vieira estando ele no seu terceiro ano de governo, iniciando o quarto ano do seu mandato.

Senhores Deputados, o que eu não aceito é querer comparar Paulo Afonso com a Prefeita Ângela Amin. Não aceito como Parlamentar, porque eu quero comparar nesta tribuna, no final deste ano, ou hoje, se for o caso, quatro anos de administração de Paulo Afonso contra quatro anos de Governador Esperidião Amin, porque nós não podemos esquecer que o Amin já foi Governador deste Estado. Portanto, ele tem saldos, positivos ou negativos, mas ele tem saldos, como o nosso Governador também tem.

Então, vamos trazer à comparação Secretaria por Secretaria. E para isso o Deputado Sergio Silva está mais uma vez desa-

fiando a Bancada do PPB. Vamos pegar nas pastas respectivas o saldo de cada um dos Governadores - Paulo contra Amin - e vamos ver quem fez o melhor governo. Vamos analisar na letra dos números quem realmente consolidou um melhor Estado para os catarinenses.

Eu não tenho medo de comparações, porque o PMDB não tem medo de comparações. E também não venham me dizer que estou apenas defendendo o Governador Paulo Afonso, porque na verdade sequer ele é candidato a reeleição. Eu estou defendendo o Governo do PMDB, que inclui Paulo Afonso, José Augusto Hülse, os nossos Secretários Estaduais e acima de tudo uma militância que foi às ruas pedir o voto, militância esta que hoje deve receber a manifestação desta Bancada do PMDB. Mas vamos adiante.

Foi dito aqui também que Luiz Henrique gasta com publicidade. É verdade! O Prefeito Luiz Henrique, a exemplo de administrações bem sucedidas, presta conta da sua administrativa aos nossos municípios. Presta conta daquilo que está realizando, presta contas do que está fazendo.

Talvez alguns Prefeitos, ou uma Prefeita, não possam prestar contas, porque não têm o que mostrar, se ela quisesse realizar alguma coisa pela mídia, não teria o que mostrar. Aliás, agora está fazendo. A televisão tem divulgado o que foi feito neste primeiro ano de administração em Florianópolis, e aí eu fui surpreendido com números do tipo: duas mil e tantas crianças matriculadas nos colégios de 1º grau em Florianópolis contra dezessete mil de Joinville; que foi capitalizada uma nova alteração nas rotas dos ônibus, como se isso fosse algo para se comemorar e não uma obrigação de Governo.

Ontem, eu também ouvi aqui o Deputado Gilson dos Santos dizer que Joinville majorou o IPTU em 200% e que Florianópolis não fez isso. Mas eu lembro que a arrecadação do IPTU de Florianópolis é três vezes maior do que a de Joinville. Três vezes, senhores Deputados!

Detalhe, vamos dizer que isso não é motivo para fazer com que a Prefeitura realize obras, mas pelo menos tem renda própria, que independe da vontade de outros Governos.

Foi dito aqui também que Joinville recebeu, Deputado Gilson dos Santos, uma quantidade fabulosa de recursos, a fundo perdido, do Governo do Estado. Deputado Gilson dos Santos, o Deputado Romildo Titon me entregou ontem - e por educação a ele eu não fiz a minha manifestação - o relatório das obras que o Governo do Estado tem realizado aqui em Florianópolis. E eu posso dizer que é quase três vezes mais do que hoje está sendo realizado na cidade de Joinville, com toda a segurança, Deputado. Os números estão com o Líder do Governo, da cidade de Joinville e de Florianópolis. Por quê? Porque ele não é nem de lá e nem de cá, ele tem a isenção suficiente para vir aqui colocar quais as obras realizadas num Município e as no outro Município.

Eu estou muito tranquilo, portanto, na comparação - Deputado Gilson dos Santos, Deputado Eni Voltolini, e outros Deputados Parlamentares que ontem se manifestaram aqui - em relação à administração do PMDB de Joinville contra do PPB da Capital do Estado.

Não tenho dúvidas em relação a uma e a outra administração. O meu conceito foi posto e vou mantê-lo. O meu desafio está posto e está mantido.

Vamos comparar Governo a Governo, período a período, vamos pegar o Governo

Municipal dessas duas cidades e comparar. E também vão dizer assim: "Mas nós vamos trazer Criciúma, vamos trazer outros Municípios." Pena que o PPB não tenha muitas cidades para comparar a administração com o PMDB. Afinal de contas, nós temos uma quantidade muito superior de Prefeituras no Estado de Santa Catarina, portanto, a comparação realmente não será justa.

O que eu quero, portanto, é informar aos senhores Parlamentares que a Prefeita Ângela Amin deve, no mínimo, ser mais robusta na prestação de contas, quando o Deputado Leodegar Tiscoski vir aqui comemorar o primeiro ano de administração, como ele fez ontem, porque para mim foi frustrante, infelizmente. Não vi nada de importante, de essencial, sendo executado. Ouvi apenas alguém falar que o elevado do CIC ainda será construído. É verdade, Deus queira que a obra seja executada.

Nós estamos muito tranquilos, porque a maior parte dos compromissos da campanha eleitoral no Município de Joinville, se não foram resgatados na totalidade, mas em grande parte já foram resgatados.

Temos por escrito o compromisso de campanha do Prefeito Luiz Henrique, ponto a ponto, para informar aos senhores Deputados. Basta V.Exas. desejarem, querer a comparação, que traremos os números, até porque ontem já requisitamos o discurso do Deputado-Presidente do PPB, Leodegar Tiscoski, para aferirmos aquilo que ele manifestou na tribuna, até para que possamos fazer, se aquele foi o documento que habilita a Bancada do PPB a prestar contas da administração da Prefeita Ângela Amin, um comparativo com a Prefeitura de Joinville, sem problema nenhum.

Agora, eu peço que a defesa da Prefeita seja feita de forma mais efetiva pelos companheiros da Bancada do PPB, até porque eu vi, e mais uma vez repito, que o documento lido, sem a ênfase tradicional do Deputado Leodegar Tiscoski, demonstra que hoje V.Exas. estão enfrentando um problema sério no Partido. Caso contrário, o nosso Procurador-Chefe da Assembléia, até então o nobre Vereador Michel Curi, de muitos mandatos na Capital, conhecido no Brasil inteiro pelo belíssimo trabalho que fez na União dos Vereadores, conhecido pela sua competência, pelo seu brilhantismo e pelo seu Partido Político, não estaria hoje defenestrado da administração municipal. No mínimo, ele estaria participando ativamente e efetivamente. E hoje não estaria afastado do comando da Prefeitura, pelas posições corajosas que tomou, de tentar levantar a verdade daquele escândalo que V.Exas. conhecem melhor do que eu.

Portanto, não sou eu que estou brigando com a Prefeita Ângela Amin; quem está brigando são companheiros do PPB, os Vereadores da Capital, os quais deveriam estar manifestando solidariedade, mas hoje não estão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Sergio Silva, V.Exa. veio hoje muito agilmente, diria até lepidamente. V.Exa. hoje está meio atacado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO SILVA - Não, estou atacando, Deputado. É diferente!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - O nobre Colega está meio atacado, porque V.Exa. dizer que tem problema no nosso Partido! Eu quero dizer a V.Exa. que o

problema está naquele lado ali! Problema está no Palácio do Governo! Problema está no seu Partido!

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Se o Vereador Michel Curi não é problema para V.Exa., o que é que eu posso...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - O nosso problema, Deputado, comparado ao problema de V.Exa. e do seu Partido, é algo que não tem nem como medir!

Eu estranho muito, Deputado Sergio Silva, V.Exa. vir aqui colocar o senhor Luiz Henrique da Silveira nas alturas e querer diminuir a Prefeita. É evidente que é uma posição eminentemente política, mas eu quero apenas lembrar a V.Exa. que a administração é de quatro anos. Todas as pessoas são julgadas depois dos quatro anos.

V.Exa. não me respondeu aqui aquilo que eu coloquei ontem de quanto o senhor Luiz Henrique recebeu de dívida da administração anterior porque não teve dívida; quanto que o senhor Luiz Henrique pagou de folhas atrasadas, porque não tinha folhas atrasadas, e quanto que o Governo do Estado...

V.Exa. quer botar a Expressa Sul, quer botar o esgoto da Casan aqui? Estas são obras que foram iniciadas há muito tempo. E apenas está havendo por parte do Governo a continuidade, porque não é uma obra de responsabilidade direta da Prefeitura Municipal!

Mas quero dizer a V.Exa., Deputado Sergio Silva, que eu ficaria muito satisfeito se V.Exa. estivesse aí na tribuna no horário do seu Partido defendendo o seu Governo que não paga o 13º salário; o Governo que não cumpre com as determinações constitucionais; o Governo que está vendendo ações para pagar - dizem - o 13º, e cujas coisas são muito obscuras!

Eu aconselharia V.Exa. a conversar com os seus liderados porque até agora eu não sei qual é o candidato do PMDB ao Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Deputado, a grande diferença do nosso Partido para o seu é que o nosso não tem dono. O nosso tem Companheiros que democraticamente disputam seus postos.

Por isso que o meu candidato não é Esperidião Amin, que eu tenho dito que é "pinus elliotis": ao lado dele e abaixo dele nada cresce. O meu candidato é o da origem democrática do PMDB, que nas bases foi buscar a indicação do nome e será, sem sombra de dúvida, o candidato vitorioso Eduardo Pinho Moreira. Não há dúvida!

E eu quero dizer para V.Exas. que nós teremos oportunidade, Deputado Gilson dos Santos, de fazer o comparativo dos quatro anos. V.Exa. não perde por esperar! Este tempo virá aqui na Assembléia!

Vamos comparar o Governo de Amin de quatro anos com o de Paulo Afonso por quatro anos. Vamos!

Mas eu chamo a atenção da Bancada do PPB porque V.Exas. não podem defender a Prefeita Ângela Amin criticando nosso Partido. Apenas pura e simplesmente!

Os senhores têm que mostrar que a Prefeita Ângela Amin é competente mostrando o saldo do seu Governo. Dizer que pagou as folhas atrasadas como que impondo a responsabilidade à administração anterior, dizendo que esta é a grande obra da Prefeita Ângela Amin, é realmente uma grande responsabilidade! Ela cumpriu bem! Foi competente!

Mas com um marido Senador da República, que tem nas portas do Presidente condições de entrar, abrir, pedir e buscar e não ter conseguido nada a não ser o

pagamento da folha, de duas uma: ou é imaginar que o Senador não é competente o suficiente ou então a imaginar que o Senador, como eu imagino, nunca fez bem para os catarinenses e muito menos para os florianopolitanos, a não ser impedir que esse dinheiro para cá viesse porque esse recurso tinha endereço certo: ajudar a administração paulista. Como hoje sabemos que aconteceu.

Portanto, senhores Deputados, é claro que a polêmica está estabelecida e quero continuar porque tenho falado a verdade e dela não arredo um minuto da minha função parlamentar.

Vamos comprar pesos e medidas com educação, com altivez, com responsabilidade, fazendo política com "p" maiúsculo. Mas vamos começar nesses tempos de eleição a fazer balanços de cada um dos projetos, de cada uma das administrações para que possamos aqui, na Assembléia Legislativa, estabelecer definitivamente a verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, havia mais ou menos preparado um discurso em relação à questão da cumplicidade do senhor Fernando Henrique Cardoso que avalizou na maioria dos Estados e Municípios do Brasil, que hoje passou de dois bilhões e praticamente tem hoje inviabilizado todos os Municípios do Estado.

Mas foi muito interessante o discurso que acabei de ouvir. Quero dizer, Deputado Sergio Silva, que V.Exa. tem toda razão no que está dizendo, como também os Deputados Gilson dos Santos, Leodegar Tiscoski no que disseram ontem. Esta que é a questão: é tudo farinha do mesmo saco.

O que me arrepiou mesmo foi uma fala do Deputado Sergio Silva quando disse que vai ter como candidato um político das lutas democráticas. Não me lembro que na época da Arena tinha alguém que defendia a democracia, porque quem defendia ditadura militar não podia ser democrata e o senhor Eduardo Pinho Moreira é oriundo da Arena.

Não venham falar em democracia, de histórico. Eu ouvi na convenção do PMDB que os históricos ganharam. Ganharam foram os fisiológicos, aquele tipo de política que nós temos de acabar no Brasil que se vende por cargos, por Ministérios. Essa gente ganhou a convenção do PMDB.

Por isso estou muito tranquilo. Mudei inclusive o tema do meu discurso porque a verdade é que é tudo farinha do mesmo saco.

Vamos fazer um levantamento histórico. Quais as lembranças que temos de 1980 para cá? As do Governo Bornhausen, que iniciou o desmonte da máquina pública arrebatando com os professores e funcionários públicos; as do Governo Esperidião Amin, que acabou com o Besc pagando à empreiteira antes da licitação na construção do Porto de São Francisco do Sul; as do falecido e depois do Vice-Governador Casildo Maldaner, que foi o problema decorrente da construção da ponte - é isso que ouvimos em qualquer lugar do Brasil -; as do senhor Vilson Kleinübing, que foi o desmonte do serviço público, a privatização da Celesc sem licitação e sem licença desta

Casa, e as lembranças deste Governo que está na hora de acabar, que foram os precatórios, as mentiras e os documentos falsos.

Portanto, senhores Deputados, Santa Catarina não vai aceitar essa dualidade, tentar de maneira artificial fazer de conta que as opções dos catarinenses são essas, essas mesmices que estão comprovadas, porque todos esses Partidos defendem a grande política neoliberal que está destruindo o Estado de Santa Catarina, os Estados brasileiros e o Estado nacional, que é a política defendida pelo senhor Fernando Henrique Cardoso. Esta que é a questão e aí não tem diferença entre PPB, PFL, infelizmente PMDB, PSDB, que foram Partidos que tiveram papel histórico na democracia; o PSDB que surgiu contrário ao fisiologismo do antigo MDB.

Então, não vou admitir, enquanto tiver espaço nesta Casa, que se faça falsamente, artificialmente uma disputa como se essas fossem as duas únicas possibilidades eleitorais para Santa Catarina, porque não é isso! E não é à toa que a candidatura da Frente Popular começa a crescer, mesmo com pouco espaço na mídia e sem estrutura, porque o povo catarinense está entendendo; os agricultores que aqui estão lutando para conseguir financiamento estão entendendo que não adianta discursinho e bater nas costas dos agricultores, quando lá a grande política vota a favor dos bancos, do Proer, de uma reforma na Previdência que tira direitos.

Esta é uma discussão que nós vamos colocar na pauta. Não vamos aceitar esse jogo de faz de conta, como se houvesse divergência!

Por isso eu digo que tudo que o Deputado Leodegar Tiscoski disse ontem é verdadeiro, tudo que o Deputado Sergio Silva disse é verdade, sim! Agora, não é essa a discussão, porque não há diferenças entre eles, porque eles defendem fundamentalmente as mesmas coisas.

Queria dizer especificamente ao Deputado Sergio Silva, se é que ele se encontra aqui no Plenário, que eu tenho descendência alemã e durante muitos anos me preocupava porque conhecia um pouco da história daquele País, sabia dos seus filósofos, dos seus músicos, da cultura que aquele povo tinha. E eu ficava impressionado quando eu comecei a estudar os motivos da Segunda Guerra Mundial. Como pôde, em um País daquele, acontecer o nazismo, as pessoas eliminarem outros seres humanos por divergências biológicas ou étnicas.

Hoje eu entendo porque foi possível, na Alemanha, culta, o nazismo: por causa da propaganda. O grande ídolo, a pessoa que mais teve inserção na mídia nesse século ainda, apesar das novas fórmulas e comunicação, chamava-se Goebels, e ele dizia: "uma mentira repetida se torna uma verdade".

Em 1997, em Joinville, foram gastos dois milhões e meio em propaganda. O orçamento para 1998 vai ser de quatro milhões, para ter encartes diariamente em todos os jornais do Estado colocando que a Prefeitura abriu a rua e arrumou uma valeta no bairro tal, como se isso fosse algo de interesse da sociedade.

Tenho alguns números para provar que Joinville não pode ser uma ilha em um momento de crise fiscal dos quase seis mil Municípios que temos no Brasil. Nunca se arrecadou tanto como agora, foi uma média de dez a doze milhões.

Até outubro de 1997 nós tínhamos arrecadado cento e vinte e dois milhões e quatrocentos mil em Joinville. Porém a despesa,

até aquele momento, já estava em 122,8. Um déficit naquele mês de quatrocentos mil reais.

Durante a gestão Freitag, nós tínhamos 515 servidores e foram acrescidos mais 529 de janeiro a maio de 1997, portanto, um total de 1.044 cargos de confiança. E cargo de confiança foi uma das questões que eu e o antigo Vereador Sergio Silva lutamos muito no período da gestão de Wittich Freitag. Tinha 54 cargos de confiança. Atualmente, existem 137 cargos de chefia que não precisam ser funcionários de carreira porque não tem concurso público.

Todos os candidatos de diversos Partidos comprados nas eleições... Alguém ouviu falar no PNM em Santa Catarina? Pois é, Deputado Gilson dos Santos, dois Vereadores foram eleitos por esse Partido que hoje não tem mais nenhum Vereador, porque, na verdade, foi uma espécie de sublegenda do PMDB.

O Prefeito conseguiu ter hoje dezesseis Vereadores votando de maneira submissa aos seus projetos. Temos vinte e um Vereadores na nossa Câmara, sete são Suplentes, é como se nós tivéssemos aqui, dos quarenta Deputados, quatorze Suplentes que pudessem nas Bancadas governistas ser encaixados em algumas Secretarias.

Como lá não tinha Secretarias suficientes, transformou-se, pela maioria que tinha na Câmara, em administrações regionais que são na verdade órgãos práticos em organização nos bairros; transformou essas administrações em caráter de Secretaria para poder infringir a lei e como diz todo o ditador, se a lei é contra mim, eu mudo a lei porque eu tenho a maioria, eu tenho o poder, eu tenho a caneta.

Eu só queria fazer essa alusão dizendo que Joinville vai começar a perceber a crise que nós estamos enfrentando, o aumento imposto de 250% de IPTU, e na época das eleições eu dizia: é verdade, sim, Joinville tem que recuperar o seu IPTU que nunca foi levado a sério porque é uma cidade industrial, dependia fundamentalmente do repasse do ICMS.

Eu tive a coragem de dizer na campanha que nós vamos fazer o aumento do IPTU, sim, mas de uma maneira progressiva, porque não é justo que uma cidade de operários tenha um aumento tão violento de IPTU.

Então eu queria só dizer o seguinte, para concluir: é tudo farinha do mesmo saco. Na grande política estão juntos defendendo os interesses dos banqueiros e dos ricos deste País.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são reservados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo orador do PSDB, passaremos ao horário reservado ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Udo Wagner, por dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu gostaria de um minuto da atenção do Deputado Carlito Merss. Deputado Carlito Merss, eu gostaria de dizer que admiro V.Exa. como cidadão, como homem público, mas não aceito em hipótese alguma que V.Exa. entenda que na política todos que são contra o PT não prestam e que todos que rezam pela cartilha da estatização são pessoas honestas e decentes. Eu acho que essa divisão que V.Exa. estabeleceu no Plenário está equivocada.

Se existe pessoas boas e más, existem em todos os Partidos Políticos e em todas

as profissões nesse mundo. Professores, médicos, dentistas, empresários, trabalhadores, em todas as camadas sociais existem pessoas de boa índole e de má índole. Eu repudio qualquer Parlamentar - e eu admiro V.Exa., Deputado, - que vem a esta Casa querer fazer essa divisão: quem não for a favor do meu Partido não presta, quem for contra é um lixo, e quem for a favor é endeusado.

Eu não pude me calar e eu faço um veemente protesto na tarde de hoje porque não é por esse caminho que nós construímos, Deputado Onofre Santo Agostini, a verdadeira democracia neste País. Esse discurso para mim é extremamente radical e inconveniente quando nós temos que somar para resgatarmos a dignidade do Parlamento e da administração pública como um todo. Eu não posso ser incluído naqueles que não prestam na ótica do Deputado Carlito Merss.

Por isso eu quero de público fazer esse protesto dizendo que a democracia não se mede pela divisão de Partidos e quem for contra o PT não tem valor. Eu, pessoalmente, acho que tenho valor, pois tenho me pautado sempre em uma ação democrática, equilibrada e moderada nesta Casa e por isso não aceito esse tipo de acusação. Eu defendo, sim, produtividade; eu sou contra a estatização; eu sou a favor da livre iniciativa e tenho a hombridade para falar isso, sou a favor do lucro, evidentemente, sou a favor das pessoas que geram empregos, que são empreendedoras, que têm coragem, que correm risco no seu empreendimento.

Portanto, eu não posso aceitar essa pecha de que por pertencer a um outro Partido - é com orgulho que eu sou do PPB - não tenho valor como os demais Colegas de outros Partidos nesta Casa. Eu até penso que não seja a posição do Partido dos Trabalhadores, mas sim a posição pessoal do Deputado Carlito Merss. Por isso, com todo o respeito à Bancada do PT, não podia deixar de passar em branco e de registrar o meu protesto na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - O Partido do PPB dispõe de mais treze minutos.

Com a palavra o senhor Deputado Gervásio Maciel.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria apenas de concluir o pronunciamento que fizemos anteriormente sobre a ação civil pública que o Ministério Público tinha contra a minha pessoa quando ex-Prefeito em Ituporanga, que é igual ao processo-crime que se encontra também aqui no Tribunal de Justiça.

Vejam V.Exas. - e eu já disse várias vezes à imprensa apenas para comprovar isso - que a imunidade do Parlamentar, tão decantada e hoje até em voga em nível nacional, na verdade não existe, porque os meus opositores provocaram o Ministério Público e fizeram o processo-crime, que aí está tramitando, quando eu fui Prefeito em 83. E não se conformando também provocaram o Promotor de Justiça lá em Ituporanga para impetrar uma ação civil pública, que acabo de ganhar, não só com a sentença do Juiz Edson Zimer, mas, especialmente, pela manifestação anterior do Promotor Mário, que também, representando o Ministério Público, reconheceu que não há procedência na ação.

Todo o processo comprova a minha inocência, a minha retidão quando da administração pública. Se esse processo atrapalhou a minha vida pública a partir de 90, quando dis-

putei o terceiro mandato para esta Casa, como também em 94, na verdade, também é um atestado de que ao longo dos meus mais de trinta anos de vida pública, quase quarenta anos, entre funcionário público, Deputado e Prefeito, ou seja, vinte e dois anos de mandato, é só isso que a Oposição conseguiu fazer lá em Ituporanga, onde é aguerrida do Alto Vale e que não pesa, não mede para denegrir a imagem de quem trabalha com lealdade, com retidão.

E eu estive na vala comum, como estão outros senhores Deputados, outras pessoas denunciadas, e a imunidade parlamentar não ajudou, prejudicou, sem sombra de dúvida, porque ficamos no rol de todos os culpados, e até prova em contrário, a opinião pública tem essa manifestação.

E eu disse à imprensa que não houve até nenhuma matéria nesse sentido. A imprensa usou tudo que tinha de tinta na caneta para registrar esses processos contra os senhores Deputados, contra os políticos. Mas, em momento algum, eu li que na verdade os Deputados não estavam imunes e nem impunes, porque na verdade a ação civil pública sobre atos praticados contra a administração pública independe de autorização do Parlamento aqui ou acolá.

Agora, eu posso provar, e ainda de uma maneira melhor, que fui inocentado definitivamente nessa ação civil pública.

Agora também queremos tirar do rol desse processo, se Deus quiser, o processo criminal. Queremos fazer com que o Tribunal reveja a denúncia que recebi do Ministério Público. E tem um particular: já tinham inclusive sido anuladas todas as fases daquele processo, mas foi devolvido ao Ministério Público para se pronunciar. E naquela época, em menos de uma semana ou duas, o Ministério fez e reiterou novamente a denúncia contra nós aqui no Tribunal de Justiça.

Vejam como agiram, é bom dizer aqui em alto e bom som, promotores substitutos no meu processo. Houve quem chamasse, inclusive, a imprensa num hotel em Rio do Sul, onde uma promotora substituta estava hospedava, embora fosse de Ituporanga, para que desse entrevista sobre a denúncia contra um Deputado, contra um ex-Prefeito, quando a sua missão era realmente entrar com uma ação normalmente, e não oferecer, como ofereceu na época, uma baita entrevista, como diz o caboclo da serra, para denunciar um Deputado, para denunciar um ex-Prefeito, como se isso fosse possível.

Na verdade, ao analisar os documentos, qualquer um que entender de matemática ou de contabilidade veria que não poderia haver essa denúncia, porque a peça fundamental da minha denúncia é justamente as folhas do livro-caixa, onde eu mandei dar entrada na Prefeitura do cheque dado em garantia, ou dado como adiantamento, de CR\$1.600.000,00 na época. E não consta na outra folha do caixa, onde registra a saída de despesa de um milhão e seiscentos.

Portanto, o cheque foi para o caixa da Prefeitura como suprimento de fundo. Para um Promotor consciente denunciar, teria que ter o outro lado, o empenho, a folha do caixa ou a contabilidade onde registrasse que efetivamente foram pagos CR\$1.600.000,00 na época, que hoje seriam R\$1.600.000.

Por mais de dez anos estou respondendo processo com audiências, testemunhas, peritos e tudo o mais, como a farta divulgação no rádio, na televisão e nos jornais, com relação a um processo-crime quando fui ex-Prefeito, mandato que, graças a Deus, exerci com muita dignidade e onde deixei uma

história registrada.

Após a minha gestão tenho me eleito como Deputado, sempre conseguindo mais de 50% dos votos em Ituporanga, mesmo tendo a oposição do PFL, do PMDB, do PDT, do PT e de vários outros Partidos. Na última eleição tivemos 58% dos votos. Se não fosse a compra dos votos, ganharíamos a eleição esmagadoramente. Inclusive demos entrada num processo que está tramitando em juízo, mostrando que os votos foram pagos a R\$150,00, R\$200,00 ou R\$500,00.

Encerro o meu pronunciamento dizendo, de consciência tranqüila, que sei respeitar e honro a coisa pública.

Agora, com a ação julgada improcedente, gostaria de dizer a todos que viram o meu nome jogado nos jornais como irresponsável, como corrupto ou qualquer coisa parecida, que tenho um grande patrimônio, o orgulho de ser político autêntico e, acima de tudo, honesto e correto. E isso tenho feito ao longo de minha vida.

Em todas as Prefeituras em que passei, como Secretário, como contador, como administrador e mesmo aqui no Tribunal, quando estive exercendo o cargo no Governo do Estado, nunca tive sequer uma denúncia contra o meu nome. Jamais cometi qualquer irregularidade, arbitrariedade ou corrupção, e nem aprovei nunca isso.

Político tem que ter essa consciência. Há alguns poucos exemplos ruins de políticos no Brasil, em Santa Catarina, o que lamentamos, mas queremos continuar a fazer parte da maioria dos políticos, que são sérios, corretos e que dedicam a vida inteira, inclusive a da sua família, em favor da causa pública, com prejuízo de ordem pessoal, de ordem financeira e de ordem social.

Às vezes, alguns aventureiros querem denegrir a imagem dos políticos, comprando mandatos, como em Ituporanga, para poderem chegar ao poder e fazer com que a vida pública seja mais um meio de se locupletar de recursos e de melhorar o seu padrão de vida, que não é o que aconteceu comigo como Prefeito, como funcionário ou como Deputado.

Por isso, se Deus quiser, haverei de fazer com que aquele processo que está no Tribunal chegue no mesmo caminho de total improcedência, porque o fato é o mesmo, os papéis são os mesmos e os depoimentos são os mesmos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Restam ainda três minutos ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Deputado- Presidente, eu vou solicitar ao Deputado Lício Silveira que amanhã me ceda a parte da Liderança porque eu preciso resgatar algumas questões que foram colocadas ontem e hoje. E eu queria falar nesses três minutos sobre uma parte, então, que não é a questão central que amanhã vou abordar. Eu falo da Casan. Eu volto a falar da Casan, a Casan, como empresa pública, prestadora de serviços de fornecimento de água e de tratamento de esgoto sanitário.

Por várias vezes aqui desta Casa vários de nós já nos manifestamos a respeito da forma como a Casan está agindo, não prestando serviços a vários Municípios em Santa Catarina.

Já tivemos a oportunidade de aqui registrar fatos como, por exemplo, dos Municípios de Itapoá, de Mafra, de Irineópolis, Municípios estes administrados,

coincidentemente, pelo PPB. Tomara que não seja apenas por isso que existem e persistem problemas nestes Municípios.

Mas certamente o retrato do Estado de Santa Catarina mostra que infelizmente não é um quadro de discriminação partidária, trata-se de fato de um problema de gerenciamento de uma empresa. Não se trata de funcionários inadequados, trata-se de uma proposta desatualizada que precisa ser revista em Santa Catarina.

Para isso, várias vezes nós nos manifestamos aqui a oferecer à Assembléia Legislativa o trabalho dos Parlamentares na busca efetiva da viabilização do fornecimento de água, do tratamento de esgoto e de discussão não do processo de privatização, mas da discussão de formas alternativas de trabalho.

Em Joinville, há algum tempo, falávamos e discutíamos se a municipalização ou a regionalização poderiam ser alternativas para isso. Recentemente, Deputado Jaime Mantelli, tivemos o desprazer de ver como às vezes ocorre falta de dinheiro público e por conta disso faltam os investimentos necessários.

Fomos visitar, pessoalmente, a estação de tratamento de Pirai, uma estação onde um floco decantador foi inaugurado em março de 96. Lá está uma placa de bronze colocada e que fala da inauguração em março de 96. Pois bem, esse floco decantador até hoje, março de 98, não está ativado, porque logo que foi terminado, logo que os foguetes foram estourados, logo que saiu a comitiva, começou a sangrar o lado e foi interrompido o processo. Contratou-se uma segunda empresa para fazer a tentativa de fechamento das infiltrações, gastou-se mais dinheiro público e depois contrataram uma terceira empresa que agora está tentando terminar a obra. Isto é dinheiro público!

Eu quero saber quem é que pagou a conta da primeira e da segunda empresa? Como é que o erário público vai ser ressarcido por isso? Por causa disso muitas vezes falta dinheiro público para os investimentos necessários. A Casan está devendo para Santa Catarina uma resposta de alternativas de gerenciamento dessa atividade tão importante aos catarinenses. Existe boa vontade! Tentativa de acertar acredito que exista também, só que isto pouco tem resolvido para os Municípios que precisam da água.

Quando se estabelece uma discussão nesta direção, imagina-se que isto apenas seja um questionamento partidário, mas não é não! A Casan precisa vir aqui discutir com a Assembléia Legislativa como é que Santa Catarina vai oportunizar água e tratamento de esgoto sanitário para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, restam dez minutos ao PFL.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, no último dia 12 de março foi feita uma reunião de extrema importância na cidade de Blumenau. Foi instalado o nosso Comitê de Bacias do Vale do Itajaí. A comunidade começou a se organizar e já em 1996 foi formado um grupo de trabalho com a finalidade de trazer uma proposta na intenção de formalizar o Comitê de Bacias do Vale do Itajaí.

Já no mês de maio foi aprovada na Câmara de Vereadores uma proposta de trabalho de como vai se compor este Comitê de Bacias. A primeira proposta teve uma

indicação de 65 membros, representantes tanto do Governo Federal como do Governo Estadual e de entidades não governamentais que participaram deste Comitê de Bacias do Vale do Itajaí.

E foi lançado por este grupo de trabalho e com o apoio das nossas universidades um livro intitulado O Comitê de Bacias, que fala sobre instrumentos normativos da gestão de recursos hídricos.

No índice deste livro tem a apresentação, a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1977, a Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, o decreto estadual que deu autonomia para a criação do Comitê de Bacias, o regimento do Comitê de Bacias do Vale do Itajaí e o organograma do Comitê de Bacias.

Este livro é de extrema importância, contando com o trabalho de uma equipe de voluntários, liderados pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau, com a professora Beat Frank da Universidade Regional de Blumenau e também com o apoio da Universidade de Rio do Sul e da Univali de Itajaí.

Os membros que fazem parte do grupo de trabalho nº 1 são: a Funai, Ibama, Aneel, DNPM, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, a Fatma, a Epagri e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc. Como também o Ministério Público Federal, a Coordenação Estadual de Defesa Civil, a Polícia Ambiental, DEOH.

No grupo nº 2 fazem parte os órgãos da sociedade civil organizada, com representação dos empresários, tanto do Médio e do Alto Vale, como da Foz do Rio Itajaí. Além da Furb de Blumenau, da Univali de Itajaí, da Fedavi de Rio do Sul, da Febe, da Apremavi e da Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena, da Conservale, das comunidades indígenas, das associações de moradores, das Câmaras de Vereadores do Alto e do Médio Vale do Itajaí, das Câmaras de Vereadores da Foz do Rio Itajaí, como também as associações dos Prefeitos do Alto, do Médio e da Foz do Rio Itajaí.

Representaram também esta Comissão dois Deputados Estaduais que foram indicados por esta Casa: este Deputado e o Deputado Júlio Teixeira, além do Fórum Parlamentar Catarinense, que representa os nossos Deputados Federais e Senadores.

E no grupo nº 3 fazem parte os usuários da água, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Afubra, as cooperativas agropecuárias, as mineradoras, o Sindicato das Indústrias de Mandioca, o Sindicato das Indústrias de Serrarias, o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem e outros sindicatos de indústrias. Além de outros sindicatos que completam a lista de 65 membros que fazem parte deste Comitê de Bacias.

Após a reunião de instalação, foi eleito o Presidente deste Comitê de Bacias, que é o empresário Hans Prayon, que hoje é Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Foi eleito pelos companheiros que fazem parte deste Comitê de Bacias e não poderia deixar de fazer este registro, porque é de extrema importância.

O Alto e Médio Vale do Itajaí e a Foz do Rio Itajaí têm problemas, mas que, através deste Comitê de Bacias, da lei federal, da lei estadual e do decreto do Governo do Estado, deu oportunidade de fazer e criar este comitê.

Os nossos cumprimentos ao

Presidente Hans Prayon e a todos os membros que fazem parte, desejando sucesso, porque em função da criação do Comitê de Bacias, já que nós aprovamos uma lei nesta Casa, criando a Região Metropolitana de Florianópolis e do Vale do Itajaí, do Norte e Nordeste, teremos um pouco mais de conforto, um pouco mais de progresso, um pouco mais de tranquilidade, principalmente nas cheias que assolam o Vale do Itajaí. Essas pessoas estão trabalhando gratuitamente em prol de Santa Catarina.

Por isso, através dessa tribuna, os nossos cumprimentos a todo o Comitê de Bacias, a todos os órgãos governamentais e não governamentais, por estarem presentes dedicando-se a uma causa única, representando a sua comunidade catarinense.

Meus cumprimentos e muito obrigado pela oportunidade, senhor Presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados)

Estão presentes 25 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Sobre a mesa Requerimento nº 077/98, de autoria de 21 senhores Deputados, solicitando a constituição de uma Comissão de Inquérito.

Este requerimento preenche o número de assinaturas requeridas pelos Deputados. Considerando o relatório final da Comissão de Inquérito, restou aprovado em data de 10/3/98, apontando a necessidade de aprofundar diversos aspectos de investigação em torno da licitação envolvendo as empresas Luna e Autolabor, bem como a dispensa de licitação envolvendo a Fundação Proeducar.

Em anexo ao requerimento temos dados que há indícios reforçados por denúncias institucionais e particulares de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria da Educação e Desporto, nas áreas de licitação e execução de contrato, como irregularidades nas licitações para aquisição de bolacha e maçã, bem como de outros integrantes de merenda escolar; indícios de conluio na contratação da empresa Autolabor, notadamente na fase de habilitação; má qualidade dos softwares educativos adquiridos da Fundação Proeducar; desarticulação entre ações da empresa Luna; as práticas adotadas pelas escolas públicas e as práticas lesivas ao erário público nas empreitadas realizadas pela Secretaria da Educação, conforme apuração recente do Tribunal de Contas.

Senhores Deputados, havia um requerimento semelhante a este, anteriormente, sem o fato determinado e esta Presidência devolveu aos Autores que fizeram o requerimento, que está de acordo com as normas regimentais.

Esta Presidência defere de plano a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, V.Exa. enfatizou

bem que na semana passada foi apresentado um requerimento no mesmo sentido e que em razão desta questão de ordem por mim suscitada, V.Exa. acatou um parecer da assessoria da Mesa e entendeu de devolver a matéria aos seus proponentes.

O requerimento vem agora no mesmo sentido com uma outra roupagem. Mas, na verdade, sabemos todos nós que há uma burla regimental, na medida em que houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito com todos os prazos assegurados pelo Regimento, que não conseguiu concluir suas atividades e agora o que se está pretendendo, na verdade, é o elastério ao prazo daquela CPI. O que não pode ser admitido, porque os prazos são peremptórios.

O próprio requerimento, senhor Presidente, faz referência àquela Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele é claro! Ele confessa o desejo, a intenção dos proponentes, que é a de levar adiante as investigações objeto daquela CPI, que não terminou, não se vai criticar os seus integrantes, mas não chegou a uma conclusão.

Então, na verdade, quero deixar muito claro que o que está se verificando aqui é um precedente sério e que matéria objeto de uma CPI não concluída está sendo reagitada fora do prazo em razão de um outro requerimento, com uma nova roupagem, mas que tem por fato determinado aquele mesmo que foi objeto de uma CPI anterior.

Então, a título de questão de ordem, quero também suscitar o mesmo entendimento que deduzi em relação ao requerimento anterior, para este que está agora em apreciação.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, em primeiro lugar quero comunicar ao Deputado João Henrique Blasi que o relatório final da CPI foi lido em Plenário e está aguardando publicação no Diário da Assembléia.

Os fatos arrolados como fatos determinados para serem investigados nesta CPI que tem vinte e duas assinaturas, Deputado Presidente, e não vinte e uma, segundo me consta, ou vinte e duas, isto é até irrelevante, porque são necessárias apenas quatorze assinaturas, comparativamente aos fatos determinados na CPI anterior, são fatos novos, inclusive, que surgiram do processo de investigação feito na CPI anterior, mas que não foram aprofundados e nem concluídos pela CPI que se encerrou e que tem relatório aguardando publicação no Diário da Assembléia.

Então, nós entendemos que o requerimento, até pelo número de assinaturas que ele ganhou de adesão, é plenamente aceitável pelo Regimento e os fatos estão determinados e basta tão-somente o Deputado João Henrique Blasi fazer o comparativo com o requerimento da CPI que se encerrou e que o relatório está aguardando publicação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, nós decidimos hoje na Comissão de Justiça trazer ao Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi

Saretta) - Senhor Deputado, se o assunto não for sobre a CPI eu gostaria que V.Exa. aguardasse.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Não, não é sobre a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência indefere a questão de ordem do Deputado João Henrique Blasi por entender que estão preenchidos os requisitos legais, constitui a CPI e solicita aos Partidos que indiquem os Membros conforme cito a seguir: PPB - duas vagas; PMDB - duas vagas; PFL - uma vaga; PT - uma vaga e PSDB - uma vaga.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peça a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PMDB, desde já manifestamos que não vamos participar desta CPI.

O que se verifica nesta Casa é um absurdo jurídico! V.Exa., como advogado, sabe muito bem! Está-se reabrindo uma CPI em cima de fatos determinados de uma outra CPI, cujos prazos foram todos estendidos e não se chegou a nenhuma conclusão.

Então é lamentável, mas a Bancada do PMDB, pela primeira vez nesta legislatura, não vai participar de uma CPI porque não admite coonestar em que se rasgue a lei interna desta Casa, o Regimento que nós elaboramos!

Permitir isso é um precedente a um ato que é flagrantemente ilegal e abusivo, e por isso - pela vez primeira digo - fica a posição marcada da Bancada do PMDB de que não irá admitir e não irá participar da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos às votações.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peça a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Nós decidimos, na Comissão de Justiça, encaminhar a V.Exa., em regime de urgência, uma medida provisória sobre o contrato de trabalho por São Francisco do Sul. A admissibilidade está com prazo vencido e nós requeremos a V.Exa. que coloque na pauta para que essa solenidade regimental seja cumprida, ou seja, que hoje seja decidida a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os senhores Deputados se não há impedimento em incluirmos esta matéria na pauta.

(Os Líderes aquiescem.)

Não havendo impedimento, incluímos a votação da admissibilidade da Medida Provisória nº 75/98 na pauta, após a votação das demais matérias.

Votação em turno único da Mensagem nº 3032/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 170/95 que altera a Lei nº 9.865, de 17 de julho de 1995 (dispõe sobre a notificação compulsória de casos de subnutrição às autoridades da área da saúde pública), com a sua discussão encerrada.

Conta com parecer pela rejeição do veto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" estará aceitando o veto.

Convidamos o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Primeiro Secretário assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Perguntamos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Carlito Merss e Norberto Stroisch para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Trinta e dois senhores Deputados exerceram o direito de voto.

Temos 23 votos "sim" e 9 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Esta Presidência gostaria de avisar aos Líderes de Bancada e ao Líder de Governo que no final da presente sessão fará uma reunião entre a Mesa Diretora e os Líderes para se falar das Comissões Permanentes e outros assuntos.

Votação em turno único da Mensagem nº 3164/98, de procedência governamental, com prazo para apreciação até 19/03/98, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 116/97, que altera disposições da Lei nº 10.297/96, para incluir produto na lista de mercadorias de consumo popular, com a sua discussão encerrada.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilmar Knaesel, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, é lamentável termos que voltar a discutir um projeto tão importante para o pequeno agricultor de Santa Catarina, aquele que faz a sua renda familiar através da produção de leite e seus derivados, como manteiga e queijo, que são tão importantes para a sua renda familiar.

Nós temos na concorrência do Mercosul produtos entrando da Argentina e Uruguai. Todos nós sabemos que lá esses produtos têm subsídio do Governo e vêm para cá com valores bem abaixo dos aqui produzidos.

Nós estamos tentando incluir o queijo, um dos produtos do leite, na lista do consumo popular, para diminuir a alíquota de incidência do ICMS. Esse queijo já esteve presente na lista popular, foi retirado pelo atual Governo e estamos tentando novamente incluí-lo.

O Governo vetou a nossa iniciativa alegando que não há interesse popular. Não vejo como não haver interesse num momento em que a agricultura está passando por uma das fases mais difíceis, em que o agricultor tem na produção do leite a sua renda para pagar a sua energia elétrica, para pagar o seu remédio, enfim, tem a renda mínima

necessária que lhe auferir através da venda do leite. E infelizmente o Governo não tem essa sensibilidade. Inclusive apelamos aqui para o Deputado Hans Fritsche, que é um fabricante do queijo e que está lutando conosco para que consigamos incluir. Portanto, pedimos a todos os Companheiros para a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Convidamos o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

Solicitamos ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam o seu direito de voto.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Perguntamos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Francisco Küster e Herneus de Nadal para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 05 votos "não", 01 voto em branco e 24 votos "sim".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 2989/97, de procedência governamental, com prazo para apreciação em 12.3.98, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 117/97, que institui normas de segurança quando do projeto e construção de rodovias estaduais que atravessem perímetro urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Senhor Presidente, peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente, senhores Deputados, eu queria chamar a atenção de V.Exas. para a importância desse projeto.

Nós estamos vivendo um novo momento em nosso País, onde, com o Novo Código Nacional de Trânsito, o Governo quer diminuir em muito os acidentes nas nossas rodovias. E esse projeto vem ao encontro da situação hoje vivida, vem dar a contrapartida do Estado para que nós tenhamos realmente rodovias com segurança; ele institui que áreas urbanas e áreas de aglomerados residenciais tenham obrigatoriamente ciclovias e também passagem de nível para pedestres.

O exemplo típico aqui é a Via Expressa, que nos leva ao centro da nossa Capital. Vários acidentes já ocorreram nesse trecho, colocaram ali redutores, mas os acidentes continuam, agora não trazendo mais

vítimas fatais, mas trazendo despesas materiais. Por falta de passagem de nível para pedestre, as pessoas são obrigadas a atravessar duas vias, e diariamente acontecem acidentes, mesmo que de pequena monta.

Se tivesse ali uma passagem de nível, com certeza o problema estaria resolvido. Então, o nosso projeto incentiva que daqui para frente toda nova rodovia a ser instalada no nosso Estado tenha passagem de nível em aglomerados, passagens urbanas e também ciclovias nesses pontos.

Por isso, mais uma vez pedimos o voto para a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Em votação.

Quem votar "sim" derruba o veto, quem votar "não" mantém o veto.

Solicitamos ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam seu direito de voto.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Trinta e dois senhores Deputados exerceram seu direito de voto.

Perguntamos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Udo Wagner e Sergio Silva para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 25 votos "sim", 06 votos "não" e um em branco.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3020/98, de procedência governamental, com prazo para apreciação em 19.03.98, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 151/96, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.756, de 28 de setembro de 1989, e dá outras providências (isenta as Associações de Pais e Professores e os Conselhos Comunitários das taxas e emolumentos que menciona).

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Quem votar "sim" rejeita o veto, quem votar "não" aceita-o.

Convidamos o Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para assumir a Presidência, a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Secretário assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

Solicitamos ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam o seu direito de voto.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Perguntamos aos senhores

Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Reno Caramori e Ivo Konell para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 24 votos "sim", 07 votos "não" e um voto em branco.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3021/98, de procedência governamental, com prazo para apreciação em 19.3.98, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 157/97, que altera tabela da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 10.298, de 26 de dezembro de 1996.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" rejeitam o veto, os Deputados que votarem "não" acatam o veto.

Convido o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Secretário assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam seu direito de voto.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados não foi chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestações, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Romildo Titon, Idelvino Furlanetto e Afonso Spaniol para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Votaram 28 senhores Deputados.

Temos 20 votos "sim", 07 votos "não" e um voto em branco.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3167/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 010/97, que altera o valor fixado no art. 18 da Lei Complementar nº 90, de 01 de julho de 1993 (institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do pessoal do Poder Judiciário).

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, foi feito um acordo que os serventuários do Poder Judiciário receberiam um aumento, como receberam os demais Poderes. Todavia, o senhor Governador vetou.

Nós fazemos, então, um apelo aos senhores Deputados para que rejeitem o veto, pois foi feita uma composição, foi dado aumento ao Tribunal de Contas, foi dado aumento à Assembléia Legislativa, a todos os Poderes, só ao Poder Judiciário foi vetado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, estávamos em 35 há instantes, já estamos em 27. Eu solicitaria, portanto, que antes da votação propriamente dita fosse feita uma chamada dos senhores Parlamentares para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Está deferido o seu pedido, Deputado Gilson dos Santos, e o Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, procederá à chamada para verificação de quórum.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, quero, como Relator, encaminhar a votação desta mensagem.

Nós encaminhamos e relatamos contra o veto porque a iniciativa é do Tribunal de Justiça e essa recomposição salarial é justa.

Mas eu queria que V.Exa. examinasse o final da mensagem encaminhada pelo Governo do Estado, onde ele faz uma exposição justificando os motivos pelos quais vetou essa matéria. Ali tem uma tabela que se refere à receita e às despesas, e o que me chamou a atenção nessa tabela, senhor Presidente, é que no ano passado, até novembro, a Assembléia Legislativa recebeu do Governo do Estado 2,6% em forma de duodécimo.

Então, eu gostaria que a Mesa verificasse se realmente essa tabela condiz com a verdade ou se no ano passado a Assembléia Legislativa não recebeu os seus duodécimos, correspondentes a 2,6%.

Eu só faço esta observação porque achei oportuno que a Mesa examinasse essa questão, pois se essa tabela é verdadeira, nós estamos no prejuízo; se não é verdadeira, o Governo incorreu em lamentável equívoco e, por isso, o veto deve ser rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - De fato, Deputado Ivan Ranzolin, esta Presidência e a Mesa Diretora já solicitaram que a assessoria da Assembléia Legislativa proceda ao levantamento, no entendimento de que há uma diferença a ser recebida pela Assembléia Legislativa.

Nós deveremos encaminhar isso na próxima semana, para uma negociação junto ao Governo.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Há quórum para deliberação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" rejeita o veto, quem votar "não" aceita o veto.

Convidamos o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Primeiro Secretário assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

Solicitamos ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam o seu direito de voto.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Perguntemos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Paulo Vidal e Olices Santini para serem escrutinadores.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, enquanto se confere as sobrecartas, eu gostaria de saber o seguinte: nós hoje votamos alguns vetos e há ainda um projeto oriundo do Tribunal de Contas que mereceu também veto do senhor Governador. V.Exa. poderia me informar se esse projeto veio à Mesa para decisão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A Mesa ainda não possui essa matéria em mãos. Ela está na Comissão de Constituição e Justiça. Se já houver parecer...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, pelo que verifiquei, e consultei o Líder do PMDB, Deputado João Henrique Blasi, não há nenhuma objeção que o veto ao projeto do Tribunal de Contas, que já foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, venha para a Ordem do Dia, para votação.

Todos nós sabemos que estamos vivendo um período até certo ponto excepcional, e a existência de um quórum qualificado não é tarefa muito tranquila, senhor Presidente. Por essa razão, eu apelaria no sentido de que esse assunto viesse à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Gilson dos Santos, eu farei a consulta aos Líderes em seguida, mas, antes disso, solicito à coordenação das Comissões para que localize os autos e os traga à Mesa, para que possamos dar o encaminhamento. Sem os autos em mãos, não podemos fazer isso.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 33 votos "sim".

Está rejeitado o veto.

Senhores Deputados, temos aqui um

veto parcial ao Projeto de Lei nº 313.8/97, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1998.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis é pela rejeição, e chamo a atenção para o encaminhamento que a Presidência vai dar.

Diz o art. 54 da Constituição do Estado de Santa Catarina, § 2º: "O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, inciso ou alínea." E o presente veto vetou apenas uma expressão do artigo, portanto, é inconstitucional.

A Presidência declara insubsistente o veto, declara derrubado o veto por manifesta inconstitucionalidade, usando inclusive de precedentes da Mesa Diretora desta Assembléia, que já tem agido assim em outras ocasiões.

Senhores Deputados, a assessoria está providenciando a vinda do outro veto. Nós poderemos proceder em seguida à votação da medida provisória, Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não, senhor Presidente. Não há qualquer problema. Apenas, na esteira da colocação do Deputado Gilson dos Santos, eu desejo também fazer um apelo a V.Exa.: que uma matéria que já foi apreciada e deliberada favoravelmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis - e que, portanto, está apta a vir a Plenário - possa vir no dia de amanhã. Refere-se à concessão de autorização para que o Vice-Governador do Estado possa empreender, no final desse mês e no começo do mês de abril, uma viagem em caráter particular ao exterior.

O Vice-Governador precisa providenciar a documentação e depende apenas do gesto afirmativo desta Casa. Por isso, como não há "lobby" e foi aprovado pela Comissão de Justiça, peço a V.Exa. que na sessão de amanhã a matéria conste na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Vamos fazer essa verificação, Deputado João Henrique Blasi, no momento de fazer a pauta da sessão de amanhã.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória nº 075/98, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da administração do porto de São Francisco e estabelece outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, na verdade, nós apenas estamos chamando a atenção para a urgência e relevância do tema que agora estamos a votar, que já foi admitido pela unanimidade dos Membros da Comissão de Justiça por tratar-se de assunto de fundamental importância ao Estado de Santa Catarina.

Esse não é o momento da discussão do mérito da matéria, até porque ela terá toda a tramitação em nível da Comissão de Justiça, da Comissão de Mérito (a de Transportes) e, é claro, do próprio Plenário da Assembléia. Mas esse é o momento de nós darmos a admissibilidade para que possamos ter as etapas seguintes prosperando nesta Casa, que seria a fase de discussão do mérito, para então a

nossa Casa poder se manifestar e fazer as correções devidas na medida provisória encaminhada pelo Governador.

Portanto, eu solicito aos demais Pares que aprovem a medida provisória, para podermos entrar na segunda fase do processo, que é a discussão do mérito.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Olices Santini - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Olices Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente, só para complementar as informações do Deputado Sergio Silva, nós discutimos preliminarmente, hoje pela manhã, na reunião da Comissão de Justiça, a tramitação da matéria e sugerimos, como Relator, a admissibilidade.

Naturalmente, as questões de mérito serão fruto de debate e discussão naquela Comissão. Portanto, hoje nós estamos votando simplesmente a admissibilidade da matéria, que deverá voltar para a Comissão para sofrer o debate e a análise necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente. Inclusive o prazo final para a apreciação é 27 de março.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que votam pela admissibilidade da medida provisória permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da Mensagem nº 3168/98, de procedência governamental, que põe veto total ao Projeto de Lei nº 383/97, que altera os índices fixados no art. 2º da Lei nº 10.234/96 e o valor fixado no art. 1º da Lei nº 10.060/95.

Esse projeto, de origem do Presidente do Tribunal de Contas, teve votação neste Plenário pela aprovação, mas recebeu veto integral do senhor Governador.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, por unanimidade, pela rejeição do veto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu não pretendo discutir, uma vez que este assunto não é diferente daquele que há instantes nós votamos, com 33 votos pela derrubada do veto.

É o mesmo problema, por essa razão eu solicitaria a todos os senhores Parlamentares que, em nome da coerência, também derrubassem esse veto, uma vez que a autonomia do Tribunal está sendo neste momento contestada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que votarem "sim" rejeitam o veto, os senhores Deputados que votarem "não" aceitam o veto.

Convidamos o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Primeiro Secretário

assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

Solicitamos ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam seu direito de voto.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - (Procede à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Perguntamos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Gervásio Maciel e Júlio Teixeira, por indicação do nosso estimado Vice-Presidente, Deputado Francisco Küster, para fazer a apuração dos votos, juntamente com o Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Exerceram o direito de voto 31 senhores Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 26 votos "sim" e 05 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Convidamos, mais uma vez, os senhores Líderes de Bancada para, tão logo encerrada a presente sessão, uma reunião no gabinete da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal de Gaspar, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Vargem Bonita, cumprimentando-o pelo aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Anchieta, cumprimentando-o pelo aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Vice-Prefeito de Gaspar, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Idelvino Furlanetto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, pedindo que seja acatada a reivindicação dos trabalhadores na agricultura familiar no que diz respeito à anistia do crédito de emergência concedido por ocasião da estiagem ocorrida na safra 95/96.

Em discussão.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, amanhã, às 17h, teremos uma reunião com o Ministro da

Agricultura para tratar deste assunto. Foram 64 Municípios atingidos pela estiagem e pela enchente na safra 95/96, sendo que o volume de agricultores beneficiados é de 39.355 e o volume total do crédito concedido de R\$19.727.619,00.

Vamos também solicitar crédito especial para os agricultores familiares que perderam a safra 97/98 - produção de fumo, cebola e feijão - nas regiões do Vale do Itajaí e Planalto e em outros Municípios que declararam estado de emergência e de calamidade pública pelas perdas agropecuárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, gostaria de registrar, com muita alegria, a presença nesta Casa do Prefeito Municipal de Laguna, João Gualberto Pereira, o que muito nos honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Cumprimos também o Prefeito de Laguna.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, solicitando todos os esforços necessários para o repasse de recursos financeiros ao Ipesc, para que este instituto possa fazer frente às despesas médicas, hospitalares, laboratoriais dos seus associados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro de Estado da Justiça e ao Ministro de Estado da Fazenda, requerendo a adoção de medidas para a valorização do policial rodoviário federal, como a imediata retomada dos pagamentos concernentes a direitos reconhecidos em demandas judiciais, cujos valores já estão consignados em orçamento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Gilson dos Santos e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Estado da Fazenda, convocando-o para responder, em Plenário, sobre vários quesitos referentes aos recursos da Invesc.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, havia dois requerimentos tratando da mesma convocação, um sobre a Casan e outro sobre a Invesc. Portanto, solicito a V.Exa. que inclua o segundo, uma vez que a convocação é para a mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Perfeitamente! Está incluído aqui, portanto, o segundo requerimento, que convoca o Secretário de Estado da Fazenda para responder quesitos relativos à venda das ações da Casan.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, aos Secretários da Agricultura dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de providências para que as empresas fumageiras proponham a assinatura de protocolos mais justos com os agricultores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, solicitando providências do Governo para a isenção do ICMS às empresas que comprovadamente tenham sido atingidas pelas inundações ocorridas no Município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado Olices Santini, a ser enviado ao Governador do Estado, perguntando se a Fatma cumpriu as determinações contidas no art. 37 da Lei nº 10.472/97, que dispõe sobre a política florestal do Estado, e em caso negativo, quais as justificativas da omissão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, eu gostaria também de subscrever este pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Com a aquiescência do Deputado Olíces Santini, V.Exa. haverá de assiná-lo.

Indicação de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando o restabelecimento de 1.100 horas/aula do Projeto Auxiliar de Enfermagem da UFSC, que resultará no atendimento de 2.350 alunos oriundos de 101 Municípios

catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso

da palavra, daremos ciência da pauta da Ordem do Dia de amanhã: Requerimentos nºs 66, de autoria do Deputado Eni Voltolini; 67, de autoria do Deputado Sergio Silva e outros; 68, 69, 72, 73, 74, 75 e 76, de autoria do Deputado Odacir Zonta; e pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 18 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Meres - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Ucazi - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nº:

3237, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que menciona;

3238, encaminhando termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através do Fundo para Melhoria da Segurança Pública com a interveniência da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Paraíso e Salete.

3239, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com as entidades sociais que menciona;

3240, encaminhando termos de rescisão do termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, com a Sociedade Beneficente Lar da Fraternidade, sediado no Município de Chapecó;

3241, encaminhando termos de cessão de uso, firmados pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades que menciona;

3242, encaminhando termos de convênio de cooperação financeira, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, Departamento de Transportes e Terminais - Deter, com os Municípios que mencionam;

3243, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Campo Erê;

3244, encaminhando terceiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e a Associação Pró-Desenvolvimento da Via Expressa - Avex, objetivando a prorrogação do prazo originário;

3245, encaminhando segundo termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER e a Associação dos Servidores do DER-SC, Asderpal, com sede no Município de Palmitos;

3246, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC e a Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, com sede no Município de Videira;

3247, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestora do Fundo para Melhoria da Segurança Pública e a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SED, visando a concessão de bolsas de trabalho para estudantes do 2º grau;

3248, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades que menciona;

3249, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades sociais que menciona;

3250, encaminhando segundos termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através do Departamento de

Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER, com as entidades que menciona.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Pedro Bittencourt Neto, que declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Boi de Mamão.

- de autoria do senhor Deputado Olíces Santini, que declara de utilidade pública o Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal no Estado de Santa Catarina.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a realização de Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembleia Legislativa do Estado, alterando em caráter temporário e excepcional disposições regimentais.

OFÍCIOS Nºs:

011/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Anchieta, encaminha a Moção 004/98, que solicita pedido de anistia ao empréstimo de emergência contraído pelos Agricultores em 1996;

236/98, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, acusando o recebimento do Ofício nº 037/98, que solicita a concessão de auxílio financeiro à sociedade Poço Artesiano de Linha Guarani, de Concórdia;

553/98, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, reportando-se ao Ofício DP/52/98, se colocando a disposição desta Casa e daquela Comissão para fornecer informações cabíveis.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, doravante terei de me pronunciar, pelo menos, duas vezes por semana, discorrendo sobre a situação econômica, social e política do Estado de Santa Catarina. A situação em que nos encontramos economicamente e socialmente diante do contexto nacional e, principalmente, em relação aos nossos vizinhos do Rio Grande do Sul e Paraná.

A situação do Estado de Santa

Catarina hoje é preocupante, sob todos os aspectos. É sabido, é público que o Governo do Estado não governa mais as finanças públicas, ou melhor, não administra no universo das suas responsabilidades constitucionais e legais.

O Estado, o gerenciamento da máquina pública, tal o descontrole interno, ou melhor, coisa que a meu ver nunca houve, não existe, é inexistente, o chamado e indispensável controle interno das finanças públicas do Estado.

Como me propus e é uma meta que fixei, estabeleci e que cumprirei, hoje quero tratar do Ipsc. Na próxima falação haveremos de nos voltar para outro setor da administração pública estadual e assim sucessivamente.

Estamos num ano eleitoral e é preciso detonar, com urgência, um grande debate em torno dos graves problemas que afligem o Estado de Santa Catarina.

Não quero ficar remexendo nesse passado recente, de muitos desgastes, que arranhou a imagem de Santa Catarina, que desgastou a figura do político catarinense, não só internamente como também além das nossas fronteiras.

Mas quero falar de um futuro para o Estado, de um futuro promissor, um futuro que seja gerenciado com muita responsabilidade e que dele façam parte os homens de bem, num grande mutirão voltado para o soerguimento do Estado de Santa Catarina.

Pois bem, o Ipsc, Instituto que está sendo muito mal falado por obra e graça da irresponsabilidade dos Governantes, mais especificamente de quem atualmente governa, porque não repassa, não honra com os seus compromissos legais e constitucionais. Esse Instituto precisa se viabilizar porque ele é propriedade do servidor público, não de quem está de plantão transitoriamente no exercício da governança ou de Secretários outros, por isso precisa ser visto com muita responsabilidade.

O Ipsc não honra com os seus compromissos com os médicos que atendem os servidores; com os laboratórios que também atendem os servidores e dependentes, e todos nós sabemos que o Estado deve a esse Instituto mais de meio bilhão de reais, ou melhor, algo em torno de 600 milhões de reais.

Portanto, senhores Deputados, falamos aqui desta tribuna com autoridade de quem não atrasou um dia, porque a Assembleia Legislativa recolhe religiosamente a sua cota/parte. Assim fizemos e assim está fazendo o nosso Presidente atualmente.

A partir do momento em que o Governo passou a portar-se de forma irresponsável, outros órgãos também da administração de igual maneira passaram a trafegar por esses caminhos tortuosos da irresponsabilidade pública no gerenciamento da coisa pública.

Deputado Gervásio Maciel, temos que discutir, sim, a necessidade de incluir esse crédito do Ipsc e essa dívida do Estado para com o Ipsc, também se for possível, na rolagem da dívida catarinense.

Obtive algumas informações e acho que alguns Estados da Federação já fizeram, para que possamos ter viabilizado um Instituto sério que assegure, inclusive no futuro, não só os direitos dos servidores, mas a própria governabilidade do Estado. O Estado não vai se terminar no final do mandato do atual Governador, nem do outro e por aí afora, ele precisa ser viável hoje,

amanhã e sempre.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Deputado, cumprimento V.Exa. que está colocando uma situação realmente preocupante. Tem que dar os números, Deputado.

É lamentável realmente isso do Ipsc, porque no Governo passado até investiram, compraram patrimônio, tinham fundo, eram bem administrados e tinha o repasse do Governo do Estado na sua maioria. Há um detalhe que tem que ser dito agora. É duro lamentar a situação das finanças do Estado, mas esse Governo quando recebeu disse que era uma situação confortável, governável.

Vou dar um número que é importante, está no relatório daquela auditoria que pedimos ao Tribunal de Contas do Estado. Em 94 o Governador arrecadou R\$1.215.000.000,00. Cem milhões de reais por mês era a arrecadação do Estado em 94. Em 96, R\$1.822.000.000,00, ou seja, R\$150.000.000,00 por mês, 50% de aumento. E agora, notícia do mês passado, está em R\$180.000.000,00 a arrecadação por mês em nosso Estado, 80% de aumento.

É lamentável, então, o Governo, que está sem inflação, não dar aumento aos funcionários, não pagar o 13º e ainda não pagar a sua parte devida, legal ao Ipsc para garantir o mínimo benefício aos nossos servidores colaboradores de Santa Catarina. Isso é digno de debate, de discussão, inclusive de convocar aqui o próprio Secretário da Fazenda, que disse que iria pagar o 13º, que estava tudo bem encaminhado em novembro e dezembro. Os jornais estão aí a registrar a falação do Secretário da Fazenda.

Hoje, o nosso Estado está falido, não por falta do dinheiro dos catarinenses, porque os impostos estão sendo pagos, mas única e exclusivamente pela péssima administração política e da coisa pública de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Agradeço o aparte de V.Exa. que passa a figurar como peça importante no pronunciamento que estamos fazendo.

Não se trata de uma falácia, de uma acusação, de uma denúncia fácil, é uma constatação pública e notória. Mas nós, que estamos querendo encaminhar um projeto novo e contemporâneo para Santa Catarina, precisamos não apenas denunciar, mas dizer que os responsáveis por essa situação foram fulano, beltrano e cicrano, se for o caso, em última análise, um Governo que se portou com inteira irresponsabilidade até aqui.

Deputado Eni Voltolini, porque mesmo ignorando o atrasado, que é gigantesco, recolher-se doravante o que o Estado deve recolher, que tem a obrigação de recolher aos cofres do Ipsc, e se todos os demais órgãos públicos assim procederem, o Instituto vai se viabilizar. Portanto, não é bicho de sete cabeças.

Estamos colocando também como uma proposta a ser discutida para a viabilidade de incluir no processo de rolagem de dívida a negociação também com o Governo Federal, já que está aceitando em outros Estados; é evidente que esses Estados são governados por Governantes com credibilidade, o que não é o nosso caso, lamentavelmente.

Portanto, doravante, haveremos de abordar, pelo menos duas vezes por semana, tópicos da situação existente no Estado de Santa Catarina, que hoje é pública e notória.

Há necessidade de um "tour de force" de um grupo de pessoas, que queremos seja a maioria dos catarinenses. Que num grande mutirão possam fazer Santa Catarina ressurgir do desânimo político, econômico e social que se encontra, ressurgir dos escombros, da incompetência, da ingovernabilidade para o momento da prosperidade, do progresso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O próximo orador inscrito é o senhor Deputado Adelor Vieira, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, recebi recentemente uma correspondência da Câmara de Vereadores de Massaranduba, o que me deixou bastante preocupado, cujo assunto foi objeto de ampla discussão junto à Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste de Santa Catarina, que se reuniu hoje.

A nossa preocupação se associa à preocupação da população massarandubense em relação à instalação de um aterro industrial chamado lixão no Distrito de Vila Itoupava, no Município de Blumenau, mais precisamente na divisa Massaranduba/Blumenau.

fatos que passam despercebidos, existem outros fatos que clamam por providências e não são capazes de merecer a devida atenção. Outros, ainda, se incorporam e demonstram a necessidade de medidas saneadoras, medidas que possam ser de urgência urgentíssima, e é o que pretendemos seja feito em relação à instalação deste lixão.

Discute-se muito a questão ambiental neste País. Genericamente, no íntimo do ser humano, há desafios e precauções, e se todos estravassem isso de forma literal, o meio ambiente sobressairia, pois é uma questão que está diretamente vinculada com a sobrevivência, com o progresso econômico e social de todos nós, de toda a sociedade, inclusive preocupa muitas organizações não-governamentais.

Os recursos naturais fundamentais para o crescimento social e econômico, em outras épocas abundantes, estão se tornando cada vez mais escassos, cada vez mais minúsculos. É preciso frear e reverter este quadro de destruição ambiental que se encontra ao redor de todos nós. Para que isto ocorra é preciso uma correta e atuante política de proteção à natureza que detenha em seu bojo práticas para a conservação do solo e para o reflorestamento.

O nosso País, apesar dos avanços alcançados na Constituição, que possui um capítulo destinado ao meio ambiente, considerado um dos melhores do mundo, até hoje não conseguiu imprimir uma política de proteção eficiente, as diretrizes em vigor são na maioria inócuas e/ou obsoletas. Convivemos com a falta de prevenção para determinados comportamentos danosos.

Entendo pela necessidade da introdução de maior clareza na individualização das responsabilidades, ou seja, na aplicação do estabelecimento de penas alternativas às multas, como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade, entre tantas outras. Esta providência certamente faria com que os males promovidos para a sociedade por um cidadão fossem recompensados com a prestação de serviços desse a essa sociedade.

Quando ouvimos o termo conservação da natureza, do meio ambiente, logo vem em mente o fator básico: lixo. E é sobre isso que eu queria refletir nesta tarde,

Deputado Volnei Morastoni. E justamente o lixo, naquele ponto focalizado ali, que o Município de Blumenau diz ter toda a documentação exigida pela legislação para a sua instalação; justamente na divisa entre o Município de Blumenau e Massaranduba.

Isso se dá porque a quantidade recolhida diariamente é alarmante. Para se ter uma idéia, aqui em Florianópolis são produzidas cento e oitenta toneladas de lixo por dia, Deputado Eni Voltolini. É muito lixo!

Em Joinville passam de duzentas, duzentas e cinquenta toneladas de lixo, perto de trezentas, pasmem os senhores Deputados! E se nós somarmos isto no Estado de Santa Catarina, são mais de três mil toneladas, quem sabe, quatro, ou cinco mil toneladas de lixo para serem solucionadas nesta vala, que poderíamos chamar, do meio ambiente.

A existência de locais e as corretas formas para acolhimento do lixo é que tem sido o grande problema na discussão deste tão importante assunto.

Vejo esta questão do lixo na condição de desenvolvimento, apesar de estar andando em passos bem lentos, bem lerdos ainda, como sendo uma solução que virá, sem dúvida, mas esta Casa não poderá ficar alheia a esta discussão.

As coletas seletivas, os estudos, as divulgações que comprovam que uma tonelada de papel recolhido equivale a vinte e uma árvores poupadas, estão tocando no íntimo das pessoas.

Eu creio que é um processo que requererá muito tempo, Deputado Volnei Morastoni, para ficar próximo do ideal, mas não pode parar e devemos nós, aqui, continuar falando, pois a questão do lixo tem que ser tratada adequadamente, é um componente com o qual nós vivemos o nosso dia-a-dia e a busca de solução para este problema é um ponto relevante, precisa estar constantemente sendo atacado e conscientemente sendo trabalhado para se sobrepor a qualquer outro problema que possamos julgar prioritário. É uma tarefa que tem que ser, sem dúvida, de todos nós.

Eu entendo que com a implantação das nossas regiões metropolitanas nós poderemos avançar um pouco mais. Quem sabe buscar os recursos necessários, juntar três ou quatro Municípios, porque no caso específico Massaranduba vai ser apenas o prejudicado. Porque os massarandubenses vão ter que conviver com a mosca, com os corvos, com tudo aquilo que de ruim tem no lixão, com os ratos, com as enfermidades, e vai se beneficiar com o quê? Não vai ter benefício nenhum.

Então, se puder juntar e buscar um meio mais adequado, que contemple essa região como um todo, eu acho que aí sim é o caminho ideal.

Gostaria de ouvir o Deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Adelor Vieira, quero parabenizá-lo por trazer este tema relacionado ao meio ambiente, para o qual, cada vez mais, precisamos abrir espaço de debates nesta Casa.

Essa questão, especificamente, foi tratada hoje na reunião do grupo suprapartidário Norte e Nordeste, da qual tive o privilégio de participar. Inclusive, até fui convidado para integrar esse grupo.

Este assunto já tinha sido trazido na reunião pelo Deputado Ivo Konell e debatido entre os senhores Deputados, quando V.Exa. anunciou que já estava predeterminado a tratar desse assunto na tribuna no dia de hoje. Inclusive amanhã, quinta-feira à noite, por coincidência,

eu estarei com o Prefeito de Blumenau, do Partido dos Trabalhadores, nosso companheiro Décio Lima. E faço questão de ter, da parte dele, considerações, informações a respeito do projeto de destinação do lixo industrial de Blumenau.

Mas como a Comissão Suprapartidária já sugeriu, este assunto poderá ser levado para a Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, que já está agora nos últimos dias na discussão das tratativas quanto às suas definições internas. E esperamos que a partir dos próximos dias ela já esteja em franco funcionamento, porque temos muitos assuntos a tratar, como a questão do Ipescc, do SUS e ambientais.

Esperamos que este assunto possa ser motivo de uma audiência pública, convocada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, porque não podemos resolver um problema de Blumenau e causar um problema para Massaranduba.

Então, por essa razão nós vamos propor que realmente essa questão seja tratada através de uma audiência pública da Comissão de Saúde e Meio ambiente desta Casa.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Deputado Volnei Morastoni, eu quero agradecer a contribuição de V.Exa. e dizer que a referida proposição é muito simpática.

É interessante que se processe essa audiência pública, porque não é só a questão isolada de Blumenau. Nós temos outros Municípios, inclusive a Grande Florianópolis. A mesma questão acontece em Joinville, onde ocorrem problemas sérios. E, quem sabe, numa audiência dessa nós possamos abranger vários Municípios e atacar este problema e encontrar uma solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Odacir Zonta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários e funcionárias da Casa, gostaria de saudar os visitantes também, especialmente do Movimento dos Sem-Terra, dos atingidos por barragens, da Fetalafesc e dos sindicatos que estão na justa luta para buscar soluções dos gravíssimos problemas que envolvem o nosso homem e trabalhador do campo.

Senhores Deputados, trago hoje um comentário sobre a situação dos nossos Municípios, cuja base econômica está exatamente na agricultura. O agricultor, sem terra ou com um pedaço de terra, sofre. E a extensão do efeito disso vem para as administrações municipais.

Não bastasse isso, o Município, que é o primeiro organismo a quem se procura para a busca da solução dos problemas, cada vez fica mais atropelado, porque mais atribuições são repassadas a ele. E quanto menos recursos ele tem, mais recursos são subtraídos do direito da participação dos Municípios. Municipaliza-se tudo, menos o dinheiro. E aí vêm as consequências.

Acabo de receber da Associação dos Municípios do Alto Uruguai catarinense, que tem sede em Concórdia, Deputado Olices Santini, associação que este Deputado, juntamente com o Deputado Neodi Saretta, Presidente desta Casa, representa, um demonstrativo do que significa, Deputada Ideli Salvatti, o Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Fundão - em relação ao prejuízo aos pequenos e médios Municípios.

Só neste item, sem contar com o Fundo de Estabilização Fiscal, sem contar com essa questão de recursos que são subtraídos, nós temos a seguinte posição, somados os dois meses - janeiro e fevereiro -, IPI, e compondo aí o Imposto de Renda, o FPM e o ICMS: os dezesseis Municípios da nossa microrregião, somados juntos nestes dois meses, foram subtraídos, ou seja, foram retidos R\$925.735,00 pela União e pelo Estado, a título de fundo para o desenvolvimento de ensino fundamental; os 15% do ICMS e do FPM.

Desses 925 mil retidos, os Municípios receberam R\$581.174,00. Considerando-se que o Município de Concórdia, que já entra numa faixa de médio para grande no aspecto do cálculo para Santa Catarina, teve uma lucratividade neste caso, o prejuízo para esses Municípios a menor do orçamento nesses dois meses deu a soma de R\$344.060,00, ou seja, uma média de R\$180.000,00 por mês que esses Municípios deixam de receber e continuam com o encargo integral. E depois vem a história do transporte escolar, que acaba sendo atribuída ao Município a obrigação de transportar o aluno da rede estadual, e todos nós já sabemos quanto a Secretaria de Estado está passando para cada Município.

Cito neste caso apenas o Município de Xavantina, porque foi retida uma média de R\$18.000,00 por mês e o Estado está reembolsando R\$2.400,00 por mês, para que ele cumpra, além do ensino fundamental, também o transporte escolar que é obrigação do Estado.

A situação dos Municípios, portanto, vai se agravando de uma forma acelerada, a ponto deles terem que começar daqui a pouco a decretar situação de insolvência como organismo em cada Município. E o que será das nossas comunidades, das famílias do nosso interior, dos agricultores, dos trabalhadores, dos operários, dos micro e pequenos empresários, quando encontrarem esse órgão que é do Município e que tem que ser um órgão estimulador, um órgão que encaminhe, que abra a sua porta, que dá uma luz de esperança, numa situação de insolvência? Como é que será a vida daqui para a frente? Não estamos longe disso.

Atitudes impensadas, aprovadas no Parlamento Federal, adotadas pelo Governo Federal de cima para baixo, sem fazer os cálculos adequados...

Nós não somos contra, vamos deixar bem claro, a valorização do Magistério, principalmente a valorização da Educação. São necessários mais recursos para a Educação, mas tirar, Deputado Carlito Merss, dinheiro dos Municípios por conta disso, dizendo que vão fazer a reaplicação na Educação quando se sabe que nada disso vai ser retornado a ela, é realmente encaminhar os Municípios pequenos para uma situação de insolvência.

Este é um exemplo apenas de uma microrregião. Se nós somarmos as 23 microrregiões e chegarmos à conclusão de que em média R\$200.000,00 por mês são subtraídos dos Municípios por microrregião, nós vamos ter em torno de cinco milhões por mês, num total de aproximadamente R\$60.000.000,00 por ano que os Municípios terão a menor, com o compromisso aumentado lá na base, porque cada dia fica maior a responsabilidade do Município.

Essa é uma situação que induz a que nós iniciemos aqui um movimento forte para pressionar o Governo Federal, o Governo Estadual e os nossos colegas Parlamentares no Congresso Nacional para uma mudança de

posição enquanto ainda tivermos tempo.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado Odacir Zonta, é um prazer ver a sua manifestação. Nós, do PT, estamos há três anos batendo nessa tecla.

Essa festa de reformas que o Governo Federal tem feito, é tudo conversa mole; a única reforma necessária neste País chama-se reforma tributária, sendo que teríamos que acoplar as responsabilidades que os Municípios e Estados receberam desde 1988, com a reforma da Constituição, com o aporte necessário, para poderem dar conta das suas novas funções.

Essa é a grande revolução administrativa: a descentralização através dos fundos, para os Municípios e Estados poderem gerenciar o dinheiro. Só que esse Governo é centralizador, é ditatorial, e está fazendo ao contrário. Ao mesmo tempo em que os Municípios e os Estados aumentam as suas responsabilidades, o dinheiro reduz.

Aproveitando, vou passar para V.Exa. um texto que eu li no jornal O Estado de S. Paulo deste final de semana, cujo título é sugestivo: "A cumplicidade de FHC". Inclusive, coloca que como a maioria dos Municípios não tem mais esse dinheiro certo, começam a fazer empréstimo a qualquer custo, o que inviabiliza muito mais o Município.

Faço questão, então, Deputado, de lhe passar às mãos uma cópia do texto da jornalista Sueli Caldas, que trata um pouco deste assunto.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - E eu faço questão de receber este documento, Deputado Carlito Merss, incorporando ao meu pronunciamento o seu aparte.

Gostaria de reafirmar: vamos iniciar uma mobilização de pressão política para tentar ajudar, socorrer os nossos Municípios, principalmente os pequenos e médios Municípios do interior, porque lá está o reflexo de toda uma ação danosa contra a receita pública municipal, tão necessária para atender a nossa gente, que tanto precisa de apoio para levar adiante suas atividades e lá continuar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ivo Konell.

O SR. DEPUTADO IVO KONELL - Senhor Presidente e senhores Deputados, vou fazer aqui uma exposição a respeito de um trabalho que vem sendo desenvolvido na minha região através da Amvali.

Há poucos dias participamos da assembléia da Amvali, quando foi apresentado o resultado de um trabalho executado em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado - Seduma - a respeito dos nossos famosos lixões. Naquela oportunidade, nós tivemos conhecimento, bem como todos que estavam presentes na assembléia, que não existe no Estado de Santa Catarina um único Município que esteja dando destinação correta para o seu lixo, tanto o lixo doméstico como o industrial.

A Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, num trabalho meritório e de grande alcance, bem como os Municípios de São Bento, Campo Alegre e Rio Negrinho, que têm

um projeto denominado Quiriri, estão procurando alternativas e soluções mais imediatas para esse grave problema.

O trabalho executado através da Amvali traz uma orientação, um projeto final, feito por uma empresa contratada pela associação e pela Secretaria do Meio Ambiente, para uma solução quanto à deposição de lixo de todos os Municípios.

Atualmente a irregularidade é total. O lixo está sendo depositado, em muitos casos, a céu aberto; outros fazem uma pequena cobertura, mas de forma totalmente imprópria, não havendo nenhum tipo de proteção com relação à contaminação das nascentes, do lençol freático. Enfim, a situação é muito preocupante.

Acho que todas as Prefeituras do Estado de Santa Catarina deveriam ter apoio dos Governos Estaduais e Federal no sentido deles efetivamente tocar os projetos, de implantar os aterros dentro da técnica, dentro das orientações que as empresas especializadas estão mostrando.

O investimento feito não é muito alto; no levantamento na Amvali, os Municípios teriam um dispêndio em torno de 50 a 100 mil reais para a implantação desses projetos. Para o pequeno Município essa quantia é alta e difícil de conseguir, mas se existir um pouco de boa vontade da Secretaria do Meio Ambiente e de outros organismos federais, acho que os Municípios terão condições de resolver esse grave problema, que cada vez mais contamina todo o meio ambiente, trazendo situações que, no futuro, serão irreversíveis.

A questão torna-se cada vez mais grave e precisamos estar unidos em torno dessa questão, apoiando os Prefeitos, as associações, no sentido de que efetivamente tenhamos uma solução para esse grave problema.

Está de parabéns a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, que, sob a presidência do Prefeito de Guaramirim, em perfeita sintonia com os demais Prefeitos que estão associados, teve a feliz iniciativa de trabalhar justamente um assunto que a maioria dos governantes até evita de falar devido à sua complexidade.

Temos, pois, a felicidade de ter na nossa região uma iniciativa que realmente traz uma nova esperança para a solução desses problemas.

Além disso - e outros pronunciamentos certamente aqui serão feitos, porque levamos o assunto para a nossa Bancada suprapartidária do Norte e Nordeste -, há a questão do aterro industrial, que foi autorizado em Blumenau, próximo ao Distrito de Vila Itoupava, porque uma empresa que trabalha no setor conseguiu iniciar a implantação naquele local de um aterro para o depósito de lixo industrial.

Esse é um outro fato lamentável - e essa questão não foi discutida em momento algum com as comunidades, principalmente as de Vila Itoupava e Massaranduba -, porque o projeto se situa exatamente num local onde nascem os rios que abastecem os Municípios de Massaranduba e Guaramirim.

Blumenau não tem com isso nenhuma perda em virtude do projeto estar instalado em um morro; as bacias de contribuição correm no sentido do Município de Massaranduba.

Esse projeto foi autorizado pelo Ibama e pela Fatma, contrariando completamente as determinações de ordem técnica, os

levantamentos técnicos feitos no local. O Ibama define a área como de preservação permanente, portanto, impossibilitando totalmente a instalação do projeto no local. A Fatma, inclusive, dispensou o Rima para esse projeto.

Eu recebi, ainda hoje, um fax da Fundação Pró-Mata Atlântica que relata toda a situação de irregularidade que houve na autorização de implantação desse projeto naquele local. Nós precisamos, aqui na Assembléia, através da nossa Comissão suprapartidária e também da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, produzir audiências públicas com as entidades envolvidas, para que se tenha conhecimento, pelo menos, do que efetivamente aconteceu e como essa empresa conseguiu esse ajustamento de conduta para a implantação de um projeto de tamanha amplitude num local totalmente inapropriado.

Os próprios órgãos de preservação definem aquele local como área não apropriada para instalação do projeto, mas, por vias transversas, acontecem as autorizações de implantação desse projeto naquele local, trazendo gravíssimos problemas para as comunidades de Massaranduba, Vila Itoupava e Guaramirim. Blumenau não será afetado, como já dissemos.

Então, conclamo mais uma vez os meus companheiros da Bancada suprapartidária e os Membros da Comissão de Saúde, a qual pertencem, para, urgentemente, fazer o melhor que pudermos no sentido de pelo menos conseguir entender o que aconteceu. Assim, quem sabe consigamos impedir a continuidade daquele projeto se não tivermos garantias por parte das empresas e dos órgãos ambientais de que as comunidades estarão protegidas, não havendo nenhuma possibilidade de contaminação das águas que são utilizadas para o abastecimento e também para a irrigação dos arrozais de Massaranduba, que é o maior produtor de arroz do Estado de Santa Catarina.

Seriam essas as minhas manifestações no horário que pertencem ao meu Partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, senhores Deputados, representantes do Movimento Unificado Contra as Privatizações (Mucap), do Movimento dos Atingidos pelas Barragens e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, nós estaremos fazendo a entrega hoje, ao final do pronunciamento, de um abaixo-assinado, com quase sete mil assinaturas colhidas em todo o Estado, contra o processo de privatização das empresas estatais sediadas no nosso Estado, sejam elas federais ou estaduais.

Esse abaixo-assinado é o resultado de um movimento que se desenvolve há vários meses no nosso Estado e que, inclusive, teve a participação efetiva desta Casa quando, em novembro, eu e o Deputado Lício Silveira estivemos em Brasília representando o Poder Legislativo para um debate no Fórum Parlamentar Catarinense, já buscando fazer com que os nossos Deputados Federais e os nossos Senadores se alertassem para o problema envolvendo a privatização da Telesc, da Eletrosul, da Celesc, da Casan e do Besc no nosso Estado.

No dia 08 de abril, uma audiência

pública nesta Assembléia reuniu Parlamentares de todos os Partidos. Com a Casa lotada, foi uma das audiências públicas mais concorridas da história de Santa Catarina, quando alertamos, através de uma carta, toda essa situação gravíssima da privatização.

As empresas Casan, Celesc, Eletrosul, Besc e Telesc têm um patrimônio superior a R\$13.000.000.000,00, Deputado Francisco Küster, e envolvem diretamente vinte e quatro mil empregos, sendo dezenas de milhares de empregos indiretos. No caso da Usina Jorge Lacerda, três mil e quinhentos empregos diretos e mais trinta mil empregos indiretos têm a ver com o processo de privatização.

Então, é um potencial econômico, é um potencial de emprego, é um potencial político, porque são empresas que têm poder de decisão e a possibilidade de intervir no desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Todo esse alerta foi feito, muitas ações foram desenvolvidas na Eletrosul, na Casan, na Telesc durante os meses de dezembro e janeiro. Como fruto dessas ações, foi anulado o cronograma de privatização da Eletrosul. O leilão que seria feito no dia 12 de fevereiro foi suspenso e está indicado agora para acontecer o edital somente no mês de maio.

Infelizmente, esse movimento, envolvendo dezenas e dezenas de entidades populares e sindicais do nosso Estado, não tem recebido das autoridades, do Poder Público constituído a mesma atenção, e a população já começa a reagir - e reage através das suas entidades. Reage porque está acompanhando de forma efetiva as consequências da privatização no Rio Grande do Sul e principalmente no Rio de Janeiro, onde a população sofre a consequência da privatização da Light, com os sucessivos apagões, privatização esta que foi uma verdadeira doação.

Estão aí os dados apresentados pelo Luís Nassif:

(Passa a ler)

"Nos tempos de estatal, a Light comprava energia de Furnas por trinta e cinco dólares e vendia por setenta. Privatizada, compra por trinta e cinco dólares e vende por noventa e três dólares. Estatal, a Light tinha dezessete mil funcionários. Privatizada, tem onze mil.

No entanto, estatal, a Light registrou lucro de duzentos e oitenta milhões de dólares. Privatizada, lucro de cento e trinta milhões."

Por quê? Porque as maracutaia no processo de privatização afundaram, descapitalizaram a Light e acabaram com o investimento necessário para que houvesse o fornecimento de energia elétrica.

Nós temos que seguir o exemplo dos agricultores sem terra, dos atingidos pelas barragens, das entidades sindicais e do movimento popular, qual seja, unirmo-nos numa única voz. Não é possível que nós entreguemos de mão beijada!

Está agora o Governo do Estado tentando vender as ações da Casan, já vinculando isso a um projeto de gestão que, mesmo sem a perda do controle acionário, do controle efetivo político da Casan, vai passar para um grupo de empresas internacionais.

A mesma coisa vai acontecer com o Besc, a mesma coisa está se articulando com o Besc. A Eletrosul já está anunciando um edital para abrir o leilão em maio. E nós, vamos ficar quietos?! Eu quero saber se a Assembléia Legislativa de Santa Catarina,

que já fez audiência pública, que já esteve em Brasília provocando o Fórum, vai ficar quieta!

Ontem, nós aprovamos o requerimento sobre a convocação do Secretário Nelson Wedekin, e o Secretário tem que vir imediatamente, porque nós temos que barrar a venda das ações. E mais, quero terminar o meu pronunciamento dizendo que nós devemos nos mirar no exemplo do trabalhador, do agricultor sem terra, do agricultor atingido pelas barragens, dos sindicalistas e ir para a ofensiva.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa tem a prerrogativa para entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, e nós temos que fazer, imediatamente, essa ação contra a Medida Provisória 1531, pela 16ª vez já reeditada, que permite que as geradoras particulares - as empresas privatizadas de energia elétrica - possam vender 100% da energia gerada daqui a nove anos no mercado, sem compromisso de vender para os seus clientes antigos.

Portanto, esse compromisso que a Eletrosul tem hoje de vender a energia gerada para a Celesc, para a Copel, para a Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, acaba em nove anos. Nós poderemos ficar totalmente à mercê de uma empresa particular que vai vender energia elétrica para quem ela bem quiser, pelo preço que ela bem entender.

Por isso, estou fazendo a proposta (e vou encaminhar por escrito) para que a Mesa da Assembléia Legislativa, que tem poder constitucional para isso, entre com a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra essa medida provisória, e também que o Secretário Nelson Wedekin venha amanhã mesmo, se possível, ou, no mais tardar, no início da semana que vem. Nós temos que impedir a venda das ações, como também temos que acionar juridicamente toda essa maracutaia que já se arma na questão da Casan e que está se armando na questão do Besc.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - A matéria é empolgante, está na ordem do dia, mas vejo que o seu tempo se expira e eu não vou privá-la de concluir o seu pronunciamento, muito bem coordenado.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Infelizmente, o tempo é curto, pela gravidade do assunto, Deputado Francisco Küster.

Volto a propor que a Ação Direta de Inconstitucionalidade seja encaminhada o mais rápido possível pela Assembléia e que nós possamos trazer imediatamente o Secretário Nelson Wedekin aqui, para barrar a venda criminosa das ações da Casan.

Entrego, neste momento, o abaixo-assinado ao Presidente da Assembléia, contendo quase sete mil assinaturas.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados e senhores Líderes, estamos recebendo, neste momento, o abaixo-assinado com o seguinte teor:

"Senhor Deputado Neodi Saretta

Presidente da Assembléia Legislativa

Senhor Presidente, cumprimentando-o cordialmente, estamos enviando a V.Exa. exemplar completo do abaixo-assinado contendo 6.443 assinaturas de cidadãos catarinenses, incluindo nomes de líderes políticos, bem como de lideranças sindicais,

estudantis e comunitárias, todos se posicionando contrário ao processo de privatização das empresas estatais, que prestam um relevante serviço ao povo catarinense e que são estratégicas para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Esperando de V.Exa. o encaminhamento devido à manifestação da vontade popular, colhemos o ensejo para apresentar as nossas cordiais saudações.

(aa) Movimento Contra a Privatização, Movimento dos Atingidos pelas Barragens e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra."

Com relação ao encaminhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, vamos aguardar a formalização do pedido e imediatamente daremos um posicionamento, reunindo a Mesa Diretora para que tome uma medida. E com certeza, tudo aquilo que cabe à Assembléia Legislativa será feito em defesa do povo e do patrimônio de Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Senhor Presidente e senhores Deputados, indo na esteira do raciocínio da Deputada Ideli Salvatti, do jeito como hoje estão sendo feitas as privatizações (sem critérios, sem discussão e sem democracia) de estatais vitais para a vida do povo brasileiro, temo que amanhã ou depois o nosso ensino público gratuito seja algo de ataque da iniciativa privada e caia no esquecimento do Governo popular.

Aliás, isso já está acontecendo, porque números da Universidade Federal de Santa Catarina mostram que o valor orçado para as universidades, para o ensino superior gratuito, neste ano foi cortado pela metade, as bolsas de estudo foram reduzidas em 50%, fazendo com que muitos estudantes que estavam fazendo mestrado ficassem impedidos de concluir os seus estudos.

Ora, um País que não investe em educação, com um Governo que não prioriza a pesquisa e o ensino, é um País sem futuro. A partir da Assembléia Legislativa, a partir da Comissão de Educação e de outras instâncias, envolvendo também a sociedade, as entidades ligadas ao ensino, temos que fazer uma frente para que retornem ao que eram os valores - já reduzidos, já minguados - orçados para o ensino superior, para as bolsas de estudo.

Nós não podemos concordar com esse encaminhamento de cortar as bolsas de estudo. Para os bancos dão dinheiro, deram mais de R\$8.000.000,00 para saldar o Banco Econômico, deram dinheiro para o Bamerindus e para outros bancos; agora, não tem dinheiro para investir na pesquisa, na educação, na formação de profissionais na área da educação, na nossa universidade!

Quero, portanto, desta tribuna manifestar a minha indignação, e vamos tentar recuperar aquilo que é de direito, para que não venhamos assistir amanhã ou depois aquilo que hoje está se desenhando: privatizar o ensino público gratuito primeiramente às universidades federais.

O segundo assunto, senhores Deputados, é referente ao fax que recebi na manhã de hoje de um colégio do interior do Estado, dizendo da situação em que vivem os alunos e os professores por causa da carga horária de 60 minutos hora/aula. E finaliza dizendo que, após as 22h, tanto os alunos como os professores fazem de conta que ainda estão aprendendo ou ensinando, porque já estão cansados pelo trabalho.

Em muitos colégios, estamos sabendo que depois das 22h as aulas já estão virando bagunça, ou seja, não se tem mais condições de dar aula porque os alunos já não têm mais estrutura física nem mental para captar os ensinamentos que os professores pretendem ainda repassar.

Então, recentemente estava me informando com a Presidência, Na semana passada aprovamos um decreto legislativo que revoga o decreto e a resolução do Conselho Estadual de Educação sobre essa desastrosa carga horária. Isso é lei, o decreto já foi promulgado, então por que os colégios ainda não acataram, ainda não tiveram a coragem de se adaptar e de se situar dentro da lei, dando aulas como era anteriormente?

Acho que é necessário que, de uma vez por todas, este assunto seja resolvido para o bem da educação de Santa Catarina, e volto a dizer que sem investir em educação e pesquisa seremos um Estado e um País sem futuro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezesseis minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o seu Líder, Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, inicialmente quero registrar a presença nesta Casa de uma representação de todos os funcionários contra as privatizações. É um prazer tê-los aqui. Quero registrar também a presença de representantes do Movimento dos Sem-Terra e do movimento dos trabalhadores atingidos pela construção de barragens.

Senhores Deputados, há instantes tivemos a oportunidade de ouvir o pronunciamento da Deputada Ideli Salvatti, que tratou de um assunto que é, sem dúvida nenhuma, o mais comentado em todos os meios deste País, com prós e contras: as privatizações.

As privatizações, sem dúvida alguma, trazem, particularmente ao Estado de Santa Catarina, grandes e graves problemas que, na minha concepção, precisam e devem obrigatoriamente ser esclarecidos.

Ontem, no Jornal Nacional, diziam que uma siderúrgica privatizada há pouco tempo estava dando o maior lucro da história da empresa, mais de 90%. Em contrapartida, escutava que a Light, do Rio de Janeiro, estava com problemas seriíssimos não só de distribuição de energia como, e principalmente, de falta de energia elétrica.

Escutamos e vemos todos os dias, Deputado Afonso Spaniol, prós e contras a esse problema da privatização.

Temos que tratar, no entanto, neste instante, dos problemas do Estado de Santa Catarina, até porque as privatizações, no seu desenvolvimento macro, são concebidas na Capital da República e mais propriamente no Congresso Nacional.

Agora, estamos verificando por todos os meios de comunicação a novela da venda de ações da Casan. A princípio as ações da Casan seriam vendidas para colocar o servidor público em dia com a sua remuneração.

Na minha concepção, vender ativo do Estado para pagar servidor público é, no mínimo, uma coisa irresponsável. Eu sou servidor público e como tal quero receber a minha remuneração em dia, como todos aqueles que são servidores públicos assim o

desejam. Mas vender ativo de empresa, como é o caso da Casan, uma empresa que está consolidada em Santa Catarina, uma empresa que apresenta resultados, uma empresa cujos diretores dizem que não têm nenhum problema financeiro! E por que entregá-la? Alguma coisa não está correta!

O que nós temos recebido são informações quase que exclusivas, Deputado Presidente, através dos meios de comunicação. Alguém arranca uma informação aqui, outra ali e joga nos meios de comunicação.

No ano passado, convocamos o Secretário Nelson Wedekin, homem pelo qual tenho estima, admiração e respeito, para vir a esta Casa prestar esclarecimentos, mas ele não atendeu a convocação. Então, ele precisa ser outra vez convocado para esclarecer não somente a venda das ações da Celesc como, também, o problema relacionado com a Invesc. E como esse problema relacionado com a Invesc tem as ações da Celesc.

É tudo muito fechado, é tudo muito entrelaçado! E só um homem, que é o que cuida das finanças de Santa Catarina, têm condições de esclarecer tudo isso.

Não queremos aqui pressionar ninguém a dizer o que não quer! O que nós queremos é a verdade sobre tudo, por mais dura que ela seja!

Senhor Presidente e senhores Deputados, aqui vai um apelo: o Regimento da Assembleia Legislativa dá ao Secretário convidado, ao convocado, a possibilidade de marcar sua vinda quando melhor lhe aprouver. E aí, Deputado Gervásio Maciel, pode ocorrer a simples não-marcação. Como aconteceu com vários outros Secretários, como é o caso do Deputado João Matos, o Secretário Wedekin também já foi convocado uma vez e aqui não compareceu.

Agora, queremos fazer um apelo ao eminente Líder do PMDB, Deputado João Henrique Blasi, e ao Líder do Governo, para que traga o Secretário Wedekin o mais rapidamente possível à Assembleia Legislativa.

Precisamos ter dele, Deputado, a confirmação do que é publicado na imprensa; precisamos ter dele com clareza como é que foram aplicados os recursos da Invesc e como pretendem aplicar os recursos da venda das ações da Casan.

Quando o Deputado Blasi vai ao aparte, eu lembro de um pronunciamento que aqui fiz e que obtive a resposta imediata do Deputado Blasi: "Se não se tomar cuidado, mesmo que fiquemos com 51% e que 49% sejam de particulares, os comandos das empresas sofrerão de maneira irremediável a conquista por parte daqueles que adquiriram as ações". E digo mais: o Deputado Blasi, na oportunidade, dizia que o controle acionário não havia possibilidade de passar, porque depende de emenda constitucional. E eu admito que constitucionalmente isso seja verdadeiro. Mas se as ações da Celesc não forem suficientes para pagar os debenturistas, eles irão buscar, de uma maneira ou de outra, o controle total da empresa, com ou sem lei, Deputado, com ou sem reforma da Constituição.

Por isso, eu gostaria de neste momento solicitar ao Deputado Blasi que - diga-se de passagem sempre foi um defensor intransigente da legalidade, sempre foi um homem que nos informou com clareza as coisas do Governo - apele ao Secretário da Fazenda para que rapidamente aqui compareça para esclarecer todas essas dúvidas. E eu não estaria aqui pedindo essa presença, se tudo

estivesse claro! O que acho é que tudo está muito obscuro, e em estado obscuro, evidentemente, precisa ser esclarecido.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado, quando V.Exa. iniciou o discurso - e que eu entendi que esse seria o tema - eu lembrei de algumas reuniões na metade do ano de 1995. Na época eu estava na Comissão de Finanças e lembro bem que - e o Deputado Zonta, se não me engano, era dessa Comissão - nós fizemos um voto extenso em relação à criação da Invesc.

Eu tenho ainda no meu gabinete, e farei questão inclusive de tirar algumas cópias para V.Exas., o que nós levantávamos naquela época. Se eu, inclusive, perguntar ao Deputado João Henrique Blasi ou a qualquer outro Deputado para que me digam rapidamente quais são os cinco Diretores da Invesc, a grande maioria não sabe, porque, vejam bem, a Invesc é uma empresa virtual, ela é uma gaveta, é uma pasta que mexe, determina muito mais dinheiro do que nós, os 40 Deputados, que discutimos o Orçamento!

Não é possível que permitamos, e foi isso que dissemos naquele voto: nós estamos, enquanto Deputados, tirando o nosso direito, a nossa prerrogativa e entregando-a a um grupo de funcionários subalternos, indicado pelo Governo, manipulando - digo até no bom sentido - milhões de reais.

Deputado Gilson dos Santos, à época eu consegui, com muito custo, um ou dois votos somente do PPB, parece-me que os Deputados Lício da Silveira e Odacir Zonta votaram contra a criação da Invesc, mas inclusive a Bancada...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado, a nossa Bancada, integralmente, votou contra. Eu tenho aqui a votação, preocupado até com esse aparte!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Tudo bem. Se nós, na época, tivéssemos tido a competência de convencer mais Deputados, teríamos evitado a criação desse monstro, foi um monstro que nós criamos e que está lá!

Nós, aqui, discutimos no Orçamento Regionalizado oitenta milhões, que é o máximo que eventualmente poderíamos fazer em emendas, e cinco funcionários - que ninguém sabe quem são - fazem isso. E digo mais: o primeiro lote das debêntures da Celesc vencem no meio do ano, agora. E são verdadeiras essas suas preocupações, e penso que hoje, pela legislação, a menos que haja uma mudança forte da Bancada do PFL e do PMDB - que na época teve uma posição governista ao votar a favor daquele monstro que criamos - não temos mais o que fazer do ponto de vista legislativo, e isso é que é o perigo.

Acho que a ação direta que a Deputada Ideli Salvatti levanta é importante e penso que podemos, via legal - inclusive de alguma forma legal, teria que ser estudado -, evitar que essa entrega do patrimônio público seja feita através dessa irresponsabilidade que é a Invesc em si, que é um monstro jurídico que infelizmente criamos nesta Casa.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Como eu havia solicitado, gostaria que o Deputado João Henrique Blasi fizesse um esforço no sentido de que o Secretário da Fazenda, Nelson Wedekin, viesse aqui o mais rapidamente, visando o esclarecimento dessas situações.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi -

V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Gilson dos Santos, eu vou me ater exclusivamente ao apelo que V.Exa. fez, no sentido de comparecimento a esta Casa Legislativa do Secretário da Fazenda, ex-Senador Nelson Wedekin.

Deputado, devo informar a V.Exa. e aos demais Pares que a Bancada do PMDB, antes mesmo do requerimento que foi apresentado, parece-me, por V.Exa. e outros Parlamentares, já apresentou na semana passada ou retrasada uma solicitação para posicionar-se oficialmente perante a Assembléia, que também tem preocupação com a situação financeira do Estado, aliás, preocupação que devem ter todos os catarinenses, porque a saúde, a higidez financeira do Estado, é algo que interessa a todos os cidadãos catarinenses.

De sorte que o Secretário Nelson Wedekin estará presente nesta Casa no dia que for marcado, o mais rapidamente possível. E mais ainda, comprometemo-nos, ontem, o Deputado Romildo Titon, como Líder do Governo, e este Deputado, como Líder da Bancada, com o Deputado Neodi Saretta de estarmos na terça-feira com o Secretário Nelson Wedekin para equacionar também as pendências do Executivo em relação a esta Casa.

Fique então V.Exa., Deputado Gilson dos Santos, absolutamente tranqüilo, porque, em primeiro lugar, há a sensibilidade do Secretário Nelson Wedekin e, segundo, há o nosso compromisso de trazê-lo o mais rapidamente possível para esclarecer todas essas questões que são aflitivas e que realmente nos causam preocupação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado João Henrique Blasi, eu não esperava de V.Exa. outra posição que não fosse essa e fico muito feliz, adendando, no entanto, que o requerimento é para o esclarecimento das debêntures da Celesc, garantidas pelas ações da Celesc, bem como para a venda das ações da Casan.

Os requerimentos foram acoplados e tudo isso poderá ser devidamente esclarecido e aí, sou muito claro, vai depender da boa vontade do Secretário Nelson Wedekin, pessoa a quem atribuo grande condição intelectual, conhece o assunto e poderá, ser dúvida nenhuma, dar a Santa Catarina o retrato exato de como se encontram as finanças do nosso Estado.

Eram essas as considerações, senhor Presidente e senhores Deputados, que eu gostaria de fazer nesta oportunidade, para que tenhamos esclarecimentos plenos sobre uma situação que, lamentavelmente, temos que reconhecer, nenhum de nós tem conhecimento completo, ou seja, não conhecemos realmente a situação financeira do Estado de Santa Catarina.

Então, ninguém melhor do que Nelson Wedekin, Secretário da Fazenda, para responder integralmente as dúvidas que poderão ser levantadas por qualquer Parlamentar e pelos segmentos interessados no problema relacionado com a Casan, com a Celesc, com as debêntures e com as ações.

Muito obrigado, senhor Presidente e senhores Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário destinado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PFL.

(Pausa)

Não havendo interesse do PFL em fazer uso da palavra, restam quatorze minutos do tempo destinado aos Partidos Políticos.

Consultamos as Lideranças de todas as Bancadas se desejam fazer parte do rateio de tempo.

(Pausa)

Não havendo interesse, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Wilson Wan-Dall e Luiz Herbst.

Antes de fazer a chamada dos senhores Deputados, vamos fazer uma consulta aos senhores Líderes.

O Requerimento nº 64/98, de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, propõe uma sessão especial ou uma reunião extraordinária da Comissão de Saúde para debater sobre o teto financeiro relativo aos recursos federais que o Estado de Santa Catarina recebe para a saúde.

Esse requerimento já foi aprovado, mas há uma solicitação do senhor Deputado Volnei Morastoni para que se estabeleça o dia 30 de março, das 14 às 16h, no horário da sessão ordinária, sendo necessária, portanto, a supressão do horário destinado às Breves Comunicações e aos Partidos Políticos, para fazer essa atividade especial no Plenário da Assembléia Legislativa, com a presença dos Deputados Federais de Santa Catarina participantes do Fórum Parlamentar.

Com a palavra o senhor Deputado Volnei Morastoni, para dar maiores esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente, eu tenho o entendimento de levar ao máximo essas questões para as Comissões Técnicas Permanentes. No entanto, este assunto, que é da maior relevância e urgência, em função do corte de verbas do teto federal para o Estado e o Estado repassando esses cortes para os Municípios, precisamos da presença dos Parlamentares Federais.

Mantive contato com o Deputado Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, e o único dia da semana que os Parlamentares poderão realmente estar presentes em maior número aqui no nosso Estado é segunda-feira, e sendo que na segunda-feira pela manhã é muito difícil realizar uma reunião na Comissão de Saúde, por várias razões, precisaríamos da compreensão dos senhores Deputados para realizar esse debate no período da sessão plenária, das 14 às 16h, com a presença do Secretário Estadual da Saúde, que no caso está sendo convocado, dos Deputados Federais, do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, da Comissão de Intergestores Bipartite, dos Secretários Municipais e do Conselho Estadual de Saúde, para podermos tomar uma posição que, com certeza, vai exigir providências no Fórum Parlamentar Catarinense junto ao Ministério da Saúde e providências, em nível do próprio Governo do Estado, em termos de decisões internas relativas ao setor Saúde.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, com referência à colocação de V.Exa., nada da Bancada do PPB

visa obstaculizar a solução desse problema. Estamos de acordo que seja realizada a sessão na segunda-feira, das 14 às 16h, para tratar de um assunto que é relevante para Santa Catarina, que é o problema relacionado com a Saúde.

Senhor Presidente, gostaria ainda de relembrar que no dia de ontem o Deputado João Henrique Blasi fez uma solicitação à Mesa, que aquiesceu por todos os Líderes presentes naquela oportunidade, de colocação, para deliberação deste Plenário, do pedido de licença de afastamento do País do Vice-Governador.

O Sr. Deputado Francisco Küster (Intervindo) - Já está na pauta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda não está na pauta, esta pauta é da sessão de amanhã.

Vamos consultar os Líderes.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu acho que tínhamos acordado no dia de ontem que esse assunto seria deliberado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Vamos fazer a consulta, acho que não há nenhum óbice por parte da Mesa de incluímos isso na pauta, o que faremos em seguida, tão logo vencido esse outro assunto.

Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, com relação à proposta que está em discussão, ontem havíamos sugerido que na próxima terça-feira, dada a importância do assunto... No entanto, tem razão o Deputado Volnei Morastoni, quando diz que é fácil para os Deputados Federais permanecerem na Capital nas segundas-feiras, mas nas terças-feiras não. Em função do feriado da segunda-feira, pensamos que poderíamos fazer na terça-feira, mas fica impossível, devido a ida dos Deputados para Brasília. Portanto, estamos de pleno acordo com a proposta do Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, pela Bancada do PMDB, de igual forma, manifestamos a aquiescência com a proposição do Deputado Volnei Morastoni, no sentido de que na segunda-feira próxima, sem ser a vindoura, que é feriado, seja realizado, então, esse evento, com a participação da Bancada Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A Bancada do Partido dos Trabalhadores, com a concordância do Deputado Pedro Uczai, o Líder da Bancada, e não tendo havido nenhuma manifestação de nenhum Líder em contrário, fica, portanto, formalizado o acordo para que na sessão do dia 30 seja aberta a sessão ordinária, lida a ata e o expediente, suspensa e imediatamente realizada uma sessão especial, para tratar do assunto objeto do requerimento 64/98, até as 16h, quando reabriremos os trabalhos diretamente na Ordem do Dia.

Convido o senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, para proceder à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 25 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Senhores Líderes, há uma solicitação para que seja incluída na pauta de hoje uma matéria que está incluída para a pauta de amanhã, a Mensagem nº 3.235, Projeto de Decreto Legislativo nº 02.3.98, que autoriza o senhor Vice-Governador a ausentar-

se do País.

Consulto as Lideranças se há algum impedimento para que possamos adiantar a presente matéria da sessão de amanhã para a sessão de hoje.

(Pausa)

Com a aquiescência tácita de todos os senhores Líderes de Bancada, fica incluída a presente matéria para a sessão da Ordem do Dia de hoje.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis apresentou parecer pelo arquivamento do Ofício nº 21/96 de procedência do Tribunal de Contas, que encaminha relatório do Tribunal de Contas relativo ao exercício de 95, e que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis apresentou parecer favorável à tramitação do Ofício nº 21/97 de procedência do Presidente do Tribunal de Justiça, que solicita licença para processar o Deputado Vanderlei Rosso.

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02.3/98, que autoriza o Vice-Governador do Estado a ausentar-se do País em caráter particular, no período de 22 de março a 13 de abril do corrente ano, com destino à Espanha, Marrocos e Portugal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Adelar Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Prefeito Municipal de Campo Alegre e ao Presidente da Câmara Municipal, enviando congratulações pelas comemorações dos 101 anos de emancipação política do referido Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado de Santa Catarina, pedindo para que seja incluída na negociação ora em curso com o Governo Federal a dívida do Governo do Estado de Santa Catarina para com o sistema Acafe.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sergio Silva e outros Deputados, que solicita a prorrogação da Comissão Parlamentar Externa, que tem por finalidade tratar do credenciamento dos portos catarinenses, por mais trinta dias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Fazenda, pedindo determinação de efetivas medidas no sentido de que as empresas que tiveram mercadorias danificadas

ou perdidas em consequência da inundação do dia 25 de fevereiro sejam isentas do recolhimento do ICMS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário Miguel Ximenes, solicitando providências para a liberação de recursos para a construção de abrigos de passageiros no Município de São Carlos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário Miguel Ximenes, solicitando determinação e providências para a viabilização de obras de iluminação da Ponte Jorge Lacerda, que liga o Município de São Carlos a Águas de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do DNER e ao Diretor da Polícia Rodoviária Federal, em Santa Catarina, renovando solicitação no sentido de instalação de um posto de Polícia Rodoviária Federal na BR-282, entre os Municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Comandante da Polícia Militar e ao Comandante da Polícia Rodoviária, solicitando a instalação de um posto de polícia rodoviária na Rodovia Adolfo Konder.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Olices Santini, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando providências no sentido de incluir no plano rodoviário municipal uma rodovia municipal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Governador do Estado, referente aos recursos do salário-educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o Deputado Pedro

Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, o pronunciamento da Deputada Ideli Salvatti, trazendo aqui novamente o debate das privatizações, faz-me, nesta oportunidade, levantar algumas considerações que considero centrais nesse contexto.

O discurso convencional e tradicional diz que a privatização é para pagar dívida do Estado, dívida do Poder Público. Diz também que a privatização é para mudar a tarefa, mudar a função do Estado na relação com a sociedade.

Esses discursos estão sem consistência, sem argumentação nenhuma, na medida em que todos os países que estão privatizando, que estão vendendo o seu patrimônio público, que estão vendendo as suas empresas públicas, não conseguem pagar as dívidas, pelo contrário, as dívidas continuam aumentando pelos Estados e pelo País.

Portanto, não tem consistência, não tem razão, não tem argumento que nos convença nessa direção que as privatizações são para pagar dívidas.

Em segundo lugar, as privatizações como mudança do papel do Estado também não dá certo. A privatização da Light, por exemplo, não demora para acabar. A Light em breve vai voltar a ser estatizada, quem sabe, logo, logo, porque não cumpre a função social da empresa que antes, publicamente, conseguia.

Em terceiro lugar, nós, enquanto Parlamentares, junto com os movimentos sociais, junto com os movimentos populares, temos que construir a negação do desmonte do patrimônio público, a negação da privatização, mais do que isso, a negação do desmonte das políticas públicas que possibilitariam construir um novo modelo de desenvolvimento social para este País.

Por isso, senhores Deputados, nós temos uma tarefa importante nestes dias, nestes movimentos todos: a de sermos aliados na construção e na defesa das empresas públicas.

Em Santa Catarina não é possível manter esse movimento, manter essa dinâmica de construção e de destruição desse patrimônio.

Senhores Parlamentares, existem outros assuntos que nós temos presente para conseguir junto com o Movimento dos Sem-Terra: um requerimento que foi votado nesta Casa, para que o Movimento dos Sem-Terra consiga ser ouvido pelo Ministério da Fazenda, para que assim consiga seus créditos, suas reivindicações e seus direitos.

Também estamos aqui, hoje, colhen-

do assinaturas para um projeto coletivo das Bancadas desta Casa, porque o Tribunal de Justiça deu poder à Assembléia Legislativa, através de lei complementar, de dispor sobre a regulamentação do sistema estadual de ensino e de outras providências.

Por isso, a partir de hoje, estamos colhendo assinaturas dos diferentes Deputados desta Casa, para começar a debater, a discutir qual é o futuro da educação neste Estado de Santa Catarina, qual é a dinâmica de funcionamento da escola, qual é a carga horária, qual é a hora/aula, qual é a relação do Estado com as escolas públicas de 1º e 2º grau, qual é a relação entre o Estado e as escolas particulares e as escolas privadas e qual é a educação que nós queremos.

Sendo assim, é um grande momento desta Casa discutir democraticamente qual é a educação, qual é o sistema estadual de ensino que nós queremos para Santa Catarina.

Tem que ser um projeto coletivo, suprapartidário, das diferentes Bancadas, dos diferentes Deputados, para que de uma forma responsável consigamos construir um sistema estadual de ensino ético, democrático e transparente.

Esse debate todo contou com a participação, com a contribuição, com todo o acúmulo que o movimento sindical em Santa Catarina tem, eis que tem demonstrado neste

Estado que é possível construir um sistema estadual ouvindo as entidades, ouvindo os setores da sociedade. E o Sinte de Santa Catarina deu uma grande contribuição na escola pública para construir essa proposta de sistema estadual de ensino.

Por isso, senhores Deputados, amplamente discutido, amplamente debatido, com a contribuição dos segmentos envolvidos na escola pública do Estado, começaremos hoje a trilhar esse caminho, nesta Casa Legislativa, para a construção de uma proposta de sistema estadual de ensino.

Hoje não é o momento de discutir ponto por ponto do projeto, mas simplesmente anunciar esse projeto coletivo que começará a partir de hoje a ser construído e debatido na Casa Legislativa, para contribuir com o Estado de Santa Catarina e com o futuro da educação no Estado.

Amplamente democrático temos que construir esse projeto. E acredito profundamente que vai ser o melhor projeto de sistema estadual deste País.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, anunciamos a pauta para a sessão ordinária do dia 19/03/98.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/98; Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 393/97; Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 2.997/98; Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.023/98; Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.026/98; Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.033/98; Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/98; Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/98; Discussão e votação em turno do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/98; Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 008/97 e Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução nº 003/98.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP Nº 003/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada pelos Senhores Deputados Lício Mauro da Silveira, Udo Wagner, Júlio Teixeira, Ideli Salvatti e Jorginho Mello, para no prazo de 90 (noventa) dias apurar possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, nas áreas de licitações e de execução de contrato.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 31 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 004/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo concedido à Comissão Especial Externa, constituída pela Resolução DP Nº 055/97, com a finalidade de tratar de credenciamento dos portos catarinenses, para que possa concluir seus trabalhos.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 31 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 005/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão de Representação integrada pelos Senhores Deputados Pedro Uczai, Herneus de Nadal, Jorginho Mello, Lício Mauro da Silveira, Norberto Stroisch Filho e Afonso Spaniol, para manter contatos com a ELETROSUL sobre o problema dos atingidos pelas barragens do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 25 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 006/98

Dispõe sobre a realização de Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembléia Legislativa do Estado, alterando em caráter temporário e excepcional disposições regimentais.

Art. 1º Em caráter excepcional e por prazo determinado, este compreendido no período de 1º de abril a 1º de outubro de 1998, as Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembléia Legislativa serão realizadas de acordo com o calendário contido no Anexo Único, da presente Resolução.

Art. 2º Durante os períodos de recesso das Sessões Ordinárias poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias para apreciar as seguintes matérias:

I - vetos cujos prazos regimentais estejam a se esgotar;

II - medidas provisórias com prazos de apreciação coincidentes com os períodos;

III - proposições consideradas, por sua natureza, de caráter urgente e inadiável.

§ 1º As convocações para as Sessões Extraordinárias, realizadas sob as condições dos incisos I, II e III, em nenhuma hipótese serão remuneradas.

§ 2º Durante o período de que trata o artigo 1º, não serão abonadas faltas sob alegação de desempenho de atividades parlamentares.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 25 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

ANEXO ÚNICO

PERÍODOS

ABRIL, MAIO E JUNHO

2ª feira - Sessão às 14:00 horas
 3ª feira - Sessão às 14:00 horas
 4ª feira - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
 5ª feira - Sessão às 09:00 horas

PERÍODOS**JULHO**

Sessões às 09:00 e 14:00 horas nos dias 1º, 2, 7 e 8

PERÍODOS**AGOSTO****1ª semana**

2ª feira - Dia 3 - Sessão às 14:00 horas
 3ª feira - Dia 4 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
 4ª feira - Dia 5 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
 5ª feira - Dia 6 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas

PERÍODO**SETEMBRO****1ª semana**

3ª feira - Dia 1º - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
 4ª feira - Dia 02 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
 5ª feira - Dia 03 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Tantas quanto forem necessárias

COMPARATIVO

	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
MÊS	SESSÕES	SESSÕES
ABRIL	16	22
MAIO	16	20
JUNHO	17	21
JULHO	0	08
AGOSTO	17	07
SETEMBRO	17	06
Totais	83	84

*** X X X ***

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 243/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

FAZER CESSAR, os efeitos da Resolução nº 847, de 15/05/97, que colocou à disposição da Confederação Brasileira de Xadrez, de Florianópolis, o funcionário MARTIM AFONSO PALMA DE HARO, matrícula nº 0783, a partir de 25/03/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 244/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 824, de 15/05/97, que colocou à disposição da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, BERNADETE CARLESSI, matrícula nº 1558, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 245/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 823, de 15/05/97, que colocou à disposição da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, ANNE LEONOR VIEIRA, matrícula nº 1497, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 246/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 1405, de 14/10/97, que colocou à disposição da Câmara Municipal de Vereadores - Laguna/SC, REINALDO JORGE DE OLIVEIRA, matrícula nº 1542, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 247/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 798, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Itajaí/SC, MARCOS GRAFF CESAR, matrícula nº 1729, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 248/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 797, de 15/05/97, que colocou à disposição do Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá, MARCIA

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS**RESOLUÇÃO Nº 241/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

FAZER CESSAR, os efeitos da Resolução nº 825, de 15/05/97, que colocou à disposição da Associação de Garantia ao Atleta Profissional de Santa Catarina, o funcionário DJALMA BITTENCOURT, matrícula nº 1172, a partir de 25/03/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 242/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
 RESOLVE:

FAZER CESSAR, os efeitos da Resolução nº 828, de 15/05/97, que colocou à disposição da Associação de Garantia ao Atleta Profissional de Santa Catarina, o funcionário FABIO MATIAS POLLI, matrícula nº 1010, a partir de 25/03/98.
 Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
 Deputado Odacir Zonta - Secretário
 Deputado Afonso Spaniol - Secretário

OTILIA SASSO, matrícula nº 1573, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 249/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 804, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Blumenau/SC, ROSALBA FIUZA LIMA SCHARF, matrícula nº 2144, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 250/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 822, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Içara/SC, DERLEI CATARINA DE LUCA, matrícula nº 0895, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 251/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 827, de 15/05/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Gravatal, EDUARDO ZUMBLICK AGUIAR, matrícula nº 2151, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 252/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a ALAIR NAZARETE PACHECO, matrícula nº 1447, a partir de 25/03/98 (Deputada Ideli Salvatti).

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 253/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 538, de 01/02/95, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a LUIZ ALBERTO METZGER JACÓBUS, matrícula nº 1912, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/04/98 (Gabinete do Deputado Olices Santini).

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 254/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR SONIA VALDIRA DE CARVALHO BERNARDES, matrícula nº 1105, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Revisão e Supervisão, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, NEREU BAHIA S. BITTENCOURT, a partir de 09/03/98 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 255/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, Item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a VICENTE CRAVO DI PIETRO, Matrícula nº 1274, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 13/02/98.

RESOLUÇÃO Nº 256/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, Item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a OSCAR INÁCIO MACHADO FILHO, Matrícula nº 0370, ocupante do cargo de Técnico em Manutenção, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 24/02/98.

RESOLUÇÃO Nº 257/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, Item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a JANDIRA CUSTÓDIA DE AMORIM, Matrícula nº 0306, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 24/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 27/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 036/97

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/98
CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO PAULO LOPES LTDA.

OBJETO: Fornecimento de vale-transporte para servidores da Assembléia Legislativa

VALOR : R\$ 2.778,00 (estimativa mensal)

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I do Art. 25, da Lei nº 8.666/93

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Florianópolis, 25 de março de 1998

*** X X X ***

OFÍCIO**Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis**

Palácio Barriga Verde/Florianópolis, em 30 de março de 1998.

Ofício nº 009/98 CCJRL

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho com sua vênha, solicitar a V. Exa., os serviços de alguns servidores desta Casa, para servirem de apoio na Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, no dia 02 deste mês, às 11 horas, na abertura dos processos de falta de "Decoro Parlamentar".

Assim sendo, necessitamos, também da pronta publicação deste ato no Diário desta Casa.

Nominata:

02 - dois servidores da Assessoria e Consultoria Parlamentar;

01 - um operador de som;

02 - duas taquígrafas;

01 - um fotógrafo; e

01 - um guarda.

Certa de sua habitual atenção, despeço-me, atenciosamente,

Deputado Ivan Ranzolin

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

PARECER

Gabinete do Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/97
PARECER

O Deputado signatário, em razões de parecer, manifesta suas considerações pelo **NÃO ACATAMENTO** do Projeto de Resolução supra epigrafoado, quais sejam:

1. O projeto esta desatualizado. Remete a artigo e parágrafo no qual o Regimento Interno não trata do assunto. Haveria a necessidade apresentação de um novo projeto;

2. A aprovação deste Projeto de Resolução consagraria a total descaracterização de um espaço reservado somente à Parlamentares;

3. Consumar-se-ia a relegação da importância das Comissões Permanentes da Casa a um segundo plano, contrariando todo um esforço que a Assembléia Legislativa fez nos últimos três anos para dotar a Casa de locais voltados ao acolhimento da população, inclusive o "Plenarinho".

4. A Assembléia Legislativa dispõe, portanto, na maioria de suas dependências, de espaços oficiais onde a população pode e é incentivada a participar: Gabinetes, Plenarinho, Comissões, Sessões Especiais, não se justificando a alusão da necessidade de concessão da palavra a populares ainda na hora da Sessão Ordinária;

5. Os Parlamentares já possuem a prerrogativa emanada do povo (eleitores) para, no espaço das Sessões Ordinárias e Extraordinárias, manifestarem-se sobre todas as questões atinentes ao interesse popular.

6. Pela distância da capital em relação as demais comunidades catarinenses seria dificultada sensivelmente a participação daqueles que residem mais distantes, privilegiando os habitantes da Grande Florianópolis.

7. A missão dos parlamentares na representação popular ficaria diminuída, além do fato de que, em sendo aprovado este Projeto, os eventuais ocupantes da tribuna não estariam sujeitos as regras da ética e do decoro parlamentar, abrindo-se um perigoso precedente.

Por estas razões, nobres pares, é que opino pelo **não acatamento** do Projeto de Resolução nº 09/97.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Reuniões da Mesa Diretora, em 25 de março de 1998.

DEPUTADO ODACIR ZONTA

1º Secretário da Mesa Diretora

EMENDA REDACIONAL Nº 1

EMENDA MODIFICATIVA REDACIONAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/97

Onde consta artigo 75, redija-se como artigo 86.

Florianópolis, 24/03/98.

Deputado Neodi Saretta

Presidente

Em reunião da Mesa Diretora no dia 25 de março de 1998, foi aprovado por maioria o Parecer do Relator favorável ao Projeto de Resolução, com a Emenda Redacional nº 1.

Em 25/03/98.

VOTOS FAVORÁVEIS AO PARECER

Deputado Neodi Saretta

Deputado Francisco Küster

Deputado Wanderley Rosso

Deputado Afonso Spaniol

VOTOS CONTRÁRIOS AO PARECER

Deputado Odacir Zonta

Deputado Gervásio Maciel

Deputado Adelor Vieira

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 127/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância, formada pelos servidores JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA, matrícula nº 0424 - Advogado; EDER DE QUADRA SALGADO, matrícula nº 1265 - Técnico em Contabilidade e NELSON HENRIQUE MOREIRA, matrícula nº 1001 - Assistente Legislativo, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar responsabilidades quanto ao desaparecimento das fichas de letra "P" do arquivo da Secretaria da Procuradoria Jurídica, informado a este Departamento através do ofício nº 12/98/PJ, datado de 20/03/98, subscrito pelo Chefe do Colegiado Jurídico desta Casa.

Palácio Barriga-Verde, em 25/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 128/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR LUIZ ALBERTO METZGER JACÓBUS, matrícula nº 1912, no Gabinete do Deputado Odacir Zonta.

Palácio Barriga-Verde, em 25/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 129/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR ROSANE MARIA KRUGER DORNBUSCH, matrícula nº 1961, na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos.

Palácio Barriga-Verde, em 25/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 130/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR ALAIR NAZARETE PACHECO, matrícula nº 1447, no Gabinete da Deputada Ideli Salvatti.

Palácio Barriga-Verde, em 25/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 131/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR TERESINHA RODRIGUES GONÇALVES, matrícula nº 2065, na Procuradoria de Finanças (Seção de Fiscalização e Controle de Contratos).

Palácio Barriga-Verde, em 25/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 132/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Doença Familiar) a MARILETE LOPES BARZAN, Matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, Código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (Trinta) dias, a partir de 02/03/98.

PORTARIA Nº 133/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Doença Familiar) a DULCE MARIA DA COSTA, Matrícula nº 1914, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, Código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 09/03/98.

PORTARIA Nº 134/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ((Tratamento de Saúde)) a IRACEMA VERGÍNIA MARTINS, Matrícula nº 1463, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, Código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (Quinze) dias, a partir de 11/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 25/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 032/98**

Inserir dispositivo à Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 e dá providências correlatas.

Art. 1º Fica inserido § 1º no art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, renumerando-se o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 19.....

§ 1º Nas operações com energia elétrica destinada a Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e Entidades que prestam assistência e amparo aos idosos, devidamente reconhecidas de utilidade pública Estadual, será dispensada a cobrança das alíquotas previstas neste artigo.

§ 2º.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

DEPUTADO HANS FRITSCHÉ

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/98

JUSTIFICATIVA

O art. 189 da Constituição Estadual, estabelece que o Estado implementará política destinada à amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito a vida.

Dentre os deveres do Estado, está o de prestar apoio técnico e financeiro as iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso, bem como às instituições beneficentes e executoras de programas de atendimento.

De igual forma o art. 191 do mesmo diploma, determina que o Estado formulará e executará política de atendimento à saúde das pessoas portadoras de deficiência, de modo a garantir a prevenção a doenças ou condições que favoreçam seu surgimento, assegurando aquele segmento, o direito a habilitação e reabilitação com todos os recursos necessários.

Deste modo, esta proposição visa implementar benefícios as APAEs e Entidades que prestam assistência e amparo aos idosos de nosso Estado que, em virtude de inúmeras causas, encontram-se com grandes dificuldades financeiras para prestar este tipo de atendimento que prioritariamente é um dever do Estado.

A nosso pensar, cabe ao Poder Público criar mecanismos que minimizem as dificuldades que passam estas entidades.

Sabidamente, tanto as APAEs, como as Entidades que prestam assistência e amparo aos idosos, dependem, quase que exclusivamente, de contribuições voluntárias para sua manutenção.

Por estas razões, solicitamos aos demais pares, a aprovação deste Projeto de Lei, concedendo assim, um justo reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos cidadãos catarinenses.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 033/98

Torna obrigatório que estabelecimentos comerciais do tipo “Shopping Center”, com mais de 50 lojas, coloquem a disposição dos clientes serviços de Pronto-Socorro Médico e determina outras providências.

Art. 1º É obrigatório aos estabelecimentos comerciais tipo “Shopping Center”, com mais de 50 lojas, disponibilizarem aos clientes e funcionários, serviços de Pronto-Socorro Médico.

§ 1º - Os Shoppings Centers destinarão área física suficiente para a instalação de ambulatório médico com equipamentos e materiais de primeiros-socorros.

§ 2º - O horário de atendimento do ambulatório será coincidente com o funcionamento das lojas e ficará sob a responsabilidade de pelo menos um médico clínico geral e contará com auxiliares habilitados para atendimento das emergências.

Art. 2º O atendimento de primeiro-socorro será realizado gratuitamente.

Art. 3º Na ocorrência de caso grave, que exija tratamento continuado do paciente, todas as providências posteriores ao atendimento emergencial serão de responsabilidade do mesmo.

Art. 4º Caberá aos órgãos oficiais da área de saúde a fiscalização do serviço de pronto-socorro dos Shoppings Centers e a imposição das sanções na ocorrência de infrações.

Art. 5º Os estabelecimentos que encontram-se em funcionamento terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para realizarem a adaptação às exigências da presente Lei.

Art. 6º O Poder executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/03/98.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/98

JUSTIFICATIVA

O projeto que ora apresentamos à consideração deste Parlamento constitui-se de uma iniciativa que acompanha as novas e modernas tendências comerciais, visando a proteção dos usuários.

Com a crescente urbanização de nossos municípios vemos seguidamente em Santa Catarina a instalação de Centros Comerciais que reúnem comerciantes das mais diferentes áreas para proporcionar aos consumidores as facilidades que cercam os modernos projetos dos **Shopping Centers**, com amplas áreas de estacionamento, de compras, de diversão e lazer, de alimentação e de serviços, num ambiente limpo, seguro e protegido da violência que se difunde nos grandes centros.

Estes locais, por sua concepção, concentram grande número de funcionários, usuários, consumidores e visitantes, constituindo-se em milhares de pessoas que se utilizam dos mais diversos equipamentos ali existentes. Assim, natural é que se crie a obrigatoriedade de uma estrutura para atendimento dos primeiros-socorros para os eventuais acidentes ou emergências médicas que possam ocorrer no seu interior.

Em face destas considerações é que apresentamos este Projeto de Lei como forma de garantir mais segurança para os usuários desses locais, que se proliferam em nosso Estado.

*** X X X ***